

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

185 out./dez. 2014

ISSN 1413-1536

Entrevista: Geraldo Reis

**“A SEI se faz
indispensável
hoje para o
estado”**

**Ponto de vista:
Armando Castro
Cláudio Pelosi
Edgard Porto
Gustavo Pessoti**

**Complexos eólicos e impactos
ambientais: uma leitura
preliminar da experiência baiana**

**Crescimento do comércio
eletrônico: novas perspectivas
para a repartição tributária
do ICMS**



Quer saber mais sobre a Bahia? A SEI sabe.

SEI. A PRINCIPAL FONTE DE INFORMAÇÕES DO ESTADO.

> Índices > Pesquisas > Estudos
> Números > Mapas

Sabe aquele dado sobre geração de empregos que saiu no jornal, aquela notícia sobre o PIB que passou na televisão? São dados da SEI, o órgão oficial de estatística do estado, que produz uma vasta gama de informações econômicas, sociais, demográficas e geoambientais. Sempre que quiser informações precisas sobre a Bahia, conte com a SEI.

www.sei.ba.gov.br

 facebook.com/imprensasei  [@eu_SEI](https://twitter.com/eu_SEI)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

185 out./dez. 2014

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

7

Desempenho da economia baiana no terceiro trimestre e perspectivas

Bruno Neiva, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Jorge Tadeu D. Caffé

Entrevista

20

**ENTREVISTA
GERALDO REIS**

Artigos

27

Complexos eólicos e impactos ambientais: uma leitura preliminar da experiência baiana

Tatiana Pinto Costa Pimenta, José Ângelo Sebastião Araújo dos Anjos, Laumar Neves de Souza

37

Crescimento do comércio eletrônico: novas perspectivas para a repartição tributária do ICMS

Jorge Tadeu D. Caffé, Zélia Abreu Góis

47

Análise regional de três mesorregiões da Bahia no início do século XXI: os coeficientes de redistribuição e reestruturação

Rafaela Evangelista Campos

55

Economia dos Municípios Baianos – 2002-2012

João Paulo Caetano Santos, Karina M^a das Graças C. Silva, Simone Borges Medeiros Pereira

Ponto de vistas

62

Desafios econômicos e sociais na Bahia

Armando Castro

65

A geoinformação como ferramenta de gestão pública e de apoio à tomada de decisão

Cláudio Pelosi

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO LEÃO

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**
ELIANA BOAVENTURA

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

**DIRETORIA DE INDICADORES E
ESTATÍSTICAS**

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto
Rosângela Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Thaís Raiana Pires Silva (estagiária)
Thiago Lima Silva (estagiário)

**COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA
E DOCUMENTAÇÃO/ NORMALIZAÇÃO**
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

**COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO
DE INFORMAÇÕES**

Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO

Christiana Fausto (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

**DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/
ILUSTRAÇÕES**

Nando Cordeiro

FOTOS

Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO

EGBA – Tiragem: 800

Colaborou com este número a jornalista
Aline Cruz Cardoso.

67

**Integração
Internacional da
Bahia**

Edgard Porto

71

**É possível pensar
em um novo ciclo
de crescimento
econômico para a
Bahia?**

Gustavo Casseb Pessoti

**Investimentos
na Bahia**

74

**O estado da Bahia
deverá gerar cerca
de 47 bilhões em
investimentos até
2016**

Fabiana Karine Santos de
Andrade

Resenha

78

**Os impactos
da urbanização
turística em áreas
litorâneas**

Francisco Emanuel Matos
Brito

**80
Livros**

**82
Conjuntura
econômica baiana**

**Indicadores
conjunturais**

95

**Indicadores
econômicos**

103

Indicadores sociais

113

Finanças públicas

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2015.
n. 185
Trimestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

O desenvolvimento rural virou meta

O governo da Bahia criou a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, com a missão de formular, articular e executar políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

É uma conquista de toda a população do meio rural, principalmente, daqueles que fazem da economia solidária um meio de emancipação humana.

A nossa meta é melhorar a vida de quem é do campo.

A meta do governo é melhorar a vida de todos.

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



Carta do editor

O terceiro trimestre de 2014 é marcado por um cenário de moderado desempenho das economias brasileira e baiana. A análise do nível de atividade revela que, a despeito do momento de fragilidade verificado ao longo dos últimos meses, nesse terceiro trimestre, a economia brasileira sinalizou recuperação. Essa conjuntura, bem como as nuances que permeiam o desempenho da economia, é retratada na edição 185 da revista Conjuntura & Planejamento (C&P).

Na avaliação da equipe de análise conjuntural, a economia brasileira já evidencia sinais de recuperação no ritmo de atividade. Apesar do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentar desaceleração nos três trimestres de 2014, a taxa anualizada de 0,6% indica crescimento. Outro aspecto, observado pelos técnicos, refere-se aos resultados do PIB nacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o terceiro trimestre de 2014, que aumentou 0,1% ante o trimestre abr.-jun./2014, com redução de 0,6% no trimestre anterior.

Na seção Entrevista, o ex-diretor da SEI e atual secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, José Geraldo Reis Santos analisa os últimos oito anos de sua gestão na instituição. Na sua avaliação, a instituição evoluiu, ampliando o seu espectro de atuação como, por exemplo, o projeto de Atualização dos Limites Intermunicipais da Bahia. Esse projeto representa um marco na produção de geoinformação na Bahia e no Brasil e deverá resultar na geração de 2.414 folhas topográficas.

No Ponto de Vista, os diretores de área Edgard Porto, Cláudio Pelosi, Armando Castro Neto e Gustavo Casseb Pessoti deram, respectivamente, as suas contribuições, explanando sobre diversos aspectos que vão desde a integração internacional, geoinformação, desafios econômicos e sociais, a ciclo de crescimento econômico para a Bahia. Nesse âmbito, os referidos colaboradores apresentaram ideias que ampliam o campo de conhecimento dos leitores.

Na seção Artigos, têm-se trabalhos como o de Tatiana Pinto Costa Pimenta, José Ângelo Sebastião Araújo dos Anjos, e Laumar Neves de Souza, intitulado Complexos eólicos e impactos ambientais: uma leitura preliminar da experiência baiana. Nesse trabalho, os autores discutem os impactos de natureza ambiental de ordem socioeconômica e biofísica. Outro trabalho é o de Jorge Tadeu D. Caffée Zélia Abreu Góis com o tema Crescimento do comércio eletrônico: novas perspectivas para a repartição tributária do ICMS. Nessa abordagem, os autores chamam atenção para o comportamento do varejo eletrônico ou , ressaltando o crescimento registrado nos últimos anos no Brasil.

Na seção Resenha, Francisco Emanuel Matos Brito faz uma análise do trabalho de Telma Maria Souza dos Santos, intitulado Turismo e Urbanização em Espaços Litorâneos. Um olhar sobre Praia do Forte – Bahia. Segundo Brito, a escritora Santos apresenta os conceitos de turismo na visão de vários autores e como esta atividade se tornou um instrumento de promoção da comercialização, do meio ambiente e da cultura das localidades turísticas.





Desempenho da economia baiana no terceiro trimestre e perspectivas

Bruno Neiva*
Carla do Nascimento**
Elissandra Britto***
Jorge Tadeu D. Caffé****

A economia americana cresceu mais do que o previsto no terceiro trimestre, confirmando a reativação iniciada no segundo trimestre, com um crescimento que a separa da estagnada zona do euro e do Japão. De acordo com a segunda estimativa do Departamento de Comércio, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos teve uma alta anualizada de 3,9% no período julho-setembro, evidenciando recuo em relação à taxa do segundo trimestre que foi de 4,6%.

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Salvador (Unifacs). Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). brunoneiva@sei.ba.gov.br

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br

*** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br

**** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). tadeu@sei.ba.gov.br

Do outro lado, a economia dos países da zona do euro registrou, no terceiro trimestre deste ano, um crescimento mais forte do que o esperado, segundo dados divulgados pelo Departamento de Estatísticas da União Europeia (Eurostat). Porém, o bloco continua enfraquecido e precisando de mais estímulos. De acordo com estimativas preliminares, a economia dos 18 países que adotam a moeda comum cresceu 0,8%, entre julho e setembro passado, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

A economia brasileira apresentou sinais de recuperação no terceiro trimestre, com leve aumento da atividade econômica, apesar de ainda se observar redução da produção industrial, impactando diretamente no consumo de bens e serviços. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), utilizado como uma referência para o PIB, apresentou desaceleração nos três trimestres deste ano com taxas de, respectivamente, -1,9%, -1,5% e -0,2%, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Mas ainda evidencia crescimento de 0,6% na taxa anualizada (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014a).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em novembro, apresentou variação de 0,51%, maior do que a taxa de 0,42% de outubro. Considerando o ano, o acumulado fechou em 5,58% e ficou acima dos 4,95% de igual período de 2013. Na perspectiva dos últimos doze meses, o índice foi para 6,56%, um pouco abaixo dos 6,59% relativos aos doze meses

imediatamente anteriores (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2014).

Nesse ambiente, com a inflação elevada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumentou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 p.p. para 11,75% na última reunião do Copom de 2014, declarando que a política monetária se mostrará “intensamente vigilante” com intuito de impedir avanços da inflação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014b).

Os resultados do PIB nacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o terceiro trimestre de 2014, evidenciaram leve recuperação do ritmo da atividade econômica. O PIB do terceiro trimestre aumentou 0,1% ante o trimestre abr.-jun./2014, após reduzir 0,6% no trimestre anterior. Destaque para o aumento de 1,7% da Indústria e para o acréscimo de 0,5% do setor de serviços. Houve crescimento no consumo do governo e na formação bruta de capital fixo de 1,3% em relação ao trimestre anterior. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a taxa foi de -0,2%, no segundo trimestre havia sido de -0,9%. No acumulado dos três primeiros trimestres, o PIB brasileiro cresceu apenas 0,2%, taxa menor que a observada no acumulado até o segundo trimestre (0,5%) (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2014).

Nesse contexto, o cenário macroeconômico interno e internacional continua demonstrando incertezas, com uma inflação acima da meta estabelecida pelo governo e os indicadores gerais de consumo retraídos.

Na Bahia, a atividade econômica, no terceiro trimestre de 2014, aumentou 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Na comparação do terceiro trimestre com o segundo trimestre de 2014, o PIB estadual apresentou queda de 1,7%, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a *Agropecuária* apresentou crescimento de 7,2% e o setor de *Serviços* cresceu 1,9%, com altas no *Transporte* (5,8%) e *Alojamento e alimentação* (2,8%). Por sua vez, a *Indústria* apresentou queda de 3,1%, puxada pela retração da *Indústria de transformação*

Com a inflação elevada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central aumentou a taxa básica de juros (Selic) em 0,5 p.p. para 11,75% na última reunião do Copom de 2014

Na Bahia, a atividade econômica, no terceiro trimestre de 2014, aumentou 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

(-5,6%) e da *Construção civil* (-4,1%). Na taxa anualizada, acumulado dos últimos quatro trimestres, a atividade econômica baiana registrou acréscimo de 0,6%, em comparação com o mesmo período anterior. O destaque entre os grandes setores econômicos ficou por conta da *Agropecuária*, acumulando, no período, expansão de 10,3%. A *Indústria* recuou 2,9% e os *Serviços* cresceram 2,0% (ATIVIDADE..., 2014).

As próximas seções apresentam o desempenho setorial da economia baiana ao longo dos três trimestres de 2014.

SAFRA DE INVERNO NA BAHIA NÃO CORRESPONDE ÀS EXPECTATIVAS

A safra baiana de grãos apresenta expectativa de alta de 25,3%, que corresponde a uma produção de 7,6 milhões de toneladas ante as 6,1 milhões de toneladas em 2013, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2014) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentado na Tabela 1. A safra de soja tem sido a principal cultura para o bom desempenho dos grãos na Bahia, pois está perto de fechar com mais de 3,2 milhões de toneladas, 0,5 milhão a mais que em 2013. O milho apresenta um incremento de pouco mais de 40% em relação a 2013, o que dá cerca de 0,8 milhão de toneladas a mais, porém é provável que esse número caia devido à falta de chuvas nessa segunda safra.

Outro destaque, só que negativo, fica a cargo da terceira safra de feijão (-0,7%) que apresentava dados otimistas, entretanto sofreu grandes alterações, as quais resultaram em estimativas negativas para essa cultura para a safra de 2014. Outro ponto fica a cargo da safra de cana-de-açúcar, pois foi a única cultura que permaneceu o ano todo com estimativa de queda em sua produção e tem a maior taxa negativa com -1,5% conforme a Tabela 1.

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Mandioca	1.852	1.996	7,8	183	296	61,2	178	183	2,8	10.404	10.908	4,8
Cana-de-açúcar	6.754	6.650	-1,5	124	132	6,4	118	121	3,0	57.455	54.938	-4,4
Cacau	158	179	13,4	551	568	3,2	533	547	2,7	297	327	10,4
Café	162	206	27,1	179	175	-2,3	160	166	3,4	1.015	1.247	22,9
Grãos	6.101	7.645	25,3	2.745	3.059	11,5	2.544	2.842	11,7	2.399	2.923	21,9
Algodão	925	1.164	25,9	296	342	15,6	294	341	15,8	3.141	3.414	8,7
Feijão	248	246	-0,7	460	518	12,6	374	445	19,0	663	553	-16,5
Milho	2.115	2.972	40,5	678	832	22,7	571	697	22,1	3.706	4.265	15,1
Soja	2.766	3.206	15,9	1.211	1.276	5,4	1.211	1.276	5,4	2.283	2.512	10,0
Sorgo	47	56	18,1	99	91	-8,9	93	82	-11,4	509	679	33,3
Total	-	-	-	3.783	4.231	11,9	3.532	3.859	9,2	-	-	-

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2014).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

(1) LSPA/IBGE previsão de safra 2013.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2014 (Out/14).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Para o milho o cenário é bom. A primeira safra, com acréscimo de 74,2%, foi significativa, pois pela primeira vez superou a marca de 2 milhões de toneladas produzidas. Entretanto os números da segunda safra não foram bons, já que apresentou retração de quase 30%, chegando a quase 490 mil toneladas e com perspectiva de queda já que a colheita da segunda safra só acaba em dezembro. Totalizando 3 milhões de toneladas na produção total da cultura, ou seja, 40,5% de incremento, é importante notar que o milho apresenta forte expansão também devido à base depreciada do ano passado.

Na produção de algodão, que encerrou colheita no mês de agosto, é esperada alta de 25,9% ante o ano anterior, ou seja, 1,2 milhão de toneladas produzidas. Após dois anos seguidos de queda e de perda de produção, o algodão teve uma recuperação significativa, embora ainda esteja abaixo do patamar registrado em 2011. A melhora na produção foi devido ao aumento de 19 mil ha tanto na área plantada como na área colhida, contribuindo para rendimento superior ao ano anterior, cerca de 8%. Também foram fatores decisivos, para o aumento de área, os preços elevados e o mercado aquecido.

A mandioca apresenta uma produção total com 2 milhões de toneladas, o que equivale ao crescimento de 8% em relação a 2013. A produção de mandioca parece ter recuperado dois anos seguidos de queda. As boas chuvas fizeram os produtores aumentarem a área plantada (61%) visando recuperar as perdas dos anos anteriores.

O café apresenta forte expansão na produção, com 27%, uma boa recuperação em relação à safra de 2013. O mercado está auferindo ganhos maiores ao produtor, cujos preços estão elevados por conta da quebra de safra em países produtores da África. Além disso, o café mostrou que as poucas chuvas no crescimento dos frutos não foi fator determinante para o insucesso da produção. O café tem a expectativa de produzir mais de 200 mil toneladas nessa safra.

O cacau está se recuperando aos poucos da grande queda de produção ocorrida nos anos noventa, a safra

Para o milho o cenário é bom. A primeira safra, com acréscimo de 74,2%, foi significativa

de 2014 registra alta de 13,4% ante o ano anterior. Os preços elevados são um atrativo e um grande estímulo para a produção, porém a dificuldade de cultivo dessa cultura, que necessita de clima e solo favoráveis, ainda parece restringir esse aumento da produção.

A safra de feijão apresentou queda no período, após apresentar, durante todo o ano, uma expectativa de 317 mil toneladas, chegando a 27,9% de crescimento perante 2013, ano que apresentou um forte período de seca, o feijão vai terminar, ao que parece, o ano abaixo da produção de 2013. A primeira safra deste ano apresentou resultado positivo com crescimento de 131%, chegando a 92 mil toneladas. A segunda safra de feijão, considerada terceira safra comparando ao calendário nacional, ocorreu sem nenhum percalço, a qual apresentava expectativa de grande expansão, chegando a 224 mil toneladas. Porém, embora as chuvas de abril tivessem animado os produtores, elas não aconteceram no desenvolvimento dessa cultura. Assim a safra de inverno (principal dessa cultura) passou a registrar queda de 20% em relação a 2013. No total, a queda é de apenas 0,7%, mas o problema é que a comparação é com um ano que também não apresentou uma boa produção, logo esses -0,7% representam uma perda maior.

Dados da cana-de-açúcar apontam para uma retração da produção de 1,5%, chegando a 6,6 milhões de toneladas. As usinas estão atravessando um período de mudanças, com a necessidade de melhores práticas de redução de custos de produção. Esse decréscimo também vem influenciando a queda na geração de empregos nessa cultura.

Por fim, a soja desponta como o melhor desempenho dentre as principais culturas do estado. A safra atual tem aumento de 0,5 milhão de toneladas ante 2013. Essa produção representa um aumento de 16% perante o ano de 2013.

Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também confirmam o bom momento da safra esse ano, conforme ilustrado na Tabela 2. Ressalta-se que os dados da Conab seguem metodologia diversa da adotada pelo IBGE, uma vez que são considerados em relação ao ano safra, que vai de outubro de 2012 a setembro de 2013. O IBGE considera o ano civil.

De acordo com dados da Conab, o aumento da soja é de 22,9% a mais que o ano passado, o que representa uma produção total de 3,3 milhões de toneladas. Apesar de ter um aumento de apenas 2,4% da área plantada, o rendimento foi alto, chegando a 20% de crescimento, conforme observado na Tabela 2.

Já o milho mostrou que seu crescimento seria bom e já estava garantido pela primeira safra. A segunda safra apenas dimensionou o tamanho dessa expansão. As duas safras de milho apresentaram um incremento de 67%, o que representa 1,2 milhão de toneladas a mais que o produzido em 2013.

[Para Conab,] as duas safras de milho apresentaram um incremento de 67%, o que representa 1,2 milhão de toneladas a mais que o produzido em 2013

O algodão mostrou que, após um ano trágico marcado pela falta de chuvas e, principalmente, pela praga da lagarta do milho, recuperou-se no ano de 2014, com crescimento de quase 37%.

Segundo Conab, o feijão tem boas perspectivas e mostra que seu crescimento continuará em mais um ano. Após ter uma excelente arrancada, na segunda safra do ano passado, o feijão apresentou ótimo crescimento (80%) na primeira safra e teve uma boa produção para a terceira safra (+20%). Isso totaliza 259 mil toneladas de produção e um incremento de 36,6%. Embora esse dado esteja alinhado com o do IBGE, a safra do ano passado na Conab foi menor.

Tabela 2
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida – Bahia – 2013/2014

Produtos/safras	Área plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)			Produção física (mil t)		
	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)	2013 (1)	2014 (2)	Var. (%)
Grãos	2.725	3.046	11,8	2.098	2.660	26,8	5.717	8.104	41,8
Algodão	271	319	17,7	3.330	3.870	16,2	904	1.236	36,8
Feijão	456	465	1,9	415	556	34,1	189	259	36,6
Feijão 1ª safra	229	252	9,9	229	375	63,8	53	95	80,0
Feijão 3ª safra	227	213	-6,2	603	771	27,9	137	164	20,0
Milho	628	813	29,3	3.022	3.917	29,6	1.899	3.182	67,6
Milho 1ª safra	387	545	40,7	3.616	4.550	25,8	1.399	2.478	77,0
Milho 2ª safra	241	268	11,0	2.071	2.630	27,0	500	705	41,0
Soja	1.282	1.313	2,4	2.100	2.520	20,0	2.692	3.308	22,9
Sorgo	87	137	57,4	371	867	133,7	32	119	268,1

Fonte: Acompanhamento de Safras de Grãos do Brasil (2014a).
Elaboração: SEI /CAC.

(1) Décimo segundo levantamento da safra de grãos (set. 2013).

(2) Décimo segundo levantamento da safra de grãos (set. 2014).

Tabela 3
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida – Bahia – 2014/2015

Produtos/safras	Área Plantada (mil ha)			Rendimento (kg/ha)			Produção física (mil t)		
	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)	2014 (1)	2015 (2)	Var. (%)
Grãos	3.046	3.031	-0,5	2.660	2.969	11,6	8.104	8.997	11,0
Algodão	319	295	-7,5	3.870	4.091	5,7	1.236	1.209	-2,2
Feijão	465	447	-3,8	556	541	-2,8	259	242	-6,5
Feijão 1ª safra	252	234	-7,0	375	377	0,5	95	88	-6,5
Feijão 3ª safra	213	213	0,0	771	721	-6,5	164	153	-6,5
Milho	813	799	-3,3	3.917	4.448	13,6	3.182	3.554	11,7
Milho 1ª safra	545	531	-5,0	4.550	5.318	16,9	2.478	2.823	14,0
Milho 2ª safra	268	268	0,0	2.630	2.725	3,6	705	730	3,6
Soja	1.313	1.352	3,0	2.520	2.860	13,5	3.308	3.867	16,9
Sorgo	137	137	0,0	867	923	6,5	119	127	6,4

Fonte: Acompanhamento de Safras de Grãos do Brasil (2014b).

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Décimo segundo levantamento da safra de grãos (set. 2014).

(2) Segundo levantamento da safra de grãos (nov. 2014).

O ano de 2014 foi, sem dúvidas, o melhor desde que ocorreu a seca drástica entre 2011 e 2013. No ano de 2011, a produção conseguiu ser excelente, a ponto de a soja apresentar safra recorde e os grãos ultrapassarem a marca de 7,5 milhões de toneladas. Para 2015, a expectativa reside não só em ultrapassar a barreira de 8 milhões de toneladas, como ficar próximo ou acima da barreira dos 9 milhões. Com a continuidade das boas chuvas que estão acontecendo na época de plantio, aliada à baixa incidência de pragas na produção, é bem provável que essas marcas sejam alcançadas.

Outros fatores que têm atraído bastante a confiança dos produtores é o mercado crescente de crédito e a concorrência entre bancos estatais e privados para o fornecimento de crédito e de garantias ao produtor. Não obstante também a cotação do dólar chama a atenção para os produtores, principalmente os produtores de algodão e soja que têm boa parte de sua produção voltada para o mercado externo.

No segundo levantamento feito pela Conab com projeções das produções de grãos para o ano de 2015, apresentados na Tabela 3, os dados são bastante otimistas, embora estejam alinhados com a projeção liberada para o Brasil no LSPA de novembro pelo IBGE. É preciso, porém, ressaltar que, na agricultura, alguns fatores devem ser levados em consideração: esse levantamento é o inicial e apresenta apenas a intenção dos produtores,

não significando a sua realização; bem como existe a interferência da natureza: o clima e possíveis pragas.

ATIVIDADE INDUSTRIAL E EXPORTAÇÕES MANTÊM RITMO DE QUEDA

Em 2014, no acumulado do período de janeiro a setembro, a taxa de crescimento da produção industrial baiana recuou 5,4%. Setorialmente, houve decréscimo de 5,9% na transformação industrial e expansão de 2,5% na indústria extrativa mineral. O pífio desempenho na transformação industrial decorreu principalmente dos segmentos Veículos (-40,4%), Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-41,4%), Metalurgia (-5,9%) e Couros, artigos para viagem e calçados (-4,4%), refletindo a redução da demanda interna e externa, principalmente por veículos, bens duráveis e produtos metalúrgicos, bem como o encerramento de atividades, em 2013, em indústrias de produtos de informática e de calçados. Os segmentos de Produtos químicos (4,6%), Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (2,3%), Extrativo (2,5%) e Produtos alimentícios (0,2%) apresentaram taxas positivas no período (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2014).

O terceiro trimestre foi marcado por nova retração da produção de Veículos atribuída, sobretudo, à queda na demanda externa da Argentina, mas também ao alto

De janeiro a setembro, a Bahia vendeu 12.044 veículos, queda de 4,3% ante o mesmo período do ano passado, segundo dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (2014)

volume dos estoques das montadoras e concessionárias de veículos. De janeiro a setembro, a Bahia vendeu 12.044 veículos, queda de 4,3% ante o mesmo período do ano passado, segundo dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (2014), o que contribuiu para a ampliação dos estoques do setor. O recuo dessa atividade também prejudicou a performance de outros segmentos, como o de Borracha e plástico, que cresceu apenas 0,5% no período, como também culminou no encerramento de atividades de algumas empresas.

Por outro lado, a principal contribuição positiva, no período, coube ao segmento de Produtos químicos, beneficiado pela demanda externa e doméstica por petroquímicos, sendo a última influenciada pelo bom desempenho de atividades relacionadas a bens de consumo não duráveis – como bebidas – e pelo setor de infraestrutura. Outro segmento que apresentou desempenho positivo no período foi Refino de petróleo, que, de janeiro a setembro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (2014), processou 13,05 bilhões de metros cúbicos de derivados de petróleo, volume superior em 2,9% ao processado no mesmo período de 2013.

Por sua vez, o comércio exterior baiano continua atravessando período difícil em 2014. No período de janeiro a outubro, a balança comercial da Bahia apresentou superávit de apenas US\$ 410 milhões, ante US\$ 1,278 bilhão no ano anterior, de acordo com as estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior (MDIC) (BRASIL, 2014a), divulgadas pela SEI (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2014). No país, foi observado um déficit de US\$ 1,87 bilhão no período, resultado da queda de 4,2% nas exportações e do decréscimo de 4,2% nas importações. A queda nos preços das *commodities* no mercado internacional e a retração dos embarques de manufaturados contribuíram fortemente para esse desempenho do comércio exterior.

A lenta retomada da crise mundial tem sido o principal fator para a queda das exportações. As exportações baianas, até outubro, registraram queda de 7,0%, alcançando US\$ 7,9 bilhões. Pesaram ainda, no desempenho do período, a queda generalizada dos preços das *commodities* no mercado internacional e a redução nas vendas de produtos industrializados, principalmente automóveis para a Argentina, petroquímicos para os EUA e metalúrgicos para a China.

Ao contrário das exportações, as importações baianas, até outubro de 2014, atingiram US\$ 7,52 bilhões e crescimento de 3,7% frente a igual período do ano passado. Apesar do arrefecimento da produção industrial, sobretudo nos dois últimos trimestres, que reduziu as importações de bens intermediários em 9,5%, até outubro, e de bens de capital, -4,1%, prevaleceu, no período, o aumento das compras de combustíveis em 33,0%.

Portanto, os indicadores de comércio exterior permitem evidenciar que os efeitos da crise internacional ainda não cessaram e podem continuar a interferir no setor industrial, ainda instável, somado às incertezas com relação ao ambiente econômico externo futuro.

CRESCIMENTO MODERADO NAS VENDAS VAREJISTAS

Em 2014, a elevação no nível de preços, as condições financeiras mais rígidas, e a desconfiança quanto à situação da economia, por parte do consumidor, emerge como potencial inibidor do consumo e, consequentemente, como um limitador do nível de crescimento das vendas no varejo. Entretanto, a despeito dessa conjuntura, o setor deverá encerrar o ano mantendo a sua trajetória

de crescimento, tendo em vista os efeitos das novas medidas de incentivo adotadas pelo governo federal, que retiraram alguns entraves para concessão de crédito. Nos últimos anos, a modalidade de crédito consignado foi um dos líderes do ciclo de expansão. Essa ampliação é sustentada, em grande parte, pela manutenção da renda elevada, mas recentemente apresentou arrefecimento.

De janeiro a setembro de 2014, o volume de vendas na Bahia foi de 5,6% em relação a igual período do ano anterior, superior ao nacional que registrou a variação de 2,6% na mesma base de comparação. Na Bahia, os segmentos que registraram destaque no período foram *Combustíveis e lubrificantes* (9,4%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,6%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (18,4%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (16,8%) e *Móveis e eletrodomésticos* (1,8%).

Os desempenhos das atividades estão relacionados às campanhas promocionais realizadas pelos empresários do ramo, em função de datas comemorativas. No caso do segmento de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, a atividade foi favorecida pelo alívio da inflação em alguns produtos

O segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou, ao longo dos últimos meses, um comportamento arrefecido nas vendas, frustrando as expectativas dos analistas de mercado quanto aos estímulos da realização da Copa do Mundo e do programa “Minha Casa Melhor”

comercializados pelo setor. Na Bahia, chama atenção o comportamento do segmento de *Combustíveis e lubrificantes* determinado pelo efeito base, já que no ano passado o segmento registrou comportamento negativo até o mês de setembro de 2013.

O segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou, ao longo dos últimos meses, um comportamento arrefecido

Tabela 4
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – jul./set. 2014

Atividade	Mensal (1)			Ano (2)	Acumulado 12 meses (3)
	Julho	Agosto	Setembro		
Comércio Varejista	2,7	2,3	2,8	5,6	5,6
1 - Combustíveis e lubrificantes	10,1	11,5	6,2	9,4	9,0
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,9	-0,4	-1,2	3,6	3,1
2.1 - Hipermercados e supermercados	3,9	-0,4	-2,0	4,1	3,8
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-2,1	-3,5	4,7	-1,5	-0,3
4 - Móveis e eletrodomésticos	-8,7	-10,2	-2,3	1,8	4,8
4.1 - Móveis	-6,2	-12,4	3,1	-1,0	1,6
4.2 - Eletrodomésticos	-9,8	-9,1	-4,9	3,6	7,3
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	10,1	16,3	16,0	18,3	17,6
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-25,4	-19,7	-22,9	-17,7	-21,3
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	11,1	2,4	-15,1	12,3	15,5
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	11,7	17,2	16,8	16,8	14,8
Comércio Varejista Ampliado (4)	-1,3	-2,0	2,0	1,7	2,0
9 - Veículos, motos, partes e peças	-9,7	-10,8	1,6	-6,0	-5,7
10 - Material de construção	-2,3	-7,0	-4,1	-2,0	1,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio (2014).

(1) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(2) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(3) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(4) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

nas vendas, frustrando as expectativas dos analistas de mercado quanto aos estímulos da realização da Copa do Mundo e do programa “Minha Casa Melhor”. Com exceção ao mês de maio, em que as vendas do subgrupo de eletrodomésticos foram impulsionadas em função dos apelos para que os consumidores adquirissem novos televisores, nos meses subsequentes os negócios realizados pelo ramo perderam a intensidade, alcançando, em setembro, a taxa negativa de 2,3%.

No varejo ampliado, que inclui *Veículos, Motos, partes e peças* e *Material de Construção*, o ritmo de crescimento foi comprometido pelos resultados negativos do segmento de *Material de construção* (-2,0%), e principalmente do segmento de *Veículos, motos, partes e peças*, que apresentou consecutivos resultados negativos, acumulando variação negativa de 6,0% no período. A desaceleração nas vendas já era esperada, em função do retorno escalonado do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A intensidade na desaceleração econômica reflete numa perspectiva apática quanto ao comportamento da economia brasileira nos próximos meses. No que diz respeito ao comércio varejista, espera-se, em 2015, que as vendas do varejo apresentem um quadro moderado de crescimento com tendências declinantes ao longo do período. A razão para essa visão se justifica pelas sucessivas decepções com o ritmo da atividade neste ano.

Na avaliação de José Francisco de Lima, economista-chefe do Banco Fator, “à medida que os dados vão mostrando essa piora, os modelos de previsão vão incorporando e jogando a deterioração para frente” (FEDEROWSKI, 2014). Na Bahia, apesar das vendas positivas no primeiro trimestre de 2014, impulsionadas pelas campanhas promocionais, como a Liquida Salvador, realizada no mês de março, a expectativa para os primeiros meses de 2015 é que as vendas no comércio varejista se apresentem em ritmos moderados.

No que diz respeito ao comportamento das atividades que compõem o setor, a expectativa é que atividades como a de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, que é a de maior peso para

o Indicador do Comércio Varejista, deverá apresentar ritmo de crescimento moderado em função do quadro de inflação elevada e sem arrefecimento no médio prazo, e do comprometimento da renda, em decorrência de um mercado de trabalho mais restrito.

No comércio varejista ampliado, o segmento de veículos deverá apresentar redução nas vendas. De acordo com a Anfavea, entidade que representa as montadoras instaladas no país, a expectativa é que os descontos no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis sejam retirados na virada do ano, tendo a recomposição tributária um impacto de 4,5% no preço do carro popular (LAGUNA, 2014). Assim, embora ainda não se possa definir os rumos do Comércio Varejista, em 2015, a trajetória descrita até o momento revela que, nos próximos meses, as decisões sobre política econômica vigente no país serão decisivas para manter ou mudar a trajetória apresentada pelo setor em 2014.

CONJUNTURA RECENTE NO MERCADO DE TRABALHO BAIANO

Apesar da queda do emprego formal (-6.207), em outubro de 2014, o mercado de trabalho continuou produzindo números relativamente favoráveis no acumulado do ano em análise. Portanto, nos dez primeiros meses do ano, foram contabilizados 36.212¹ novos empregos celetistas na Bahia. Esse resultado negativo, em outubro do ano corrente, teve precedentes em outubro de 2012 e 2013, nos quais se constataram quedas no mercado de trabalho da ordem de 4.886 e 2.419, respectivamente. As razões explicativas para o desempenho negativo do mercado formal de trabalho baiano, particularmente no mês de outubro de 2012, 2013 e 2014, talvez estejam na queda simultânea dos saldos da Agropecuária e da Construção civil, que por natureza se caracterizam por fatores sazonais, no âmbito dos quais a Agropecuária procura reduzir a demanda de trabalho na entressafra e a Construção civil, terminado o ciclo da obra, termina o trabalho.

¹ Dados sujeitos a retificação com a futura inclusão de informações fora do prazo do MTE.

Regionalmente, o saldo negativo na geração de emprego foi distribuído da seguinte forma: Região Metropolitana de Salvador (RMS) com menos 5.393 postos e o Interior com menos 814 postos.

Referente aos municípios baianos com mais de 30 mil habitantes, que obtiveram saldos negativos de empregos celetistas, no mês em referência, destacaram-se: Salvador (-3.305 postos), Lauro de Freitas (-1.291 postos) e Camaçari (-1.188 postos). Por outro lado, os municípios de Brumado, Alagoinhas e Dias d'Ávila sobressaíram-se na geração de novas oportunidades de trabalho formal, com saldos positivos de 406; 356 e 177 postos, respectivamente.

Setorialmente, as atividades econômicas que contribuíram com saldos negativos no mês de outubro foram: Construção Civil (-3.313 postos), Serviços (-1.780 postos), Agropecuária (-1.358 postos), Indústria de Transformação (-918 postos), Extrativa Mineral (-103 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (-72 postos) e Administração Pública (-59 postos). A exceção ficou por conta, unicamente, do setor Comércio (1.396 postos).

No que se refere à taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador (RMS), divulgadas pela SEI (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO, 2014), a mesma caiu 0,5% em setembro comparativamente a julho de 2014. A taxa de desemprego aberto também decresceu 0,5% (abaixando de 13,3% para 12,8%) e a do desemprego oculto ficou estável (mantendo-se em 4,7%). Em termos absolutos, o contingente de desempregados alcançou 325 mil trabalhadores, 10 mil a menos que em agosto, em razão do aumento na ocupação ter sido superior ao crescimento na População Economicamente Ativa (PEA).

Faltando dois meses (novembro e dezembro) para completar o ano, o prognóstico para o desempenho do mercado de trabalho, ao final de 2014, deverá seguir a trajetória de crescimento do emprego formal no estado, embora em ritmo mais moderado. Ademais, dezembro tem sido o mês dos saldos negativos na geração de empregos celetistas há mais de uma década ininterrupta, de 2003 a 2013, na Bahia (Gráfico 7).

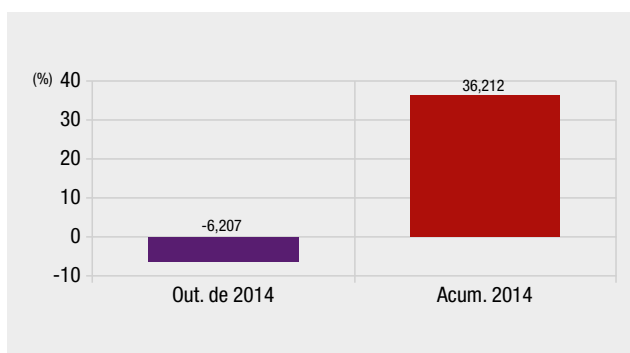


Gráfico 1
Crescimento do mercado de trabalho formal – Bahia – 2014

Fonte: Caged – Brasil (2014b).

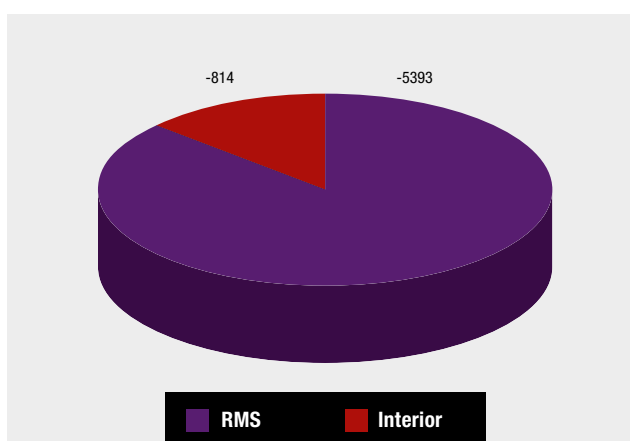


Gráfico 2
Participação da RMS e do Interior no saldo de emprego Bahia – out. 2014

Fonte: Caged – Brasil (2014b).

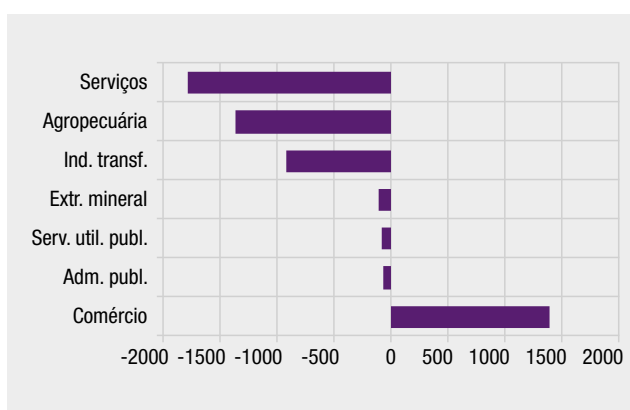


Gráfico 3
Distribuição setorial do emprego formal – Bahia – out. 2014

Fonte: Caged – Brasil (2014b).

Tabela 5
Taxas de Desemprego, por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador (RMS) – jul.-set. 2014
(em %)

Mês	Total	Aberto	Oculto
Julho	18,0	13,3	4,7
Agosto	18,1	13,2	4,9
Setembro	17,5	12,8	4,7

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT, 2014.

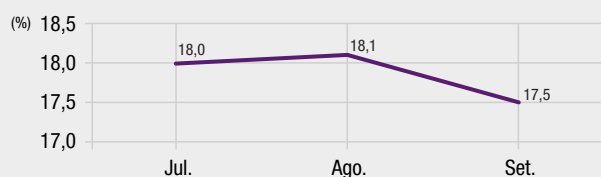


Gráfico 4
Desemprego Total – RMS – 2014

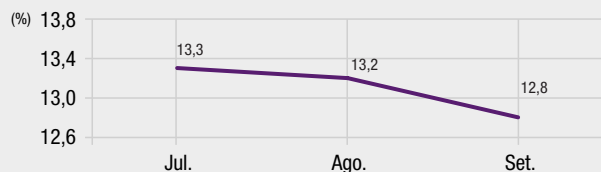


Gráfico 5
Desemprego Aberto – RMS – 2014

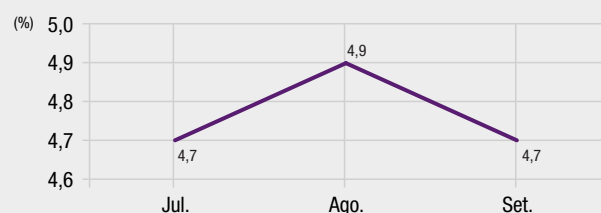


Gráfico 6
Desemprego Oculto – RMS – 2014

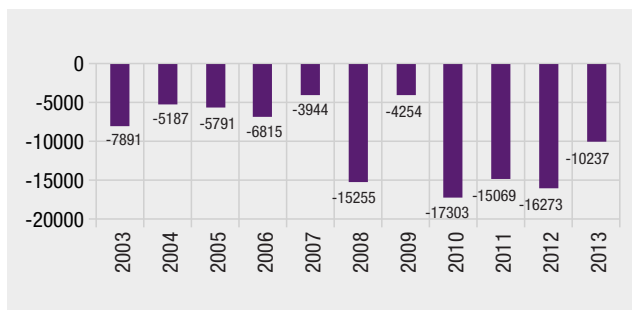


Gráfico 7
Salos de empregos formais – Bahia – dez. 2003/2013

Fonte: Caged (BRASIL, 2014b).

Assim, tomando-se por fundamento essa evidência histórica, presume-se uma nova queda do saldo de emprego, em dezembro de 2014, fato que deverá influenciar o saldo acumulado do ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira continua a mover-se em ritmo lento neste terceiro trimestre de 2014. A indústria ainda não apresentou retomada mais forte da produção, e também continua afetando o desempenho do comércio e dos serviços. Além do mais, contribuíram fortemente para o desempenho pífio: a baixa demanda do setor automotivo, o menor dinamismo da construção civil, as expectativas quanto às eleições e a queda dos indicadores de confiança dos mais variados segmentos de atividade.

O período janeiro a setembro de 2014 evidenciou, para a economia baiana, perspectivas desfavoráveis para o crescimento anual, pautadas principalmente no desempenho negativo da *Indústria* e no baixo ritmo do *Comércio exterior*. O setor de *Serviços* apresenta desempenho modesto, ancorado no *Comércio varejista*, que tem mostrado ritmo moderado de crescimento no estado, apesar da pouca confiança do consumidor e das incertezas do mercado quanto à atividade econômica de modo geral.

Positivamente, aparecem os resultados do setor *Agropecuário*, que tem apresentado estimativas bastante significativas de produção de grãos para a safra de 2014, bem acima das esperadas no início das plantações, e tem

se beneficiado dos preços no mercado internacional. Em resposta a esse cenário, o mercado de trabalho apresenta-se com perspectivas de estabilidade tanto para o nível de emprego como para a ocupação, ao mesmo tempo em que os salários reais tendem a perder o ritmo de crescimento.

O Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou para a Bahia acréscimo de 2,7% no período de janeiro a setembro de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior. Para o Nordeste, a elevação foi de 3,9%, enquanto para o país ficou nulo (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014a). Esses resultados evidenciam que a Bahia e o Nordeste mostram desempenho favorável e acima do observado para a economia nacional.

Neste contexto, considerando-se os fatores positivos para a retomada da atividade no último trimestre, tem-se a recuperação dos EUA, que apresentou acréscimo anualizado de 3,9% no PIB do terceiro trimestre; estabilidade no crescimento da China; redução nos preços dos alimentos; entre outros. Por outro lado, como entraves à recuperação, observa-se o fraco desempenho na economia da América Latina; estabilidade do desemprego nas regiões metropolitanas; ausência da confiança empresarial e de investimentos; alta dos juros; menor dinamismo do consumo das famílias.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2013/14. Brasília: CONAB, v. 1, n. 12, p. 1-96, set. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_09_10_14_35_09_boletim_graos_setembro_2014.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2014/15. Brasília: CONAB, v. 2, n. 2, p. 1-96, nov. 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_11_13_09_19_35_boletim_graos_novembro_2014.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dados estatísticos mensais*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=64555&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&cachebust=1381866081745>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

ATIVIDADE econômica baiana cresce 0,6% no terceiro trimestre de 2014 e estimativa da SEI para o ano é 1,5%. *Informativo PIB Trimestral*, Salvador, v. 5, n. 3, jul./set. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2014_3.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR)*. [Brasília]: BACEN, set. 2014a. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom*. 187ª Reunião [Brasília]: BACEN, Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM187>>. Acesso em: 12 dez. 2014b.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_out_2014.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Indicadores e estatísticas*. Brasília: MDIC, out. 2014a. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília: MTE, out. 2014b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/caged-out-2014.htm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. *A economia brasileira no 3º trimestre de 2014: visão geral*. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2014. 20 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201403caderno.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos. São Paulo: FENABRAVE, out. 2014. Disponível em: <<http://www3.fenabreve.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FEDEROWSKI, Bruno. *Economia*: visão majoritária é de que a elevação nos preços não vai ceder até o fim de 2015. REUTERS. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/atividade-fraca-no-brasil-contamina-expectativas-para-2015>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_2014011comentarios.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

LAGUNA, Eduardo. *Preço de carro popular sobe 4,5% com aumento do IPI, diz Anfavea*. 4 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3804926/preco-de-carro-popular-sobe-45-com-aumento-do-ipi-diz-anfavea>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, set. 2014. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_set14.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2014.



Geraldo Reis “A SEI se faz indispensável hoje para o estado”

Geraldo Reis é sociólogo, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Ainda jovem, se envolveu nos movimentos estudantis, iniciando uma trajetória ligada à política no estado. Em Vitória da Conquista, foi secretário de Expansão Econômica, entre 1997 e 2000, e coordenador institucional do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, em 2003, sendo também

responsável por implementar um dos mais exitosos programas de microcrédito do Brasil, o Banco do Povo. Possui diploma de estudos avançados (DEA) na área de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador (Unifacs)/Universidade de Barcelona, tendo publicado vários artigos nas áreas de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional. Em 2007, foi nomeado diretor-geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) e órgão oficial de estatística e pesquisa do estado, tendo se aprofundado em temas relativos à conjuntura e à economia, entre outros. Em 2015, assumiu o cargo de secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

C&P – Como o senhor avalia os últimos oito anos de gestão na SEI? Qual a relevância e visibilidade do órgão hoje?

Geraldo Reis – Ao final desses oito anos à frente da SEI, avalio que a instituição deu um salto de qualidade e ampliou seu espectro de atuação, oferecendo ao Governo e à sociedade um instrumental relevante e mais aderente às necessidades de se planejar a Bahia. Como gestor, aprendi muito nesse processo. Desde meu primeiro dia como diretor-geral da SEI dediquei-me a aprender sobre os conteúdos temáticos e procurei valorizar a cultura e as especificidades desta autarquia, tendo sido possível manejar as pautas internas e externas do órgão, mantendo sua legitimidade e respeito frente às instituições pares e agentes econômicos. Hoje, posso afirmar que me sinto orgulhoso de ter feito parte de uma equipe que cultiva o espírito público e o dever técnico, uma equipe competente e cada vez mais reconhecida. Acredito estar entregando a instituição melhor do que ela estava há oito anos, com algumas conquistas consolidadas e antigas demandas atendidas. A SEI cresceu em sua importância dentro do Governo do Estado, está mais integrada, permitindo um maior aproveitamento dos trabalhos que realiza para subsidiar o Planejamento.

C&P – A SEI ampliou os estudos e pesquisas em diversas áreas. Quais os principais projetos realizados que contribuíram, neste período, para um melhor planejamento do estado?

GR – Em cada área de atuação da SEI, tivemos avanços relevantes. Sem dúvida, o projeto de Atualização dos Limites Intermunicipais da Bahia é um marco e um legado deixado para o estado, pois resolve um problema complexo que vinha se intensificando desde a última lei de divisão territorial, que data de 1953. Ampliamos o volume e o escopo de pesquisas e estudos nas diversas áreas, com a criação de novos indicadores sistêmicos, a exemplo do Índice de Confiança do Empresariado Baiano. Temos a nova Cartografia, realizada para 70% do território. Fizemos, também, avanços nas áreas de Contas Regionais e no arcabouço de insumos para conhecermos melhor a economia baiana, a exemplo da Matriz Insumo e Produto, da Tabela de Recursos e Usos, e de trabalhos de estimação do PIB pela ótica da demanda, que está servindo de base para a cenarização da Seplan. Investimos, ainda, no acompanhamento de indicadores sociais e de população.

o projeto de Atualização dos Limites Intermunicipais da Bahia é um marco e um legado deixado para o estado, pois resolve um problema complexo que vinha se intensificando desde a última lei de divisão territorial

C&P – O Projeto de Atualização da Base Cartográfica da Bahia foi alvo de grandes investimentos pelo Governo do Estado nos últimos oito anos. Como este projeto se reverte em benefícios para a Bahia?

GR – O projeto de Atualização Cartográfica do Estado é considerado um marco na produção de geoinformação na Bahia e no Brasil. O trabalho resultará na geração de 2.414 folhas topográficas nas escalas de 1:10.000, 1:25.000 e 1:50.000. Inicialmente foram adquiridas imagens de sensor orbital com resolução de 5m para todo o estado para atender à demanda de mapeamentos temáticos, a exemplo de vegetação, uso atual da terra entre outros. Simultaneamente, foram executados voos aerofotogramétricos para geração dos produtos Modelo Digital de Superfície, Ortofotos e geração de Curva de Nível. Com esses produtos, estão sendo geradas as folhas topográficas. Temos hoje 70% do território registrado por aerolevantamento. Este é um passo importantíssimo, servindo de exemplo ao Brasil, que possui enorme atraso em termos de conhecimento e mapeamento de seu território. Este era um sonho antigo de especialistas, cartógrafos, gestores públicos e, também, da iniciativa privada, pois é de fundamental importância para os diversos ramos de atividade humana, em especial para o setor público, contribuindo para o adequado gerenciamento e implantação de obras de infraestrutura e logística. Os mapas são essenciais para as atividades econômicas e industriais, a proteção ambiental e o adequado planejamento territorial. São beneficiados, inicialmente,

A atualização das divisas intermunicipais da Bahia representa um novo marco na indução de gestões municipais mais racionalizadas e modernas, a ponto dessa experiência estar se tornando reconhecida nacionalmente sendo, inclusive, referência para trabalhos semelhantes no Maranhão e Mato Grosso

projetos de gestão ambiental de recursos hídricos, os setores do petróleo e gás, agronegócio, mineração e transportes, a proteção de áreas de conservação e o planejamento público das prefeituras municipais, entre outros segmentos estratégicos para o desenvolvimento.

C&P – A SEI ousou propor e coordenar o projeto de Atualização dos Limites Intermunicipais da Bahia, trabalho que despertou polêmica entre prefeituras e demandou um grande esforço de mediação e conciliação por parte dela. Ao final deste trabalho, como o senhor avalia os resultados obtidos?

GR – Sem nenhum ufanismo, podemos afirmar que a atualização das divisas intermunicipais da Bahia representa um novo marco na indução de gestões municipais mais racionalizadas e modernas, a ponto dessa experiência estar se tornando reconhecida nacionalmente sendo, inclusive, referência para trabalhos semelhantes no Maranhão e Mato Grosso.

Esta será uma grande contribuição da gestão Wagner para o estado da Bahia. O projeto de Atualização das Divisas Intermunicipais da Bahia já conta com 14 novas leis sancionadas pelo Governo do Estado, beneficiando as populações de 228 municípios, em 14 territórios de identidade. Os resultados alcançados até agora comprovam a efetividade da metodologia e procedimentos adotados pelas equipes da SEI e IBGE, pautados na consistência técnica, imparcialidade, interesse público e, sobretudo, valorização do sentimento de pertencimento das populações em áreas de conflito, além da base legal para que fosse desenvolvido, através da Lei nº 12.057, de janeiro de 2011, de autoria do deputado João Bonfim, que contou de pronto com o apoio político do governo. O trabalho põe fim a conflitos por território, especialmente por interesses econômicos, que dizem respeito à localização de empreendimentos que geram tributos, *royalties* para as municipalidades ou mesmo contagem da população para cálculo de repasses.

C&P – Outro esforço da gestão foi a realização do primeiro concurso público da SEI. Pode-se dizer que a instituição está mais fortalecida?

GR – Sem dúvida. Vejo a SEI, hoje, mais respeitada dentro da administração pública, melhor entendida no seu papel e com mais reconhecimento pelo seu valor. A realização do primeiro concurso público da SEI, ainda que numa dimensão menor do que o pleito inicial, é uma demonstração disso. É claro que quem governa o estado precisa ter uma visão global das necessidades

e urgências da sociedade – nesse sentido, as prioridades muitas vezes não são aquelas que nós gostaríamos. Mas o concurso é uma realidade e agora aguardamos a nomeação de todos os aprovados.

C&P – Quais os desafios para a SEI na próxima gestão?

GR – Acredito que a SEI deva continuar buscando seu fortalecimento institucional, buscando conquistar sua sede própria, ampliar seu quadro próprio de servidores e investir nas carreiras e nos projetos, pesquisas, estudos e indicadores de relevância para o melhor entendimento da realidade socioeconômica da Bahia. Trabalhos como o de Contas Regionais, Matriz Insumo e Produto, toda a área de cartografia e geoprocessamento, as linhas de estudos sobre pobreza, renda e população são alguns exemplos de trabalhos indispensáveis hoje para instrumentalizar o Governo do Estado, os agentes econômicos e toda a sociedade. A SEI se faz indispensável hoje para o estado.

C&P – Ao longo desse período, a SEI acompanhou muitas mudanças na conjuntura. Quais os novos vetores dinâmicos da economia baiana para os próximos anos?

GR – A nova agenda de investimentos estruturantes da Bahia é pautada na diversificação e descentralização espacial, representando um esforço de avançar na redução das desigualdades regionais. Além de um conjunto diversificado de investimentos nos modais de transporte ferroviário e rodoviário, e da construção, ampliação ou modernização de 10 aeroportos (Paulo Afonso, Barreiras, Lençóis,

Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Salvador, Ilhéus, Guanambi, Vitória da Conquista e Porto Seguro), os investimentos previstos na construção e ampliação dos Distritos Industriais e as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) poderão atrair novos investimentos e aumentar a competitividade da economia baiana.

Os novos investimentos previstos, até 2020, permitem vislumbrar grandes possibilidades de agregação de valor à produção local, capazes de viabilizar relevante número de negócios, tanto no setor industrial como no de serviços. Em relação a esses projetos de investimentos que já estão no plano da efetivação, os três que merecem especial destaque são o Polo Naval, situado no Recôncavo da Bahia, o complexo acrílico, situado no Polo Petroquímico de Camaçari, e o Parque Eólico, espalhado em todo o interior

O complexo acrílico, pode promover uma verticalização na cadeia petroquímica. Além de estimular uma cadeia de indústrias a jusante, o complexo estimulará a integração com a indústria petroquímica a montante. A fábrica da BASF será a primeira do Brasil e da América Latina a produzir insumos petroquímicos, anteriormente importados dos Estados Unidos

do estado, com previsão de mais de 50 projetos com perspectiva de transformar a Bahia no principal parque eólico do Brasil até finais de 2015. Esses investimentos podem modificar a feição da indústria de transformação do estado na direção da tão sonhada industrialização de bens finais.

O complexo acrílico, por exemplo, pode promover uma verticalização na cadeia petroquímica. Além de estimular uma cadeia de indústrias a jusante, o complexo estimulará a integração com a indústria petroquímica a montante. A fábrica da BASF será a primeira do Brasil e da América Latina a produzir insumos petroquímicos, anteriormente importados dos Estados Unidos. As perspectivas, portanto, para uma verticalização da cadeia petroquímica são realmente muito promissoras e podem reestimular uma alavancagem na geração de valor adicionado industrial, fazendo a indústria retornar a patamares maiores na agregação de valor ao PIB da Bahia.

O Polo Naval é outro exemplo de investimento muito importante para essa “nova dinâmica” industrial do estado da Bahia entre 2015 e 2020, pois se trata de uma indústria de bens finais importante para a desconcentração regional e com uma demanda potencial alta. Trata-se, pois, de uma indústria de elevado valor agregado e que pode apresentar grandes reflexos na pauta de exportações do estado.

Vale destacar o papel que as novas universidades federais devem continuar tendo nas cidades médias como elemento dinâmico e polarizador no sentido da desconcentração.

C&P – A Bahia é o principal estado do Nordeste. É possível recuperar o protagonismo perdido para Ceará e Pernambuco?

GR – Sem dúvida, mesmo tendo esses dois estados apresentado, nos últimos anos, taxas de crescimento acima do PIB da Bahia, nós continuamos sendo a principal economia do Nordeste, com 28% do PIB da região. Ao mesmo tempo, o crescimento do Ceará e Pernambuco ajuda na desconcentração econômica, pois, entre 2002 e 2012, a participação do Nordeste cresceu muito pouco em relação ao PIB do Brasil, passando de 13,0% para 13,6%. O protagonismo da Bahia será recuperado com esse processo e com os investimentos previstos na indústria e em infraestrutura para os próximos anos, tornando nossa economia mais competitiva e interligada com a economia nacional e mundial nos fluxos de mercadorias e serviços.

C&P – Qual o papel da infraestrutura e da logística nesse processo?

GR – Entre 2003 e 2013, crescemos ocupando a capacidade ociosa da economia e a demanda agregada puxada pelo consumo. Esse ciclo está em fase de esgotamento. Agora o crescimento passa pelos investimentos em infraestrutura física e também na qualificação da mão de obra, já que a taxa de investimento em relação ao PIB se encontra em níveis muito baixos, próximo de 18%. Para que possamos crescer acima de 3,0% é necessário investir acima de 20%. A construção de novas ferrovias e a adequação da malha ferroviária já existente proporciona o fortalecimento destes fluxos e viabiliza o escoamento

da produção do Oeste Baiano e das novas áreas de exploração de minérios no interior do estado. No sentido Norte-Sul, a adequação da malha da FCA e a proposta de concessão anunciada para a ligação ferroviária Salvador-Recife promoverão um intercâmbio comercial ainda maior entre a economia baiana e as regiões Nordeste e Sudeste, articuladas com o complexo portuário da Baía de Todos os Santos. Ao se considerar os projetos da Hidrovia do São Francisco e a requalificação das ferrovias da FCA, nos seus ramais de Salvador para Minas Gerais e Salvador para Juazeiro, e agregar os projetos de plataformas logísticas na Macrorregião de Salvador-Feira de Santana, em Juazeiro, em Itabuna e em Vitória da Conquista, compreende-se que está sendo construída uma grande rótula de articulação dos fluxos econômicos. Isto é, dotando a Bahia de maior infraestrutura e considerando como válidos os preceitos das teorias de localização industrial, pode-se assistir a um verdadeiro ciclo de crescimento econômico, alicerçado na complexificação, diversificação e aumento do valor adicionado nas atividades econômicas, principalmente no interior do estado.

C&P – Em sua opinião, quais os principais fatores que levaram o Brasil a ser hoje uma economia de classe média, com mais de 60% da população nesse estrato de renda?

GR – A política de transferência de renda, juntamente com os aumentos reais do salário mínimo, associados ainda com as políticas de crédito e estímulo ao consumo fomentaram a demanda agregada no

Brasil, especialmente nas regiões mais pobres. Primeiramente houve aquecimento nos setores de prestação de serviços e comércio em razão da ampliação da renda dos mais pobres. O efeito multiplicador atingiu cadeias inteiras, ampliando o emprego e elevando, portanto, a massa de rendimentos. Essa dinâmica permitiu um crescimento econômico via expansão do mercado interno em um momento em que o mundo viveu uma crise contundente, com forte redução de demanda externa. Na Bahia, com um repasse anual de R\$ 5 bilhões do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), esse processo foi mais intenso quando comparado com a média nacional. Como resposta desses movimentos, houve crescimento exponencial da classe média, pelas elevadas taxas de crescimento do volume de vendas do comércio baiano, pela expansão do emprego ter se dado com mais intensidade nas pequenas e micro empresas, no interior do estado, principalmente nos setores de comércio e serviços.

C&P – Mesmo com essa condição, ainda continuamos a ter um alto grau de concentração de renda, que medidas podem ser adotadas para reduzir essa desigualdade histórica, no segundo mandato da presidente Dilma? Para alguns economistas, uma das causas do nosso baixo crescimento está ligada à questão da produtividade, como o senhor vê essa questão?

GR – Embora concorde em parte com essa informação, os fatores que explicam essa baixa produtividade estão relacionados com a

baixa qualificação de nossa mão de obra e a deficiência em nossa infraestrutura produtiva. Atrelado a isso, também, houve uma forte diminuição dos investimentos ao longo dos últimos anos na economia brasileira, segundo os dados do IBGE. De alguma forma, o governo tem tentado compensar essa diminuição dos investimentos privados, com importantes obras do PAC de integração dos modais de transporte e de infraestrutura para o escoamento da produção, mas, obviamente, sem o apoio da iniciativa privada não será possível fazer crescer a produtividade da economia, uma vez que dependemos de importantes investimentos em tecnologia que precisam ser feitos para um reaparelhamento de nossa indústria. Além disso, é necessário melhorar constantemente a educação básica e profissional e potencializar o chamado capital humano do país. Não adianta ter intensividade tecnológica se o trabalhador não souber como operacionalizar uma máquina de produção. Por isso, as iniciativas do Pronatec são tão importantes, pois oferecem qualificações permanentes para o trabalho profissional em diferentes áreas. Elevação de produtividade está associada a esses dois fatores elucidados e certamente podem possibilitar um incremento no crescimento da economia brasileira, com geração de maior valor

Não adianta ter intensividade tecnológica se o trabalhador não souber como operacionalizar uma máquina de produção. Por isso, as iniciativas do Pronatec são tão importantes, pois oferecem qualificações permanentes para o trabalho profissional em diferentes áreas

adicionado e ganhos nas relações internacionais. Por isso é importante que o governo cuide da pasta de ciência, tecnologia e educação profissional com certo protagonismo, tanto de planejamento quanto de orçamento.

C&P – Quais as perspectivas para o Brasil e a Bahia em 2015, dado o cenário externo ainda de baixo crescimento?

GR – As perspectivas para ambos já estão dadas. A economia brasileira deverá crescer aproximadamente 0,8% enquanto a economia baiana deverá ter um desempenho muito parecido com 2014, com

um crescimento próximo a 1,5%. Algumas medidas de austeridade fiscal e monetária podem devolver a credibilidade para a atual equipe econômica do Governo Dilma e criar um ambiente mais seguro para o investimento. O problema é que, em curto prazo, tais medidas vêm acompanhadas de elevação de taxas de juros e diminuição de gastos públicos em todas as pastas, criando poucas perspectivas para uma retomada consistente dos investimentos dentro desse curto prazo compreendido entre o ano 2015 e o primeiro semestre de 2016, quando deve ser esperada a convergência da meta de inflação para patamares mais baixos. A partir daí, espera-se uma recuperação da economia brasileira e uma retomada mais consistente dos investimentos produtivos. A depender do tamanho dessas mudanças, as repercussões regionais podem ser maiores ou menores. No caso da Bahia, investimentos protocolados nas áreas de mineração, indústria eólica, parque acrílico, automotivo, polo naval, além de importantes obras de infraestrutura devem estar a pleno vapor, o que nos faz acreditar que a Bahia passará por esse período de forma menos “turbulenta” e com perspectivas de manter o descolamento em relação ao crescimento econômico esperado para o país.



Complexos eólicos e impactos ambientais: uma leitura preliminar da experiência baiana¹

Tatiana Pinto Costa Pimenta*

José Ângelo Sebastião Araújo dos Anjos**

Laumar Neves de Souza***

Embora a matriz elétrica nacional seja predominantemente baseada nas hidrelétricas, o Brasil possui um grande potencial de fontes de energia renovável (PITA, 2011). Visando promover a diversificação dessa matriz e atender ao aumento da demanda por energia elétrica, o governo brasileiro, através do Decreto nº 5.025, de 2004 (BRASIL, 2004), instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que, a partir de 2009, passou fomentar o desenvolvimento de fontes de energias alternativas (eólica, biomassa, fotovoltaica e PCH's), no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN).

* Graduada em Engenharia Ambiental e Sanitária e mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs). tatinha_pimenta@hotmail.com

** Doutor e mestre em Engenharia Mineral pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do mestrado em Energia da Universidade Salvador (Unifacs). jangello@unifacs.br

*** Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). laumar.souza@unifacs.br

¹ Este artigo é uma versão ligeiramente modificada do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado por Tatiana Pinto Costa Pimenta ao Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Salvador (UNIFACS), que teve como orientador e co-orientador, respectivamente, os professores José Ângelo Sebastião Araújo dos Anjos e Laumar Neves de Souza.

A Bahia possui 528 MW de capacidade de energia instalada em operação comercial. Grande parte desta capacidade instalada está concentrada nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã

Dessa forma, a matriz eólica, que, em 2003, totalizava seis usinas, passou a contar com 90 usinas, em 2013 (BRASIL, 2014). Segundo o Atlas Eólico Bahia (SCHUBERT, 2013), tal estado apresenta o expressivo potencial eólico de 195 GW de energia (com ventos cuja velocidade média é de 9,5 m/s (superiores à média mundial²)) e desponta no cenário nacional como o primeiro estado em potência contratada nos leilões de energia eólica da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os ventos que sopram no semiárido baiano são considerados excepcionais por serem unidirecionais e constantes, o que garante uma excelente capacidade de geração eólica. Isso se deve ao fato da Bahia estar localizada em uma região de transição entre regimes distintos de ventos, com predominância ao Norte de ventos alísios e ao Sul da interação das incursões de massas polares e dos centros de altas pressões de anticiclone subtropical (SCHUBERT, 2013).

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (2014), a Bahia possui 528 MW de capacidade de energia instalada em operação comercial. Grande parte desta capacidade instalada está concentrada nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, onde estão localizados o maior número de complexos eólicos do estado.

Em que pese à existência desse potencial eólico, para que o planejamento ambiental da região que reúne os referidos municípios seja eficiente é necessário realizar um conjunto de análises com vistas a compreender/mensurar os impactos ambientais decorrentes da implantação e operação de tais complexos. É, pois, dentro dessa perspectiva que se enquadra o presente esforço de investigação, na medida a que se propõe a fornecer uma visão preliminar acerca dos aludidos impactos que estão sendo identificados nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, em função da presença dos mencionados empreendimentos energéticos.

Para efeito de conceituação do que venha a ser impacto ambiental, adotou-se o que consta na Resolução CONAMA nº 001/ 86 (BRASIL, 1986), no seu artigo 1º:

Artigo 1º – Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II – as atividades sociais e econômicas;
- III – a biota;
- IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e
- V – a qualidade dos recursos ambientais.

Dessa forma, todos os impactos que os complexos eólicos produzem são classificados por essa Resolução como ambientais. Não obstante, visando uma melhor organização didática das ideias apresentadas neste estudo, optou-se por expor alguns impactos ambientais ocasionados pelos supracitados empreendimentos em duas seções distintas. Uma na qual são elencados os impactos ambientais de ordem socioeconômica e outra em que se revelam os impactos de natureza biofísica. Antes dessas duas seções, porém, são fornecidos alguns traços socioeconômicos e bióticos da Região Econômica da Serra Geral. Na última parte do estudo, como de praxe, são esboçadas as considerações finais.

Feitos esses esclarecimentos, cabe mencionar que os dados contidos neste trabalho foram coletados

² A velocidade média mundial dos ventos para torres de 100 m de altura é de 7m/s (ANEEL).

por meio de pesquisa bibliográfica, que, inicialmente, buscou extrair informações sobre o atual quadro da energia eólica na Bahia. Para tal, recorreu-se ao Atlas de Energia Elétrica do Brasil (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2013), ao Atlas Eólico Bahia (SCHUBERT, 2013) e ao Plano Decenal de Expansão de Energia, elaborado para o período que compreende os anos de 2011 a 2020.

Em um segundo momento, a pesquisa bibliográfica objetivou a caracterização socioeconômica e biofísica da região de estudo, sendo utilizada a divisão territorial da Bahia em Regiões Econômicas. Em razão do desenvolvimento econômico das regiões detentoras dos complexos ser diferenciado, priorizou-se a análise dos impactos ocorridos na Região Econômica de Serra Geral, por ela abrigar justamente os municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã.

Após definir o perímetro de estudo e inteirar-se das características da região, a pesquisa bibliográfica se concentrou na procura de dados sobre os impactos referentes à implantação e funcionamento dos parques eólicos nos municípios estudados. Nesse estágio, foram analisados Estudos de Impactos Ambientais (EIA,) com seus respectivos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), bem como Relatórios Ambientais Simplificados (RAS) de alguns complexos, além de teses e dissertações que tinham como objeto de análise a discussão de questões relacionadas à problemática dos impactos ambientais.

A pesquisa bibliográfica se concentrou na procura de dados sobre os impactos referentes à implantação e funcionamento dos parques eólicos nos municípios estudados

Outra forma de prospecção de dados utilizada foi a pesquisa documental, sendo explorados documentários como Energia Eólica: injustiças e conflitos ambientais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012) e Energia Eólica: a caçada pelos ventos (BAUER, 2013).

Com o intuito de compreender o processo do licenciamento dos complexos eólicos, que permitiram a geração de alguns impactos, foi revisado o arcabouço regulatório, incluindo as mudanças estabelecidas na Norma Técnica do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM) NT-01/2011, que dispõe sobre o processo de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica, a partir de fonte eólica no Estado da Bahia.

Há dois aspectos a serem enfatizados acerca da metodologia adotada: o primeiro se refere ao fato de não ter sido realizada pesquisa de campo, sendo, portanto, utilizados como métodos de obtenção de dados a pesquisa bibliográfica e documental. O segundo aspecto, por seu turno, se relaciona com a dificuldade na obtenção de bibliografia acerca dos diagnósticos ambientais para os municípios estudados e com a inacessibilidade aos pareceres técnicos sobre o licenciamento ambiental.

ALGUNS TRAÇOS SOCIOECONOMICOS E BIOTICOS DA REGIÃO ECONÔMICA DA SERRA GERAL

A característica peculiar dos complexos eólicos baianos é o fato de se concentrarem nas Áreas de Preservação Permanente (APP's) de topo de morro do semiárido, distribuídos em doze municípios, inseridos em cinco Regiões Econômicas:

- Região Econômica da Serra Geral: municípios de Caetité, Guanambi, Pindaí e Igaporã.
- Região Econômica da Chapada Diamantina: municípios de Brotas de Macaúbas e Bonito.
- Região Econômica de Piemonte da Diamantina: município de Morro do Chapéu.
- Região Econômica do Baixo Médio São Francisco: municípios de Casa Nova, Sobradinho e Sento Sé.
- Região Econômica Irecê: municípios de Gentio do Ouro e Xique-xique.

Tratando especificamente da Região Econômica da Serra Geral, tem-se que ela situa-se no sudoeste da Bahia e abrange uma área total de 32.354,6 Km², dividida em 29 municípios. Além disso, abriga uma população de, aproximadamente, 565.037 habitantes, estando 43,4% fixada na zona urbana e os 56,6% restantes na zona rural, sendo esta a parcela da população passível de ser diretamente impactada pelas atividades dos parques eólicos, uma vez que estes se concentram na zona rural.

Vale notar que a ocupação dessa região teve início no final do século XVIII, motivada pela atividade mineradora e pelo cultivo de algodão (RIBEIRO, 2008). No contexto atual, além das atividades agropecuárias, a economia baseia-se na indústria, comércio, serviços e, principalmente, na mineração³, com destaque para o município de Caetité por abrigar a quinta maior jazida de Urânio do mundo e a terceira maior reserva de ferro do país. Como aspectos comuns aos três municípios estudados podem ser mencionados a pobreza, a baixa infraestrutura em serviços básicos e a fixação da população na zona rural.

No que tange os aspectos bióticos da Região Econômica da Serra Geral, a cobertura vegetal predominante é a caatinga, sendo encontrados também cerrados e floresta estacional com áreas antropizadas (SCHUBERT, 2013). A fauna e a flora apresentam-se bastante diversificadas e com alto grau de endemismo, apesar de serem restritas em volume (MELO FILHO; SOUZA, 2006).

Cabe informar, nesse ponto, que há no semiárido uma grande diversidade de espécies de avifauna, totalizando 93 espécies, entre elas 33 espécies migratórias e 20 espécies ameaçadas de extinção (ACCIOLY et al., 2006). Quanto aos quirópteros (morcegos), a região abriga diversas espécies, sendo a minoria hematófaga (sugadora de sangue) e a maioria nectarívora (sugadora de néctar), o que acentua sua grande importância como polinizadores e dispersores de sementes (colonização de plantas em clareiras florestais), estando algumas espécies de vegetais como o cacto completamente dependentes para a sua reprodução (FALCÃO, 2005).

3 Antes da chegada dos complexos eólicos quase todos os investimentos para essa região destinavam-se ao segmento mineral.

No que tange os aspectos bióticos da Região Econômica da Serra Geral, a cobertura vegetal predominante é a caatinga, sendo encontrados também cerrados e floresta estacional com áreas antropizadas

Também são encontradas na região três das cinco espécies de canídeos silvestres brasileiros: lobo-guará (*chrysocyonbrachyurus*), cachorro do mato (*cerdocyonthous*), cachorro do mato vinagre (*speothosventicus*) (RAMOS; PESSITTI; CHIEREGATTO, 2003).

IMPACTOS AMBIENTAIS DE ORDEM SOCIOECONÔMICA

A ocorrência de conflitos envolvendo a oposição dos moradores à construção dos parques vem sendo bastante citada na literatura que procura vasculhar os impactos ambientais dos parques eólicos que vem sendo implantados na Bahia. A aceitação da população à implantação dos complexos envolve vários fatores, tendendo a ser maior quando a comunidade é devidamente instruída sobre os benefícios da utilização da energia limpa e quando obtêm benefícios diretos com tais empreendimentos. De acordo com Improta (2008, p. 43), “a ocorrência destes conflitos ou de problemas semelhantes mostram a importância da consideração dos aspectos sociais envolvidos nos projetos de energia renovável”.

Outros impactos de ordem socioeconômica que devem ser considerados são o “inchaço” populacional (evidenciando um impacto negativo) e um impulso no crescimento econômico (demonstrando) um impacto positivo (RIBEIRO, 2008).

As terras utilizadas para a implantação dos parques, geralmente, são arrendadas pelo período de 25 anos, representando uma fonte de renda a mais para os proprietários

Nesse ponto, cabe atentar para o fato de que as terras utilizadas para a implantação dos parques, geralmente, são arrendadas pelo período de 25 anos, representando uma fonte de renda a mais para os proprietários que, via de regra, são pequenos agricultores. Estes recebem em média o valor de R\$ 5 mil a R\$ 6 mil por torre/ano, e em alguns casos parte da energia produzida (PITA, 2011)⁴.

Tais arrendamentos, no entendimento desse autor, teoricamente não interferem nas atividades agropecuárias desenvolvidas pelo pequeno produtor local, geralmente agricultura de subsistências, lavouras e criação de gado.

Outro aspecto importante, que também é destacado por (PITA, 2011), associado aos arrendamentos, diz respeito à valorização e a regularização fundiárias das terras, o que aquece a economia local e estimula a fixação do pequeno agricultor no campo. Atualmente, na região existem mais de 300 projetos de regularização fundiária.

Essa valorização e regularização, que configuram prioritariamente impactos positivos, têm sido motivo de conflito entre familiares que não chegam a um acordo sobre quem possui direito sobre a terra (ENERGIA..., 2013).

⁴ Algumas propriedades que não abrigam parques eólicos precisamente, mas que servem de rota de passagem para pessoas e equipamentos de construção para a implantação e operação dos parques, também são indenizadas em contratos bilaterais, renovados anualmente entre as empresas e os proprietários (RIBEIRO, 2011).

Outro aspecto importante relacionado com os arrendamentos de terra e que merece ser mencionado é o fato destes constituírem os pilares dos impactos sociais mais graves. Depoimentos de moradores locais demonstram o nível da insatisfação destes acerca dos empreendimentos eólicos.

Bauer (ENERGIA..., 2013) no documentário “Energia Eólica: A caçada pelos ventos” apresenta uma série de queixas dos moradores locais como a falta de informações claras sobre os arrendamentos, contratos abusivos, coibição do direito de ir e vir, tráfego de veículos pesados, emissão de material particulado (poeira), desmatamentos, uso de água sem outorga e até de grilagem de terra. Tais relatos demonstram um impacto social extremamente grave e negativo, envolvendo uma parcela da população carente e com poucos recursos intelectuais.

Segundo João Portella, secretário municipal do Meio Ambiente de Caetité, em entrevista concedida a Bauer (ENERGIA..., 2013), com a chegada dos complexos ao município houve sem dúvida um crescimento na economia representado pelo aumento do poder aquisitivo da sociedade local, fomentado pela maior oferta de oportunidade de ocupação e pelos arrendamentos. Porém, ocorreram inúmeros impactos sociais, os quais ele classificou como “complicados”, tais como aumento da criminalidade e da prostituição, do custo de vida e da procura por imóveis e bens essenciais. O depoimento dessa autoridade atesta, de maneira categórica, que um empreendimento do porte de um complexo eólico traz inúmeras consequências para a sociedade local como: interferência no cotidiano e na dinâmica da população, intensificação do tráfego de veículos, crescimento da demanda por bens e serviços, aumento da oferta de trabalho e até a proliferação de doenças.

IMPACTOS AMBIENTAIS DE ORDEM BIOFÍSICA

Os impactos biofísicos atribuídos à instalação e funcionamento dos parques eólicos são bastante diversificados. Embora pesquisas apontem para poluição sonora e visual como os principais, uma avaliação mais metódica leva a outros problemas, como desmatamento, deslocamento

da fauna e da flora locais, perturbações das espécies de avifauna e mortandade dos quirópteros, alterações no padrão de drenagem e nas características hidrológicas, aterramentos de lagoas, interferências eletromagnéticas, modificações no clima local (gerando microclimas) e muitos outros (STUAT, 2011).

Segundo Ribeiro (2011, p. 122), “a produção do ruído está presente em todas as formas dinâmicas de conversão de energia”. Os distúrbios sonoros relacionados à rotação das pás dos aerogeradores foram constantemente citados como um dos principais impactos da geração de energia eólica, durante as décadas de oitenta e noventa. Entretanto, os modelos de aerogeradores atuais já mitigaram esse problema (TERCIOTE, 2008).

O ruído dos aerogeradores tem origem mecânica ou aerodinâmica. As turbinas atuais funcionam com um gerador elétrico multipolo (funcionam com baixa rotação) conectado diretamente ao eixo das pás, o que reduziu significativamente o ruído de origem mecânica, uma vez que não há mais vibrações mecânicas transmitidas da caixa de engrenagem para a nacelle (TERCIOTE, 2008).

Todavia, os ruídos de origem aerodinâmica, ocasionados pela velocidade do vento incidente na turbina eólica, ainda estão em fase de estudo para posterior desenvolvimento de máquinas mais modernas, que mitiguem tal impacto. Atualmente, com a modernização

dos modelos de aerogeradores já se conseguiu uma diminuição significativa do ruído, porém não o suficiente para evitar a proibição da construção das usinas eólicas a menos de 200 metros de distância do morador mais próximo (TERCIOTE, 2008).

A presença de um ruído de “fundo”, como o ruído característico dos ventos de velocidades mais elevadas, por exemplo, pode encobrir o ruído produzido pelos aerogeradores provocando uma falsa sensação de que os mesmos não o produzem. Outros aspectos que podem mascarar o ruído emitido pelos aerogeradores são: a absorção deste pelo ar e a dispersão causada pelo aumento da distância do aerogerador a comunidade mais próxima (WORLD ENERGY COUNCIL, 2010).

Um tipo de impacto bastante discutido é o visual. Estes, porém são de difícil quantificação, pois são subjetivos uma vez que parte da população os interpreta como positivo, pois acham o complexo bonito, principalmente se o associam a energia limpa (TERCIOTE, 2008).

O tamanho dos aerogeradores, associados à altura e a localização dos mesmos pode gerar o “efeito sombra” ou “efeito Flicker”, que ao produzir uma alternância de intensidade luminosa (claro ou escuro) se torna um incômodo. Todavia, tal efeito pode ser mitigado com um planejamento adequado, relacionado com a localização dos parques, de forma a não causar sombreamento em áreas habitadas (INATOMI, 2011).

Outro impacto advém das turbinas, que ao realizar movimento de rotação emitem ondas e como qualquer grande estrutura em movimento podem provocar interferências eletromagnéticas (IEM). O que ocorre é que ao serem utilizados aparelhos eletrônicos como celulares, televisão e rádio recebem um sinal direto e um refletido, porém o movimento das pás dos aerogeradores altera o comprimento de onda dos sinais refletidos que são distorcidos, causando o mau funcionamento dos equipamentos (RIBEIRO, 2011).

Para minimizar esses efeitos as turbinas atuais estão sendo fabricadas em fibra de vidro reforçada com epóxi, pois esta é parcialmente transparente às ondas eletromagnéticas diminuindo o efeito da IEM (RIBEIRO, 2011).

Os distúrbios sonoros relacionados à rotação das pás dos aerogeradores foram constantemente citados como um dos principais impactos da geração de energia eólica, durante as décadas de oitenta e noventa

A colisão da avifauna contra as pás do aerogerador é outro impacto bastante discutido. As aves muitas vezes colidem contra as pás em movimento, outras vezes são forçadas a modificar sua rota de migração a fim de evitar a colisão, sendo as aves de rapina e os passeriformes as mais prejudicadas⁵ (STUAT, 2011). Todavia, relatórios do *World Energy Council* (2010) apontam que fora da rota de migração os pássaros quase não são afetados pelo funcionamento dos aerogeradores.

Com relação aos quirópteros o desequilíbrio causado é bastante acentuado, uma vez que estes desempenham papel estratégico na cadeia alimentar, ocupando vários níveis tróficos e realizando a função de polinizadores, dispersores de sementes e de controladores da população de insetos (STUAT, 2011).

Os quirópteros não entram em colisão com as torres. A mortandade ocorre por barotrauma⁶ uma vez que estes entram de forma abrupta na zona de baixa pressão atmosférica produzida pela alta velocidade de rotação das pás (STUAT, 2011). Já para as espécies de canídeos da região, os parques só representam uma perturbação se forem implantados no território reprodução da alcateia (INATOMI, 2011).

A flora é afetada principalmente durante a fase de implantação dos complexos e das linhas de transmissão. Ao serem abertas as vias de acesso ocorre pisoteio, retirada da cobertura vegetal e compactação do solo causando perda da biodiversidade (RIBEIRO, 2011).

Os impactos de ordem biofísica se concentram na fase de implantação e vem sendo mitigados por meio do cumprimento das condicionantes ambientais. Na maior parte das vezes essas condicionantes consistem na adoção de medidas simples como a delimitação do perímetro mínimo de proximidade entre os aerogeradores e as residências da população do entorno, a modernização na fabricação dos equipamentos, os reflorestamentos (dos canteiros de obras e das aberturas de acesso) e o monitoramento da fauna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como em todo empreendimento que visa à geração de energia, há uma expectativa de que os complexos eólicos do semiárido provoquem crescimento econômico na Região da Serra Geral, e, por via de consequência, permitam a instalação de outros empreendimentos econômicos. Entretanto, para assegurar a sustentabilidade dos parques eólicos que já existem e dos que surgirão na região um aspecto importante que deve ser observado é a relação entre impactos gerados versus energia produzida.

Isso porque, toda forma de produção de energia gera impactos e com a energia eólica não é uma exceção à regra. Logo, a quantidade de energia produzida deve justificar a geração dos impactos que não serão mitigados com as condicionantes ambientais.

No caso dos municípios que integram a região em foco, essa relação possui como agravante a sazonalidade dos ventos que não permite que as usinas produzam com eficiência o ano todo e a ausência de linhas de transmissão para escoar a energia produzida.

Também devem ser considerados aspectos econômicos como a fixação da renda na região e políticos como o fato da localização do polo industrial para fabricação dos equipamentos ser em Camaçari e das filiais dos escritórios dos grandes fabricantes, como a espanhola Gamesa, a francesa Alstom e a Torrebras se localizarem em Salvador e Ilhéus.

As questões ligadas ao licenciamento também devem ser revistas, sobretudo a substituição da realização das RAS em detrimento do EIA/RIMA. Tal revisão deve ser motivada principalmente por dois aspectos:

- os conflitos sociais que ocorrem em grande número, mesmo sendo atendidas as condicionantes exigidas nos RAS. Pelo que foi mostrado, os impactos sociais são muito graves e merecem um olhar mais atento por parte das autoridades competentes. A despeito do que os órgãos ambientais fazem acerca dos aspectos ambientais, os de cunho social devem ser observados meticulosamente no momento da

5 Algumas espécies são mais suscetíveis que outras a colidirem contra as pás (STUAT, 2011).

6 No caso dos quirópteros a abrupta diferença de pressão faz estourar os vasos sanguíneos pulmonares (STUAT, 2011).

expedição das licenças, a fim de assegurar o bem estar social da população.

- a localização dos parques que por achar-se nos de topo de morro das APP's precisam ser rigorosamente avaliadas, pois a descaracterização dessas áreas causam erosões de terra (energia potencial x declividade), interferências na recarga de aquíferos (situação agravada pelo fato do semiárido apresentar escassez hídrica), dificuldade na dispersão de sementes e descaracterizações nos corredores ecológicos gerando desequilíbrio ambiental.

Nesse ponto, faz-se importante destacar a delicadeza e a especificidade do bioma da Caatinga, que por ser único no mundo e possuir uma grande variedade de espécies endêmicas conferem aos estudos que precedem a implantação dos complexos um maior grau de rigidez, uma vez que será este o bioma mais impactado com as atividades dos empreendimentos, por abrigar maior quantidade de complexos eólicos.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, L. J. et al. *Rumo a o amplo conhecimento da biodiversidade do semiárido brasileiro*. [Feira de Santana]: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2006. Disponível em: <<http://www.uesf.br>>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Atlas de energia elétrica do Brasil*. Brasília: ANEEL, 2013. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. Regulamento para apresentação de contribuições. *Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, jul./set. 2012.
- BAHIA. Resolução CEPRAM nº 4.180 de abril de 2011. Aprova a Norma Técnica NT- (001/2011) e seus Anexos, que dispõe sobre o Processo de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica a partir de fonte eólica no Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 29 abr. 2011.
- BAHIA. Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional. *Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região Serra Geral*. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/wp-content/uploads/.../Perfil-Regional-Serra-Geral>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- BRASIL. Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004. Regulamenta o inciso I e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no que dispõem sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, primeira etapa, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 mar. 2004.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 fev. 1986.
- BRASIL. Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 dez. 1997.
- BRASIL. Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004. Regulamenta o inciso I e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no que dispõem sobre o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, primeira etapa, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/programas/proinfa>>. Acesso em: 14 set. 2014.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2020*. Brasília, DF: EPE; MME, 2014. 319 p.
- ENERGIA Eólica: a caçada pelos ventos. Direção, produção e realização de Thomas Bauer. Roteiro por Thomas Bauer. Música por HeliBurtscher. Casa Nova, BA: Comissão Pastoral da Terra - Bahia, 2013. (25 min.), son., color. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=s90nKSlbgoQ>>. Acesso em: 31 mar. 2014
- FALCÃO, V. À noite no sertão. *Revista Pesquisa Fapesb*, Recife, v. 108, fev. 2005.
- IMPROTA, R. L. *Implicações socioambientais da construção de um parque eólico no município de Rio de Fogo - RN*. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.
- INATOMI, T. A. H.; UDAETA, M. E. M. *Análise dos impactos ambientais na produção de energia dentro do planejamento integrado de recursos*. Disponível em: <http://seeds.usp.br/portal/.../inatomi_tahi_impactos_ambientais.pdf> Acesso em: 26 jun. 2011.

- MELO FILHO, J. F. de; SOUZA, A. L. V. O manejo e a conservação do solo no semiárido baiano: desafios para a sustentabilidade. *Revista Bahia Agrícola*, Salvador, v. 7, n. 3, p. 51-60, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- PITA, F. Os ventos da modernidade: Sertão em festa, complexo eólico Desenvix, o primeiro da Bahia, será inaugurado este ano em Brotas de Macaúbas. *Revista Bahia Oportunidades*, Salvador, p. 6-33, set./out. 2011. Acesso em: 11 nov. 2014.
- RAMOS JR., V. de A.; PESSUTTI, C.; CHIEREGATTO, C. A. F. da S. *Guia de identificação dos canídeos silvestre brasileiro*. Sorocaba, SP: JoyJoy Studio Ltda, 2003. v. 4.
- RIBEIRO, C. Ventos favoráveis: Bahia é um dos maiores potenciais eólicos do país. *Revista do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia*, Salvador, n. 39, p. 16-18, abr./maio/jun. 2011. Acesso em: 11 nov. 2014.
- RIBEIRO, L. P. *Energia eólica uma alternativa para o semi-árido baiano*: estudo de caso do complexo eólico Caetité-Igaporã- Bahia. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de especialização em Gerenciamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://br.linkedin.com/pub/ligia-pitta-ribeiro/27/8b5/276>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- SANTOS, R. F. dos. *Planejamento ambiental: teoria e prática*. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
- STUAT, F. *O processo de implantação e operação de parques eólicos no Brasil*. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SCHUBERT, C. *Atlas eólico da Bahia*. Salvador: SECTI; SEINFRA; CIMATEC/SENAI, 2013. Disponível em: <<http://www.seinfra.ba.gov.br/downloads/atlas-eolicobahia2013.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2014.
- TERCIOTE, R. *A energia eólica e meio ambiente*. Campinas, SP; UNICAMP; Faculdade de Engenharia Mecânica, 2008. Disponível em: <<http://www.feagri.unicamp.br/energia/agre2002/pdf/0085.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Energia Eólica: injustiças e conflitos ambientais In: SEMINÁRIO ENERGIA EÓLICA, INJUSTIÇAS E CONFLITOS AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA, 2012, Ceará. [*Trabalho apresentado...*] Ceará: Instituto Terramar; Departamento de Geografia da UFC; Rede Brasileira de Justiça Ambiental, out. 2012.
- WORLD ENERGY COUNCIL. *Survey of Energy Resources 2010*. Disponível em: <<http://www.worldenergy.org>>. Acesso em: 8 dez. 2013.



Crescimento do comércio eletrônico: novas perspectivas para a repartição tributária do ICMS

Jorge Tadeu D. Caffé*
Zélia Abreu Góis**

O mercado do varejo eletrônico ou e-commerce tem crescido aceleradamente no Brasil. Essa constatação está apoiada em escassas e incompletas estatísticas que dão suporte à análise e compreensão da dinâmica e do alcance desse mercado no conjunto da economia nacional, e que são produzidas pelas próprias entidades representativas dos interesses do e-commerce, já que os órgãos públicos estatais ainda não deram a devida importância ao fenômeno contemporâneo de crescimento do comércio eletrônico.

Entretanto, mesmo com a precariedade dos dados sobre o comércio eletrônico, esse fato não deixou de despertar nos estados federados, principalmente aos destinatários das mercadorias virtualizadas, a cobiça sobre o crescente fluxo do comércio operado nas redes da internet, realizado diretamente com o consumidor final, também denominado pela fazenda pública de “não contribuinte”. A virtualidade nas operações de compra e venda, por sua vez, tem provocado grande plasticidade nas práticas adotadas nesse comércio, induzindo os estados destinatários das mercadorias a adotarem “exuberantes” estratégias de arrecadação e condutas heterodoxas de administração tributária que, por vezes, extrapolam o campo das normas jurídicas consagradas.

Assim, os campos de interesses dos estados destinatários entraram na esfera política para forçar mudanças na

repartição tributária do comércio eletrônico, tanto por meio do Projeto de Emenda Constitucional (BRASIL, 2012), coadjuvado por expedientes sem plena anuência do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a exemplo do Protocolo 21, como também por iniciativas unilaterais adotadas por alguns estados na concessão de isenções fiscais, créditos presumidos, rebaixamento de alíquotas do ICMS, visando atrair investimentos para instalação de centros de distribuição e logística de estabelecimentos virtuais fora do Sudeste. Tudo isso vem alimentando a guerra fiscal do comércio eletrônico no país, que ganha corpo em um novo contexto econômico e que também demanda acordos políticos entre os entes federados e adequações de marco regulatório para o equilíbrio tributário.

A EMERGÊNCIA DO COMÉRCIO ELETRÔNICO VAREJISTA

A internet se estabeleceu como tecnologia que vem modificando as bases da economia global por meio da difusão de informação e conhecimento em rede. A economia da inovação vem pondo em relevo as novidades tecnológicas, que foram criadas no âmago do sistema

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Analista técnico da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). tadeu@sei.ba.gov.br

** Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialista em Administração Pública pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Analista técnica da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan). zeliagois@sei.ba.gov.br

econômico como componente principal para a competição entre as empresas. Essas inovações provocaram mudanças qualitativas dos modos de produção, que geraram para as empresas pioneiras lucros extraordinários e/ou aumento de produtividade (PRADO, 2011). O comércio eletrônico compreende um conjunto de operações de compra e venda de mercadorias ou prestação de serviços realizados por meio de tecnologia digital. As transações podem assumir a modalidade Business to Business – B2B, em que uma empresa vende para outras empresas e a Business to Consumer – B2C, em que uma empresa vende ao consumidor final, sendo que essa última modalidade é de interesse exclusivo do presente artigo (E-COMMERCEORG, 2014).

Os dados disponíveis sobre o mercado varejista na Internet no Brasil, na modalidade B2C, vêm sendo coletados geralmente por meio de pesquisas realizadas junto aos *e-consumidores*. Essas pesquisas consistem na utilização de questionários, respondidos após o processo de compras *on line*, dos quais as informações e dados são coletados e sistematizados na geração de relatórios mensais, que indicam o perfil do *e-consumidor*, os produtos mais vendidos, os meios de pagamento mais utilizados, os indicadores de desempenho, como taxa de conversão, valor do *ticket* médio, número de pedidos, receita por localidade (cidades e estados). A mais importante fonte de informações sistematizadas sobre o *e-commerce* varejista no país tem sido a empresa E-bit, que

(...) desde janeiro de 2000 já coletou mais de 19,2 milhões de questionários respondidos após o processo de compras *on line*, sendo que mais de 300.000 novos questionários são agregados a este valor mensalmente. Os dados da E-bit também são coletados junto aos compradores *on line*, após a compra. O serviço de certificação E-bit permite que, além de avaliar a loja e a experiência de compra, os consumidores avaliem também o pós-venda, o serviço de atendimento, a probabilidade de retorno à loja virtual e o índice de indicação da loja a amigos e parentes, denominado *Net Promoter Score* – NPS (E-BIT, 2014).

Ainda de acordo com os dados da E-bit, “o comércio eletrônico brasileiro faturou R\$ 16,06 bilhões no primeiro semestre de 2014, superando o mesmo período em 2013 (quando registrou R\$ 12,74 bilhões), com crescimento

nominal de 26% no setor”. As projeções de crescimento para o segundo semestre de 2014 giraram em torno de 15%, com faturamento de R\$ 35 bilhões no acumulado do ano em apreço, representando crescimento nominal de 25% em relação a 2013. Deste montante, estão excluídas as vendas de automóveis, leilões *on line* e passagens aéreas (Tabela 1 e Gráfico 1).

O comércio eletrônico brasileiro deverá chegar ao contingente de 63 milhões de consumidores, em 2014, os quais deverão fazer pelo menos uma compra em um site brasileiro. Em 2013, eram 51,3 milhões de consumidores. O crescimento anual entre 2013 e 2014 deverá ser de 23%. Os segmentos Moda e Acessórios (18%), Cosméticos e Perfumaria (16%) e Eletrodomésticos (11%) continuam liderando as vendas no *e-commerce* em 2014.

Tabela 1
Evolução do faturamento do comércio eletrônico
Brasil – 2001/2014

Ano	Faturamento (Em R\$ bilhão)	Variação anual (%)
2001	0,54	0
2002	0,85	57
2003	1,18	39
2004	1,75	48
2005	2,50	43
2006	4,40	76
2007	6,30	43
2008	8,20	30
2009	10,60	33
2010	14,80	40
2011	18,70	26
2012	22,50	20
2013	28,00	24
2014(i)	35,00	25

Fonte: e-Bit. Não considera vendas de automóveis, passagens aéreas e leilões on-line.

(i) Valor projetado para o ano.

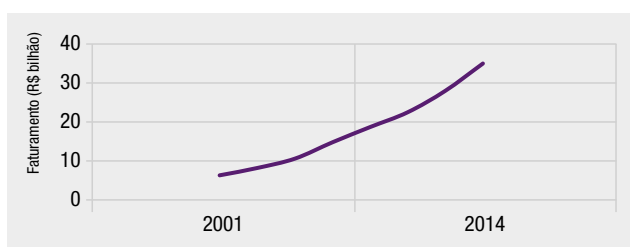


Gráfico 1
Evolução do faturamento do comércio eletrônico
Brasil – 2001/2014

Fonte: e-Bit. Não considera vendas de automóveis, passagens aéreas e leilões on-line.

O faturamento das transações realizadas por dispositivos móveis no Brasil mais que dobrou (60% são originadas em *tablets*, enquanto os 40% restantes são de *smartphones*), em comparação com o mesmo período em 2013, apresentando R\$ 1,13 bilhão, diante dos R\$ 560 milhões do ano passado, uma variação de 102%.

Os meios de pagamento eletrônicos vêm sendo os mais utilizados pelo *e-commerce* no Brasil, a exemplo dos cartões de crédito e débito e, em menor monta, os boletos bancários. O uso do cartão de crédito já representa 73% dos pagamentos, ou aproximadamente sete em cada dez pagamentos de compras na Internet. Estima-se que o uso de cartões de crédito e débito gerou

um adicional de 51,3 bilhões de dólares, entre 2008 e 2012, na economia brasileira.

Dados levantados junto a milhões de visitas em lojas virtuais, por meio da pesquisa denominada Mapa do *E-commerce* no Brasil, realizada pela *Conversion Consultoria de Marketing*, possibilitaram a elaboração de um *ranking* das 30 cidades que mais movimentaram o comércio eletrônico no Brasil (Tabela 2).

Entre as trinta principais cidades consumidoras do *e-commerce* do país, destacou-se a cidade de São Paulo na primeira posição do *ranking*, com estimativa da receita de compras de R\$ 5,6 bilhões, representando

Tabela 2
Ranking das trinta principais cidades brasileiras consumidoras do *e-commerce* – 2014

Cidade	Estimativa da receita de compra por cidade (R\$ milhões)	(%) da receita por cidade em relação a do Estado	Valor do ticket médio por cidade (1) –R\$ 1,00	Estimativa de pedidos por cidade (Em milhões)	(%) do número de pedido por cidade em relação ao do Estado
São Paulo	5627,00	32,15	233,51	24,51	36,99
Rio de Janeiro	3900,00	68,71	320,6	12,46	71,44
Belo Horizonte	2337,00	62,89	305,96	7,75	63,99
Brasília (DF)	1144,00	100,00	319,22	3,65	100,00
Campinas	904,00	5,17	259,66	3,54	5,35
Salvador	865,00	65,41	341,82	2,55	69,53
Curitiba	716,00	48,03	258,59	2,75	52,26
Porto Alegre	556,00	32,98	282,34	1,97	36,29
Goiânia	494,00	86,65	384,09	1,37	84,01
Fortaleza	434,00	83,48	370,18	1,20	83,46
Recife	417,00	75,60	318,02	1,34	78,37
Cuiabá	412,00	85,08	329,27	1,23	85,90
Vitória	384,00	61,71	320,77	1,22	64,23
Barueri	367,00	2,10	331,92	1,12	1,70
Florianópolis	369,00	30,56	307,03	1,22	32,14
Ribeirão Preto	356,00	2,04	239,04	1,52	2,29
Santos	356,00	2,04	231,71	1,27	2,36
Guarulhos	324,00	1,85	269,7	1,22	1,84
Presidente Prudente	262,00	1,50	250,87	1,06	1,60
Belém	237,00	67,46	378,56	0,65	72,98
São Bernardo do Campo	231,00	1,32	235,57	0,99	1,50
Niterói	229,00	4,03	305,09	0,77	4,40
Uberlândia	223,00	6,00	349,43	0,65	5,34
Maringá	230,00	15,43	295,63	0,77	14,68
Osasco	207,00	1,18	223,00	0,94	1,42
Carapicuíba	205,00	1,17	280,35	0,74	1,12
São José dos Campos	197,00	1,13	216,19	0,93	1,40
Campo Grande	193,00	78,90	306,74	0,64	78,83
Sorocaba	191,00	1,09	243,20	0,80	1,21
Jundiaí	180,00	1,03	243,20	0,75	1,14

Fonte: PESQUISA..., 2014

(1) Valor médio da compra (ou ticket).

32,15% do total das transações realizadas por meio do comércio varejista eletrônico no estado. O *ticket* médio ou o valor médio de compra da capital paulista girou em torno de R\$ 233,51. Os paulistanos deverão realizar 24,5 milhões de pedidos *on line* até o final de 2014. A cidade do Rio de Janeiro ocupou o segundo lugar no *ranking*, com previsão de R\$ 3,9 bilhões de negócios até o final de 2014. O valor estimado do *ticket* médio atingiu a cifra de R\$ 320,60. Os cariocas deverão gerar mais de 12,5 milhões de pedidos em 2014. A cidade de Belo Horizonte se apresentou como a terceira cidade no *ranking* de compras via Internet no país, com faturamento estimado em R\$ 2,3 bilhões, seguida do Distrito Federal (Brasília), com R\$ 1,1 bilhão, e a cidade de Campinas (SP), que figurou com R\$ 904 milhões em 2014.

Referente a Salvador, a pesquisa da *Conversion Consultoria de Marketing* revelou que essa cidade posicionou-se no sexto lugar no *ranking* do *e-commerce* nacional, ficando abaixo apenas de cinco cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília (DF) e Campinas (SP), além de liderar a região Nordeste no comércio virtual. As características do *e-commerce* de Salvador lhe atribuem uma importância destacada na geração de receita de compras virtuais (65,41% do estado), equivalentes a R\$ 865 milhões, além de concentrar 69,53% do total dos pedidos da Bahia, que corresponderam a mais de 2,5 milhões de solicitações de compras. É importante destacar que o valor médio do *ticket* de Salvador foi de R\$ 341,82, afigurando-se como o mais elevado entre as cinco principais praças de compras da Internet no país.

Diagnóstico do Senado Federal, apoiado nos dados do E-bit (COMÉRCIO..., 2014), originou outro tipo de *ranking* dos estados brasileiros que mais perderam e que mais ganharam receitas de ICMS nas transações do *e-commerce* em 2012. A Bahia foi o estado que exibiu o maior déficit ou perda de arrecadação: R\$ 68,01 milhões, equivalentes a 2,18% do ICMS do comércio varejista de 2012¹. Inversamente, São Paulo liderou o rol dos estados com o maior superávit no comércio eletrônico: R\$ 242 milhões (Tabela 3 e 4).

1 Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA), o valor arrecadado do ICMS no mercado varejista, em 2012, foi de R\$ 3,130 bilhões, em valores correntes.

Tabela 3
Estados com maior déficit de receita do *e-commerce* – 2012
(R\$ milhão)

Estado	Déficit de receita (1)
Alagoas	15,00
Ceará	15,00
Mato Grosso	20,00
Rio Grande do Norte	20,00
Maranhão	20,00
Pernambuco	29,60
Pará	33,80
Minas Gerais	63,30
Brasília	67,60
Bahia	68,01

Fonte: COMÉRCIO ..., 2014.

(1) Perda de arrecadação de ICMS.

Tabela 4
Estados com maior superávit de receita do *e-commerce* – 2012
(R\$ milhão)

Estado	Superávit de receita (1)
Espírito Santo	2,90
Tocantins	5,60
Goiás	40,50
Rio de Janeiro	45,80
Santa Catarina	53,30
São Paulo	242,00

Fonte: COMÉRCIO..., 2014

(1) Ganho de arrecadação de ICMS.

O estado de São Paulo, além de deter a maior arrecadação do ICMS do *e-commerce* do país, também concentra os principais centros de logística de distribuição das empresas do varejo virtual, reforçando, desse modo, uma nova forma de alargar as fronteiras das desigualdades regionais no país.

(...) A Internet mudou tudo no processo comercial, forçando as empresas a adotarem novas estruturas de estoques e canais de distribuição mais ágeis para agradar ao consumidor. O *e-commerce* cria uma nova realidade que não é contemplada pelas estruturas de logística convencionais, usadas no comércio "do mundo real" (...) (E-COMMERCEORG, 2014).

Os grandes investimentos em perspectiva no *e-commerce* do país vêm tendo apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os principais beneficiários se constituíram de empresas com sedes no Sudeste, a exemplo de dois *players* do

Os grandes investimentos em perspectiva no *e-commerce* do país vêm tendo apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

e-commerce: a B2W Digital² e as Lojas Americanas, que foram contempladas com financiamentos da ordem de R\$ 2,66 bilhões. Esse montante equivale a 60% dos investimentos totais da B2W Digital (R\$ 4,5 bilhões), que controla as operações da Americanas.com, e das Lojas Americanas. O BNDES estimou a geração de 22 mil novos postos de trabalho provenientes desses investimentos em 2014/2015 (ECOMMERCE NEWS, 2014). A crescente importância do *e-commerce* no país ficou evidenciada na análise dos dados estatísticos realizada nessa seção.

A DISPUTA DOS ESTADOS EM TORNO DO ICMS DO *E-COMMERCE*

Diferentes e variadas estratégias foram implementadas pelos fiscos dos estados da federação que se sentiram lesados nas finanças públicas em razão de mudanças introduzidas pela Internet nas relações comerciais varejistas. A maioria delas esbarrou nas garantias constitucionais do contribuinte, pois a Constituição de 1988 determinou em seu artigo 155, § 2º, inciso VII, que nas operações interestaduais de circulação de mercadorias destinadas ao consumidor final (não contribuinte) cabe somente a aplicação da alíquota interna, ou seja, a do Estado de origem da mercadoria.

O segmento do comércio eletrônico no Brasil ainda não possui regulamentação específica que norteie princípios como os que se referem ao fato gerador da operação, a própria definição do objeto, o momento de incidência da compra e se os bens comercializáveis são tangíveis ou intangíveis. A legislação utilizada tem sido a mesma do comércio varejista tradicional. Nas transações eletrônicas, assim como nas vendas do comércio varejista físico, o ICMS³ é cobrado no estado que deu origem à transação. Daí a discussão sobre a necessidade de uma atualização na legislação vigente do comércio varejista, mas especificamente desse segmento, que não previa, à época em que foi formulada, vide Constituição Federal, um aumento tão acentuado nas suas vendas nos últimos anos.

Para amenizar a disputa tributária do ICMS, entre os estados de origem e os de destino das transações do comércio eletrônico, foi celebrado pelo CONFAZ⁴, e publicado em 07 de abril de 2011, um acordo com alguns estados (Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Sergipe e o Distrito Federal), totalizando 18 estados e considerados, preferencialmente, receptores das transações. Esse acordo ficou conhecido como Protocolo 21/2011.

O Protocolo 21 visa modificar o regime de tributação nas operações interestaduais, estabelecendo que, nas operações cujo destino das mercadorias seja o consumidor final, o ICMS seja repartido pelo estado de origem e pelo estado de destino. Na sua cláusula primeira, o Protocolo dispõe:

Acordam as unidades federadas signatárias deste protocolo a exigir, nos termos nele previstos, a favor da unidade federada de destino da mercadoria ou

2 A B2W Digital opera por meio de plataforma digital e de um modelo único, multicanal, multimarca e multinegócios. Possui portfólio com as marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime, B2WViagens, Ingresso.com, Submarino Finance, entre outras, que oferecem quase 40 categorias de produtos e serviços, por meio dos canais de distribuição internet, tele-vendas, catálogos, TV e quiosques.

3 O ICMS é um imposto de competência estadual que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transportes interestadual, intermunicipal e de comunicações. É definido pela Constituição Federal de 1988, no seu art. 155 e instituído aos estados através de Lei Complementar (Lei Kandir). O objetivo do ICMS é apenas fiscal, e o seu principal fato gerador é a circulação de mercadoria mesmo que a mesma tenha se iniciado no exterior.

4 O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) é o órgão responsável por estabelecer acordos entre os Estados para concessão ou revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS. É constituído por representantes de cada Estado, do Distrito Federal e pelo Ministro da Fazenda.

bem, a parcela do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – devida na operação interestadual em que o consumidor final adquire mercadoria ou bem de forma não presencial por meio de internet, *telemarketing* ou *showroom* (BRASIL, 2011)⁵.

Estados com maior volume de vendas eletrônicas e com grandes centros de distribuição não aderiram ao protocolo, sob o argumento de inconstitucionalidade, dada a dupla tributação, e estão relacionados no Quadro 1.

Estados signatários do protocolo		Estados não signatários do protocolo	
1.	Acre	1.	São Paulo
2.	Alagoas	2.	Rio de Janeiro
3.	Amapá	3.	Minas Gerais
4.	Bahia	4.	Paraná
5.	Ceará	5.	Rio Grande do Sul
6.	Espírito Santo	6.	Santa Catarina
7.	Goiás	7.	Amazonas
8.	Maranhão	8.	Mato Grosso do Sul
9.	Mato Grosso	9.	Tocantins
10.	Pará		
11.	Paraíba		
12.	Pernambuco		
13.	Piauí		
14.	Rio Grande do Norte		
15.	Roraima		
16.	Rondônia		
17.	Sergipe		
18.	Distrito Federal		

Quadro 1
Estados signatários e não signatários do Protocolo 21/2011

Fonte: Ecommerce News (2014).

Entendem os estados que aderiram ao Protocolo 21 que, dessa forma, não haveria prejuízo ao estado de destino, e que assim estariam repartindo com o estado de origem o ICMS. Segundo os signatários desse Protocolo, não haveria prejuízo financeiro também ao contribuinte, já que esse acordo viabilizaria a repartição. A crítica mais intensa feita pelos não signatários do Protocolo 21 tem sido a de que os contribuintes muitas vezes têm que recolher a alíquota cheia ao estado de origem e ainda

um adicional, cujo valor depende daquele cobrado pelo estado de destino, e dessa forma ter seu produto onerado.

A título de exemplificação, com a operacionalização do Protocolo 21, em sendo o estado de origem São Paulo responsável por 39% do comércio eletrônico nacional, e o de destino um estado signatário do Protocolo, os contribuintes paulistas teriam que recolher uma carga tributária de ICMS de 29%, ou seja, 18% em favor do estado de origem e 11% do de destino, o que corresponderia à diferença entre a alíquota interna no Estado de destino e a alíquota interestadual.

Isso ocasionou uma suspensão das vendas eletrônicas, por algumas empresas, a estados que acordaram ao Protocolo, pois teriam que pagar impostos nos estados de origem e nos de destino das compras, o que inviabilizaria a operação. Assim, desde a publicação do referido Protocolo, muitos contribuintes ingressaram com ações judiciais para a não aplicabilidade do acordo, justificando a ilegalidade da bitributação. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) entrou com medida de ação cautelar, no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando a inconstitucionalidade do Protocolo 21/11, que permite a cobrança de um adicional de ICMS quando a mercadoria adquirida destina-se ao consumidor final.

Para a CNC, está havendo invasão de competências dos signatários do Protocolo em relação a outros estados não signatários (STF..., 2014). Estava previsto o julgamento da ação para o dia 27.08.2014 mas, por falta de quórum, o julgamento foi adiado. Vale ressaltar que desde fevereiro o STF, por intermédio do Relator Ministro Luiz Fux, concedeu liminar suspendendo a cobrança do ICMS adicional, sob o argumento de inconstitucionalidade:

em que pese a alegação do agravamento do cenário de desigualdades interregionais, em virtude da aplicação do art. 155 § 2º, VII, da Constituição, a correção destas distorções somente poderá emergir pela promulgação de emenda constitucional operando uma reforma tributária, e não mediante a edição de qualquer outra espécie normativa (...) Não bastasse isso, do ponto de vista sistêmico, não se pode transigir que os Estados-membros editem atos normativos para proceder a tais correções, de forma isolada ou em conjunto com outros Estados,

⁵ Protocolo ICMS 21, de 1º de abril de 2011.

a pretexto de amainar supostas desigualdades sociais e econômicas interregionais. (SILVA, 2014).

Atendendo a ação cautelar requerida pela CNC e também pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), finalmente o STF proibiu a partilha de ICMS, entre os estados de origem e destino de produtos, do comércio eletrônico. No dia 17.09.2014, a ação foi apreciada e por unanimidade os ministros julgaram inconstitucional o acordo que alguns estados firmaram, por meio do CONFAZ, intitulado Protocolo 21/2011. Na reunião, os ministros acordaram que para alterar o quadro de arrecadação de impostos no *e-commerce* seria necessária uma emenda à Constituição – o que já se encontra em julgamento.

Nesse sentido foi criada a PEC 197/2012 que:

propõe alterar o § 2º do art. 155 da Constituição Federal para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços ao consumidor final localizado em outro estado. (BRASIL, 2012).

Nas vendas para não contribuintes, o ICMS é recolhido integralmente para o estado de origem mediante aplicação de alíquota interna. Portanto, o objetivo da PEC 197/12 é equilibrar a arrecadação dos estados no comércio eletrônico. A PEC procura equilibrar a equação – origem e destino –, garantindo que uma parte do recolhimento do ICMS seja canalizada para o estado de destino. Apesar da PEC 197/12 ter sido aprovada pelo Senado, em julho de 2012, ainda não foi apreciada, definitivamente, pelo Plenário da Câmara. O último parecer com data de 05.09.2014, disponível no *site* da Câmara, apresenta o indeferimento do pedido de apensação da Proposta, uma vez que as proposições requeridas encontram-se em estágios distintos de tramitação e podem, assim, não se adequar aos termos do art. 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Ainda com respeito à guerra fiscal entre os estados, a Bahia, bem como os estados do Tocantins e do Espírito Santo já adotam reduções fiscais como medida para

Nas vendas para não contribuintes, o ICMS é recolhido integralmente para o estado de origem mediante aplicação de alíquota interna. [...] A PEC procura equilibrar a equação – origem e destino –, garantindo que uma parte do recolhimento do ICMS seja canalizada para o estado de destino

incentivar o comércio eletrônico. A Bahia diminuiu a carga tributária de 17% para 2% para produtos comercializados em seu estado por meio da internet ou *telemarketing*. Essa medida, segundo a Secretaria da Fazenda da Bahia – Sefaz-Ba, visa atrair grandes centros de distribuição de lojas virtuais. Até o momento, três empresas negociam instalação: B2W Digital, Saraiva e Ponto Frio.

O estado do Tocantins reduziu o ICMS de 17% para 1% a 2% sobre as vendas destinadas a consumidores sediados em outros estados. E o estado do Espírito Santo concedeu, por meio de crédito presumido, a diminuição da carga tributária efetiva, para que resulte no percentual de 3,5%. A condição exigida pelo estado do Espírito Santo é a de que a empresa esteja estabelecida no estado e que possa aproveitar a infraestrutura portuária ou aeroportuária e, no caso de mercadorias importadas, desembarcá-las e desembaraçá-las dentro do próprio estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento acelerado do bilionário comércio eletrônico brasileiro, na modalidade *business-to-consumer* (B2C), acendeu a guerra fiscal entre os estados que compõem

a federação pelo recolhimento do ICMS proveniente das vendas via Internet. A disputa tributária entre os estados vem se dando em torno de valor financeiro comparável, em ordem de grandeza, ao faturamento anual da segunda maior rede de supermercado em atuação no país em 2013⁶.

Observa-se, no atual contexto nacional, que as relações políticas entre os estados federados sobrepujaram as relações legislativas no encaminhamento da partilha do ICMS originário das vendas da Internet. Essa postura conflituosa dos estados tem suas raízes fincadas nos problemas do pacto federativo no país, o qual enfrentou dificuldades históricas com as alterações de regimes políticos e de textos constitucionais que ainda se refletem na atualidade.

Deste modo, o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) – instância incumbida da elaboração de políticas, normas e procedimentos inerentes ao exercício da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal – não foi capaz de solucionar o conflito em torno do equilíbrio federativo na cobrança do ICMS do comércio varejista da Internet por meio do Protocolo 21, dando lugar a uma viciosa guerra fiscal. Submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF) a questão acerca da partilha do ICMS nos termos do Protocolo 21, a Corte Suprema julgou, por unanimidade de seus ministros, inconstitucional o acordo patrocinado pelo CONFAZ.

Em face dessas circunstâncias, o modelo ideal é que apareça um novo mecanismo constitucional para dar conta dessa nova realidade virtual. A solução para enfrentar as modificações ocorridas no mercado varejista físico pelo *e-commerce*, com repercussões tributárias e no desenvolvimento regional, reside na ação legislativa com a aprovação da PEC 197/12, complementada com o fortalecimento do CONFAZ, para imprimir eficácia às normas e decisões de consenso desse colegiado na busca da harmonização dos interesses tributários dos estados-membros.

O *e-commerce* apresenta-se como alternativa, dentro do segmento do comércio varejista, não apenas como forma de distribuição de seus produtos, mas, sobretudo,

pela inovação. Inovação essa capaz de gerar uma nova forma de estratégia de mercado e que leva o segmento à expansão. Assim, a inovação, a introdução de novas tecnologias, a oferta de novas mercadorias e as novas maneiras de organização apresentam vantagens capazes de atingir a estrutura das empresas. Essas estruturas poderão ser criadas ou destruídas a depender do tipo de concorrência. A destruição de velhos padrões gera desequilíbrio entre as instituições econômicas. Estas empresas, por sua vez, irão buscar um novo ponto de equilíbrio que seria resultante da destruição de velhos padrões e da pressão para conquistar novos padrões de conformidade, ou seja, o processo de destruição criativa não pode existir sem o empresário inovador (SCHUMPETER, 1942).

Nesse sentido, o crescimento do comércio eletrônico está fortemente relacionado ao desenvolvimento capitalista, à criatividade e talento dos empresários e também à existência de instituições financeiras capazes de fornecer crédito a esses empresários inovadores.

REFERÊNCIAS

ATTITUDE. *Palmas receberá um centro de distribuição de comércio eletrônico (e-commerce)*. Disponível em: <<http://www.attideto.com.br/palmas-recebera-um-centro-de-distribuicao-de-comercio-eletronico-e-commerce/>>. Acesso em: 3 set. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PEC 197/2012*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=5517>>. Acesso em: 22 set. 2014.

BRASIL. Protocolo ICMS 21, de 1º de abril de 2011. Estabelece disciplina relacionada à exigência do ICMS nas operações interestaduais que destinem mercadoria ou bem a consumidor final, cuja aquisição ocorrer de forma não presencial no estabelecimento remetente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 13 abr. 2011. Disponível em: http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/ICMS/2011/pt021_11.htm. Acesso em: 1 set. 2014.

COMÉRCIO eletrônico gera perda milionária de ICMS para Alagoas. *Jornal Extra De Alagoas*, 1 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.extralagoas.com.br/noticia/12166/esta-semana-nas-bancas/2014/01/01/comercio-eletronico-gera-perda-milionaria-de-icms-para-alagoas.html>>. Acesso em: 11 set. 2014.

⁶ *Ranking* ABRAS, faturamento do Carrefour Com. Ind. Ltda foi da ordem de R\$28,47 bilhões em 2013.

CONVERGÊNCIA DIGITAL. *Comércio eletrônico*: BNDES financia R\$1,4 bilhão para a b2w. Disponível em: <<http://convergiadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=37155&sid=5#.VBnTopRdVic>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CONVERSION, CONSULTORIA DE MARKETING. *O mapa do e-commerce no Brasil ajuda o mercado a tomar decisões*. Disponível em: <<http://www.conversion.com.br/otimizacao-de-sites-seo/mapa-conversion-e-commerce/>>. Acesso em: 12 set. 2014.

CONCEPTWEB. *Vendas pela internet no Brasil somam R\$16 bilhões no 1º semestre*. Disponível em: <<http://www.conceptweb.com.br/vendas-pela-internet-brasil-somam-r-16-bilhoes-1o-semester/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

E-BIT. *Relatório Webshoppers*. 30. ed. 2014. Disponível em: <<http://www.ebit.com.br/webshoppers>>. Acesso em: 4 set. 2014.

ECOMMERCE NEWS. *B2W e Lojas Americanas recebem investimento do BNDES*. Disponível em: <<http://ecommerce-news.com.br/noticias/parcerias-comerciais/b2w-e-americanas-recebem-investimento-do-bndes>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. *Governo baiano oferece incentivo para empresas de e-commerce atuarem no estado*. 2013. Disponível em: <<http://ecommercenews.com.br/noticias/lancamentos/governo-baiano-oferece-incentivo-para-empresas-de-e-commerce-atuarem-no-estado>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

E-COMMERCEORG. *e-Commerce investe na logística de distribuição*. Disponível em: <http://www.e-commerce.org.br/artigos/E-commerce_investe_na%20estrutura_e_agilidade.php>. Acesso em: 12 set. 2014.

GUERRA fiscal do e-commerce aproxima-se do fim. Veja, São Paulo, 8 abr. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/guerra-fiscal-do-e-commerce-aproxima-se-do-fim>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

PESQUISA: As 30 cidades que mais movimentam o comércio eletrônico no Brasil Disponível em: <<http://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/30-cidades-que-mais-movimentam-o-comercio-eletronico-brasil/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

PRADO, L. T. *Estrutura e evolução da internet no Brasil: subsídios à análise econômica: 1996 a 2009*. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

RANKING ABRAS. *Superhiper 2014 apresenta as 20 maiores supermercadistas do país*. Disponível em: <<http://www.abras.com.br/clipping.php?area=20&clipping=44032>>. Acesso em: 11 set. 2014.

SCHUMPETER, J. A. (1942). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, Flávia de Almeida. *Suspensão do protocolo 21/2011: uma vitória dos contribuintes*. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/main_index.php?home=home_artigos&m=&nx=&viewid=304817>. Acesso em: 26 ago. 2014.

STF deve julgar hoje ação de adicional de ICMS no comércio eletrônico. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3670010/stf-deve-julgar-hoje-acao-de-adicional-de-icms-no-comercio-eletronico>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

VAISMAN F.; LABATUT, A. *O fim da disputa pelo ICMS no comércio eletrônico pode estar longe*. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI176553,218>>. Acesso em: 26 set. 2014.





Análise regional de três mesorregiões da Bahia no início do século XXI: os coeficientes de redistribuição e reestruturação

Rafaela Evangelista Campos*

O objetivo deste artigo é analisar o crescimento de setores de atividades de três mesorregiões no Estado da Bahia, no período de 2002-2012, através dos Coeficientes de Redistribuição e Reestruturação, visando identificar a relocação e/ou mudança estrutural.

* Graduada em Ciências Econômicas e mestranda em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). rafaela.ec@hotmail.com

Na segunda seção, em linhas gerais, é realizada uma abordagem sobre a amplitude espacial, definida como mesorregião geográfica, identificando critérios, baseando-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mesorregiões analisadas são Metropolitana de Salvador, Extremo Oeste Baiano bem como Sul Baiano. Essa escolha ocorreu, principalmente, ao observar o PIB *per capita*. As referidas mesorregiões são as mais ricas da Bahia.

A terceira seção é definida pelos elementos metodológicos, nas quais são identificadas as medidas de desempenho setoriais que são adotadas. Dessa forma, tem-se uma breve análise sobre os indicadores estudados: o de localização de atividades setoriais e ainda o de natureza regional. É identificada, também, a variável utilizada para analisar a dinâmica das mesorregiões do estado da Bahia. Tal variável de escolha é 'número de empregos'.

A quarta seção trata sobre os resultados alcançados através do Coeficiente de Redistribuição e o Coeficiente de Reestruturação, evidenciando se ocorreu alguma mudança significativa nos resultados das análises e justificando estas para efeito de conclusão.

MESORREGIÕES BAIANAS: O EXTREMO OESTE, A METROPOLITANA DE SALVADOR E O SUL BAIANO

O Brasil é um país bastante extenso e com isso há divisões internas com o propósito de organizar e gerir da melhor forma possível o país. Sendo assim, o país está dividido em 5 (cinco) regiões, são elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Dentro das regiões encontram-se os estados, que por sua vez se dividem em mesorregiões, que se decompõem em microrregiões e, por fim, os municípios.

Neste artigo, a amplitude espacial estudada é a mesorregião geográfica e, mais especificamente, três mesorregiões do estado da Bahia. Porém, antes de discorrer acerca do porquê da escolha dessas três mesorregiões especificamente, é importante entender o que é uma mesorregião, quais são os critérios adotados para que um determinado espaço receba a terminologia de mesorregião geográfica.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990), a mesorregião consiste em uma área individualizada que está contida num país (Unidade da Federação), possuindo organização do seu espaço que seguem algumas dimensões: "o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial." (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990). A partir dessas dimensões, as mesorregiões conseguem características próprias, fazendo com que as mesmas obtenham uma identidade regional. Tal identidade é constituída a partir de vários anos, levando em consideração a realidade da sociedade ali presente. O estado da Bahia possui sete mesorregiões geográficas, são elas: Extremo Oeste Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Centro-Sul Baiano, Sul Baiano, Centro-Norte Baiano, Nordeste Baiano e Metropolitana de Salvador.

As mesorregiões escolhidas como objeto de estudo neste artigo são: o Extremo Oeste Baiano, a Metropolitana de Salvador bem como o Sul Baiano. São analisados os grandes setores, de acordo com a classificação do IBGE, Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e ainda Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca. É importante ressaltar que estes quatro últimos fazem parte de um mesmo grupo.

A escolha dessas mesorregiões se deu por dois aspectos: o primeiro deles é o geográfico. A partir dessas

O estado da Bahia possui sete mesorregiões geográficas, são elas: Extremo Oeste Baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Centro-Sul Baiano, Sul Baiano, Centro-Norte Baiano, Nordeste Baiano e Metropolitana de Salvador

A mesorregião Metropolitana de Salvador é constituída de três microrregiões e trinta e oito municípios. Dentre todas as mesorregiões é a mais rica e a mais populosa

mesorregiões é possível analisar pontos estratégicos da Bahia. O segundo aspecto é a questão econômica. A Metropolitana de Salvador, o Extremo Oeste Baiano bem como o Sul Baiano, de acordo com o IBGE, são as mesorregiões que apresentam o maior PIB *per capita* dentre todas as mesorregiões baianas. Metropolitana de Salvador é a mais rica, o Extremo Oeste Baiano ocupa o segundo lugar e, em terceiro lugar, está o Sul Baiano.

A mesorregião Metropolitana de Salvador é constituída de três microrregiões e trinta e oito municípios. Dentre todas as mesorregiões é a mais rica e a mais populosa. Apresenta o maior Produto Interno Bruto bem como o maior PIB *per capita*. Na Metropolitana de Salvador está localizado o maior polo industrial do estado.

O Extremo Oeste Baiano é a segunda mesorregião com o maior PIB *per capita* da Bahia. Possui três microrregiões

e vinte e quatro municípios. Em termos apenas de PIB ela ocupa o último lugar, porém, por sua população ser reduzida, a torna a segunda mesorregião mais rica. Está privilegiadamente localizada às margens do rio São Francisco. Isso faz com que a mesorregião tenha as atividades agrícolas, em especial a lavoura, bastante desenvolvida. Nas últimas décadas a pecuária, juntamente com o cultivo de grãos, vêm tornando-se a principal base da economia do Extremo Oeste.

O Sul Baiano é a terceira mesorregião que apresenta o maior PIB *per capita* da Bahia. Ela é constituída por três microrregiões e 70 municípios. O Sul Baiano é caracterizado por possuir a agricultura bastante desenvolvida com a produção de cacau, um dos mais famosos do Brasil. Apresenta ainda um polo industrial desenvolvido bem como o turismo que atrai pessoas de todo o mundo.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar o desempenho setorial das mesorregiões do estado da Bahia são utilizadas medidas regionais bastante difundidas em estudos de análise regional. São elas: o coeficiente de redistribuição e o coeficiente de reestruturação. De acordo com Piacenti e Lima (2006), estas medidas norteiam acerca de um padrão do crescimento econômico da amplitude regional estudada.

A análise dos dados ocorre para os anos de 2002 e 2012. A escolha desse período se deu em função de analisar

Tabela 1
Emprego nas mesorregiões no ano de 2002

Setores de atividades	Mesorregiões			
	Extremo Oeste Baiano	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Total
Extrativa mineral	8	69	41	118
Indústria de transformação	163	2.734	1.125	4.022
Serviços industriais de utilidade pública	11	69	37	117
Construção civil	131	2.446	504	3.081
Comércio	1.428	18.907	7.780	28.115
Serviços	739	20.804	4.648	26.191
Administração pública	35	215	125	375
Agropecuária, extração vegetal, caça e pes	724	1.149	5.650	7.523
Total	3.239	46.393	19.910	69.542

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Brasil (2013).

Tabela 2
Emprego nas mesorregiões no ano de 2012

Setores de atividades	Mesorregiões			
	Extremo Oeste Baiano	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano	Total
Extrativa mineral	14	107	56	177
Indústria de transformação	516	4.423	1.716	6.655
Serviços industriais de utilidade pública	15	106	39	160
Construção civil	414	3.813	948	5.175
Comércio	3.367	28.074	13.278	44.719
Serviços	1.968	30.478	8.310	40.756
Administração pública	49	227	157	433
Agropecuária, extração vegetal, caça e pes	1.966	1.156	5.823	8.945
Total	8.309	68.384	30.327	107.020

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Brasil (2013).

possíveis mudanças durante um período de dez anos e por ser um período relativamente atual. Dessa forma, é adotada, como medida de desempenho setorial, a variável número de emprego na mesorregião, disponibilizados pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). As colunas mostram a distribuição do emprego entre as mesorregiões e as linhas mostram a distribuição do emprego por setor de cada uma das mesorregiões, conforme tabelas a seguir.

No que tange às medidas locais, utiliza-se o Coeficiente de Redistribuição, que é de caráter setorial e diz respeito a onde estão situadas as atividades entre as mesorregiões, ou seja, busca identificar padrões de concentração ou dispersão de emprego de um

setor num determinado período. No que se refere às medidas de especialização, faz-se uso do Coeficiente de Reestruturação, que está ligado à análise da estrutura produtiva de cada região, oferecendo informações sobre o nível de especificidade das economias regionais.

De acordo com Piacenti e Lima (2006), o coeficiente de reestruturação reflete as mudanças estruturais na mesorregião entre dois períodos, ano base 0 e ano 1 (2002 e 2012, respectivamente), e tem por objetivo averiguar o nível de mudanças na especialização das mesorregiões que fazem a composição do Estado. Coeficientes próximos a zero (0) informam que não aconteceram modificações na estrutura setorial da mesorregião, e próximos a um (1) significa que há uma reestruturação bastante elevada.

	$CR = \frac{\sum_j \left \left(\frac{E_{ji}}{\sum_j E_{ji}} \right)^{t1} - \left(\frac{E_{ji}}{\sum_j E_{ji}} \right)^{t0} \right }{2}$	Próximo a 0 = redistribuição locacional não-significativa Próximo a 1 = redistribuição locacional significativa
	$Cr = \frac{\sum_j \left \left(\frac{E_{ji}}{\sum_j E_{ji}} \right)^{t1} - \left(\frac{E_{ji}}{\sum_j E_{ji}} \right)^{t0} \right }{2}$	Próximo a 0 = reestruturação locacional não-significativa Próximo a 1 = reestruturação locacional significativa
Quadro 1 Descrição do padrão de análise das medidas de localização e especialização		

Fonte: Lima, Alves, e Piacenti (2008).

Onde, de acordo com Wanderley (2013):

 E_{ji} = Emprego no setor i da mesorregião j; $\sum_j E_{ji}$ = Emprego no setor i de todas as mesorregiões; $\sum_j E_{ji}$ = Emprego em todos os setores da mesorregião j; $\sum \sum E_{ji}$ = Emprego em todos os setores e todas as mesorregiões.

O coeficiente de redistribuição também observa mudanças em dois períodos, ano base 0 e ano 1 (2002 e 2012, respectivamente), e está ligado à distribuição percentual de emprego de um mesmo setor nesses períodos. A meta é examinar a ocorrência de algum padrão de concentração ou dispersão espacial ao longo do tempo para determinado setor. Semelhante ao coeficiente de reestruturação, quando os coeficientes são próximos a zero (0) significa que não houve mudanças expressivas no padrão espacial de localização do setor, e quando são próximos a um (1) o inverso é verdadeiro, ou seja, informam que aconteceram modificações no padrão espacial de localização do setor.

O quadro 1 mostra as fórmulas que foram utilizadas para calcular os coeficientes de redistribuição e reestruturação.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A análise dos valores encontrados mostra que, no tocante ao coeficiente de redistribuição, de forma geral, não houve mudanças significativas na realocização. Chegou-se a esta conclusão porque todos os coeficientes de todos os grandes setores de cada mesorregião resultaram num valor próximo a zero.

A partir da observação dos resultados encontrados, é possível perceber que o único grande setor que apresentou o coeficiente de redistribuição não zerado na primeira casa decimal foi o de “Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca”. Tal coeficiente foi de 0,1235, porém ainda é um número bastante baixo. Este valor “elevado”, em comparação aos demais valores, talvez possa ser explicado porque este setor é bastante agregado. Se fosse feito um estudo mais desagregado, possivelmente, os valores encontrados também seriam mais baixos.

O setor “Extrativa Mineral”, dentre todos os grandes setores do IBGE, foi o que apresentou o menor grau de distribuição espacial, pois ele é o que está mais próximo de zero. Isso indica que, com o passar dos anos, as atividades que estão inseridas neste setor não mudaram locacionalmente. Os trabalhadores

Tabela 3
Coeficiente de Redistribuição

Setores de atividades	Mesorregiões		
	Extremo Oeste Baiano	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano
Extrativa mineral	0,0311	0,0311	0,0311
Indústria de transformação	0,0370	0,0370	0,0370
Serviços industriais de utilidade pública	0,0728	0,0728	0,0728
Construção civil	0,0571	0,0571	0,0571
Comércio	0,0447	0,0447	0,0447
Serviços	0,0465	0,0465	0,0465
Administração pública	0,0491	0,0491	0,0491
Agropecuária, extração vegetal, caça e pes	0,1235	0,1235	0,1235
Total	0,1235	0,1235	0,1235

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados RAIS.

continuaram alocados no mesmo espaço, bem como as empresas contratantes não mudaram com o passar dos anos.

De forma geral, o resultado obtido através da pesquisa pode indicar que está havendo um padrão de concentração dentro dos grandes setores. Isso pode acontecer por diversos motivos, como, por exemplo, as empresas estão satisfeitas em seus locais de atuação e, por isso, não houve grandes mudanças locais no período de dez anos. Pode indicar ainda que há, de certa forma, algum tipo de empecilho que faz as empresas permanecerem no mesmo local. Seja o custo de mudar-se ou expandir, seja dificuldade em encontrar mão de obra em outros locais ou, ainda, falta de incentivo.

Existem ainda os fatores locais. Por exemplo, o cultivo de grãos, no Extremo Oeste Baiano, é bastante auxiliado graças à sua localização privilegiada, estando às margens do rio São Francisco. Portanto, é quase natural que as atividades envolvendo agricultura e pesca, por exemplo, estejam se desenvolvendo nessa mesorregião.

Outro ponto estudado neste artigo é o coeficiente de reestruturação. Através da análise deste coeficiente, é possível observar se há mudanças estruturais em cada região. Durante os anos que são comparados, percebe-se

Tabela 4
Coeficiente de Reestruturação

Setores de atividades	Mesorregiões		
	Extremo Oeste Baiano	Metropolitana de Salvador	Sul Baiano
Extrativa mineral	0,0429	0,0119	0,0937
Indústria de transformação	0,0429	0,0119	0,0937
Serviços industriais de utilidade pública	0,0429	0,0119	0,0937
Construção civil	0,0429	0,0119	0,0937
Comércio	0,0429	0,0119	0,0937
Serviços	0,0429	0,0119	0,0937
Administração pública	0,0429	0,0119	0,0937
Agropecuária, extração vegetal, caça e pes	0,0429	0,0119	0,0937
Total	0,1235	0,1235	0,1235

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados RAIS.

que não houve mudanças significativas nas mesorregiões estudadas. A tabela 4 informa os valores encontrados em cada coeficiente.

Após a análise do coeficiente de reestruturação, que analisa o grau de mudanças na especialização dos municípios que compõem a região, verificou-se que todos os coeficientes tiveram resultado próximos a zero (0). Ou seja, indicam que não ocorreram modificações na estrutura econômica do município. Caso houvesse resultados próximos a 1, demonstraria uma reestruturação bem substancial.

De acordo com os dados examinados, constatou-se que o Sul Baiano foi a mesorregião que se destacou entre as demais mesorregiões, apesar de não ter obtido resultado próximo a 1. Durante a pesquisa, identificou-se que o Sul Baiano é composto por 3 microrregiões e 70 municípios. Ou seja, é uma mesorregião bastante diversificada, sendo assim, além do cacau e da pecuária bovina, o Sul Baiano contempla grande variedade de atividades produtivas, que poderiam alavancar tais mudanças e justificar o maior coeficiente de reestruturação quando comparada à Metropolitana de Salvador bem como ao Extremo Oeste Baiano.

Apesar da Região Metropolitana de Salvador ser a mais desenvolvida da Bahia e a mais populosa do Nordeste

brasileiro, a mesorregião Metropolitana de Salvador está no rol das mesorregiões que sofreram irrelevantes transformações estruturais nos setores analisados. Isso pode indicar que as atividades desenvolvidas nessa mesorregião já estão bastante consolidadas, não sendo passível a mudanças no período relativamente curto de dez anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisaram-se as mesorregiões do Extremo Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, bem como Sul Baiano, através de dois indicadores de localização de atividades setoriais e de natureza regional. Foram utilizados os coeficientes de redistribuição e o de reestruturação.

A partir das análises, percebeu-se que as mesorregiões não apresentaram mudanças significativas. No que diz respeito ao coeficiente de redistribuição, as atividades se mantiveram nos mesmos locais entre os anos de 2002 e 2012. Este fato foi visualizado ao encontrar valores dos coeficientes próximos a zero. Já o coeficiente de reestruturação também não apresentou valores significativos. Todos os valores encontrados estavam próximos de zero, indicando que não houve reestruturação na composição setorial.

Existem mais indicadores de atividades setoriais e de natureza regional que não foram utilizados neste artigo, seria interessante utilizá-los em artigos posteriores a fim de identificar possíveis mudanças nas mesorregiões estudadas ou, ainda, em todas as mesorregiões do estado da Bahia. É interessante, também, que seja feito um estudo com um período de tempo maior, para ver se houve mudanças significativas. Por exemplo, entre os anos do final do século XX e os anos do início do século XXI.

A partir dos resultados obtidos, porém, percebe-se que há uma tendência a não se constatar mudanças nos coeficientes estudados. Mesmo sendo analisado um período de tempo maior, é possível que os resultados obtidos sejam extremamente parecidos. Isso porque as atividades estudadas, provavelmente, já estão no melhor local possível, no caso do coeficiente de redistribuição. E,

no caso do coeficiente de reestruturação, as empresas e pequenos trabalhadores optam por manter-se sem mudanças bruscas nas atividades. Nos dois casos, estes fatos podem ser explicados, possivelmente, por fatores externos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Base de dados da Relação Anual de Informações Sociais*. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 23 dez. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 137 p. v. 1.
- LIMA, J. et al. Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 7-26, set. 2006.
- LIMA, J.; ALVES, L.; PIACENTI, C. O perfil locacional do emprego setorial no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 39, n. 3, jul./set. 2008.
- PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. (Coord.). *Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional*. Toledo: UNIOESTE; Campus de Toledo, 2006. 266 p. Projeto concluído.
- WANDERLEY, L. [*Notas de aula de economia regional*]. 2013. Apostila.



Economia dos Municípios Baianos – 2002-2012

João Paulo Caetano Santos*
 Karina M^a das Graças C. Silva**
 Simone Borges Medeiros Pereira***

O produto Interno Bruto dos Municípios baianos é calculado em parceria com o IBGE e com os demais Órgãos de Estatística representantes de cada estado. Nesse projeto, cabe ao IBGE a tarefa de coordenar as discussões metodológicas, treinar as equipes técnicas, gerar parte dos dados e acompanhar os trabalhos das equipes. O cálculo do PIB Municipal segue metodologia única, permitindo a comparabilidade entre os resultados dos municípios do Brasil, e está baseado no rateio do valor adicionado das atividades econômicas obtidas pelas Contas Regionais, tomando como referência variáveis que permitam fazer essa distribuição dos VAs das atividades econômicas de cada estado pelos seus respectivos municípios.

No presente artigo, a análise se deu tomando como base a série publicada do PIB Municipal de 2002 a 2012, tendo como objetivo principal avaliar o desempenho ao longo dessa série dos municípios de médio e pequeno porte que mais ganharam participação no PIB, e quais fatores motivaram esse ganho dentro de cada setor de atividade que mais contribui para o bom desempenho desses municípios, ou seja, a partir da constatação de que alguns municípios ganharam participação no valor adicionado do PIB baiano, buscou-se identificar quais fatores determinaram esse ganho de participação ao longo do tempo, observando-se, neste caso, as potencialidades e especificidades de cada município.

RETROSPECTO DA EVOLUÇÃO PRODUTIVA DA ECONOMIA BAIANA

O desenvolvimento econômico baiano pautou-se, ao longo do tempo, num processo de centralização, seja no aspecto produtivo seja espacialmente. No que concerne à especialização produtiva, observou-se a centralização na indústria de transformação e, particularmente, no segmento petroquímico. Uma das consequências da centralização da economia baiana em atividades relativas à produção de bens intermediários foi a dependência da dinâmica de outras regiões do Brasil, particularmente da região sudoeste e, sobretudo, do estado de São Paulo, determinando o crescimento baiano como “*espasmódico e exógeno*” (GUERRA; TEIXEIRA, 2000).

No que concerne à centralização espacial, observou-se, de um lado, o desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – RMS – e, de outro, a estagnação e até mesmo retração de grandes regiões do estado. Ou seja,

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). joaopcs@gmail.com

** Especialista em Gestão de Empresa pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento (Cenid) e graduada em Ciência Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Técnica da equipe de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e professora universitária. kmsilva@sei.ba.gov.br

*** Graduada em Ciência Estatística pela Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB). Técnica responsável pelo Projeto de Contas Municipais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). simonebmp@sei.ba.gov.br

o processo de desenvolvimento baiano foi também caracterizado por desequilíbrios entre os 417 municípios do estado. Em termos teóricos, esses desequilíbrios são normais, conforme atesta Perroux (1977, p. 146) ao afirmar que

[...] o fato, rude mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte, ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia.

A necessidade de se mudar essa realidade explicitada em Perroux foi o fator determinante para que se implementasse, na Bahia, um modelo de desenvolvimento econômico que contemplasse novos polos de desenvolvimento, bem como novas atividades produtivas, fazendo com que a estrutura produtiva baiana se tornasse mais descentralizada e dinâmica.

Nesse sentido, no início da década de 1990, foram implementados programas a apoiar o investimento industrial como, por exemplo, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (Probahia) o qual, segundo Rocha (2004), “consistia na concessão de financiamentos, com juros subsidiados, de um percentual do ICMS para os novos empreendimentos industriais”. Posteriormente, foram implementados o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação Plástica (Bahiaplast), Programa de Incentivo à Transformação do Cobre (Procobre), Programa de Incentivo à Produção Têxtil e de Confecções (Profibra), além de programas de apoio aos polos de Informática, eletrônica e telecomunicações. Finalmente, foi implementado, no

final da década de 1990, o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), o qual tinha como objetivo não apenas centralizar todos os programas anteriores, mas, sobretudo, “diversificar a matriz industrial e agroindustrial da Bahia com a integração e verticalização das cadeias produtivas estratégicas do estado” (ROCHA, 2004, p. 15).

A efetivação dos empreendimentos agroindustriais atraídos pelas políticas de incentivos do estado da Bahia propiciou não apenas a consolidação da principal região produtiva do estado – Região Metropolitana de Salvador – como também maior dinâmica a outras regiões do estado, a exemplo da região de Feira de Santana, Extremo Sul, Sudoeste, Nordeste e Oeste. Nestas regiões, alguns municípios destacaram-se na produção de atividades que até então não tinham relevância dentro da estrutura produtiva local. Nesse sentido, a produção econômica caracterizou-se pela formação de polos produtores na mais diferentes regiões do estado, onde buscou-se potencializar as características econômicas específicas de cada uma das regiões e dos municípios.

DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA E ESPACIAL COM BASE NOS DADOS DO PIB MUNICIPAL

Conforme destacado anteriormente, a política de desenvolvimento econômico da Bahia consolidou-se, nos últimos anos, pelo estímulo ao desenvolvimento e implementação de polos de produção, onde buscou-se observar as características e vocações de cada município e, a partir dessas constatações, implementar medidas no sentido de atrair empreendimentos produtivos.

Em termos de segmentos produtivos, observa-se que as atividades agropecuária, celulose, etanol, eletroeletrônica, mineração, turismo, exploração de gás e petróleo têm aberto, com base nos constantes investimentos, novas possibilidades de emprego e, conseqüentemente, geração de renda e consumo e desenvolvimento para os municípios bem como para o estado.

Com base nos dados apresentados pelo PIB Municipal, pode-se constatar que alguns municípios apresentaram maiores dinâmicas propiciadas pelos investimentos

No início da década de 1990, foram implementados programas a apoiar o investimento industrial como, por exemplo, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (Probahia)

Tabela 1
PIB Municipal – PIB a Preços Correntes – Bahia – 2002/2012

Municípios	PIB 2002 (R\$ milhões)	Posição 2002	Participação (%)	PIB 2012 (R\$ milhões)	Posição 2012 (%)	Participação (%)
Bahia	60.671,84		100	167.727,38		100
Feira de Santana	2.221,21	4	3,66	8.635,05	3	5,15
Vitória da Conquista	1.063,50	6	1,75	3.955,64	6	2,36
Lauro de Freitas	813,27	12	1,34	3.586,65	7	2,14
Luís Eduardo Magalhães	546,96	17	0,90	3.560,63	8	2,12
Barreiras	763,26	13	1,26	2.443,62	11	1,46
Alcobaça	89,30	68	0,15	267,84	73	0,16
Barrocas	12,82	384	0,02	209,09	94	0,12
Cairu	53,14	132	0,09	1.499,61	19	0,89
Caravelas	112,20	56	0,18	333,60	59	0,20
Conceição do Jacuípe	112,26	55	0,19	692,83	33	0,41
Correntina	174,06	39	0,29	705,52	31	0,42
Formosa do Rio Preto	114,54	52	0,19	951,58	26	0,57
Ibirapuã	30,19	216	0,05	142,59	133	0,09
Iraquara	29,11	224	0,05	164,89	118	0,10
Itagibá	42,19	159	0,07	435,50	51	0,26
Itamaraju	215,79	30	0,36	581,49	37	0,35
Jaguarari	113,46	53	0,19	584,75	36	0,35
Maragogipe	75,14	85	0,12	453,18	47	0,27
Mucugê	65,11	103	0,11	279,43	68	0,17
Mucuri	511,81	18	0,84	1018,50	25	0,61
Riachão das Neves	104,23	324	0,17	451,28	49	0,27
São Desidério	366,19	20	0,60	1652,33	18	0,99

Fonte: IBGE – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014).
Tabela construída pelos autores.

atraídos para o estado. Nesse sentido, municípios como Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Cairu, Formosa do Rio Preto, Conceição do Jacuípe, Itagibá, Jaguarari, Maragogipe, Barrocas, Iraquara, Ibirapuã, Riachão das Neves, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas, dentre outros, vêm se destacando dentro da estrutura produtiva baiana.

Ao longo da série, os municípios sofrem mudanças na sua estrutura produtiva acompanhando a dinâmica do mercado, redirecionando sua economia de acordo às tendências locais e mundiais, bem como por influências climáticas, ou mesmo situações ambientais que atraíam novos investimentos para aquela região. Como exemplo dessa dinâmica adaptativa, temos a energia eólica que se instala em regiões de características específicas, buscando atender a uma nova proposta de geração de energia e, ao mesmo tempo, aproveitando os potenciais da região Sudoeste e da Chapada Diamantina.

A Tabela 1 apresenta o *ranking* dos quinze maiores municípios da Bahia, considerando a sua posição em 2012. Cabe

destacar que a análise realizada neste trabalho refere-se aos municípios que mais ganharam participação dentro do PIB baiano ao longo da série em estudo, ou seja, não necessariamente serão analisados os maiores municípios baianos.

SETOR AGROPECUÁRIO

Quando pensamos na dinâmica associada à produção agrícola, a região Oeste vem se destacando no setor agropecuário, em decorrência da expansão agrícola e dos investimentos que foram para lá direcionados, os quais se voltaram, sobretudo, para o cultivo do algodão, da soja e do milho. Além disso, a expansão agrícola da região propiciou, também, a chegada de um conjunto de indústrias que se associam diretamente às culturas da região, a exemplo das esmagadoras de soja e indústria têxtil. Acerca desse movimento, o Bahia Mercantil destacou que:

Motivados pelas boas condições de clima e solo, recursos hídricos e o uso estratégico das mais modernas

tecnologias do mercado, aliados ao alto índice de informação e profissionalismo do produtor rural, garantiram ao cerrado baiano a liderança mundial na produtividade de soja e milho. (BAHIA MERCANTIL, 2012).

Se considerarmos os seis primeiros municípios na agropecuária baiana, em termos de participação no Valor Adicionado, constataremos que todos situam-se na região Oeste do estado e juntos geraram 29% do VA total da agropecuária. Os municípios em destaque são: São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Correntina e Riachão das Neves.

Analisando a produção agrícola de alguns municípios localizados no Oeste baiano, observa-se que, entre 2002 e 2012, houve variação média de 2.514% no valor de produção do algodão; na cultura da soja essa variação foi de, aproximadamente, 351%, já para o milho a variação média do valor de produção foi 462%. Ou seja, os dados apontam que, ao longo do período, essas culturas vêm, cada vez mais, ganhando espaço nos municípios da região Oeste, o que tem contribuído para que estas localidades ganhem cada vez mais destaque na participação do Valor Adicionado estadual.

Nesse sentido, no que se refere à VA da agropecuária, constata-se que o município de São Desidério, que gerou, em 2002, VA de R\$ 272,37 milhões, alcançou, em 2012, valor de R\$1.143,5 milhão – quatro vezes o valor inicial. Por conta disso, esse município, ao longo da série analisada, apresenta uma variação nominal positiva no PIB de 353%.

Seis primeiros municípios na agropecuária baiana, em termos de participação no Valor Adicionado, constataremos que todos situam-se na região Oeste do estado e juntos geraram 29% do VA total da agropecuária

Já o município de Luís Eduardo Magalhães apresenta uma situação ainda mais exponencial em termos de expansão. Em 2002, o PIB do município era equivalente a R\$ 546,96 milhões, passando, em 2012, para R\$ 3.560,6 milhões, consistindo numa variação nominal de 551%. Esse município, ao longo da série, foi um dos que mais ganhou participação na estrutura do PIB baiano, não só por sua produção agrícola, mas também por sua dinâmica de município exportador, credenciando o município a ser sede de grandes comerciantes de insumos e máquinas agrícolas. Por conta disso, o município destaca-se não apenas no setor agropecuário, mas também na indústria e nos serviços.

O município de Formosa do Rio Preto, por sua vez, que em 2002 tinha PIB de R\$ 114,54 milhões passou, em 2012, para R\$ 951,58 milhões, aumentando, assim, a participação desse município no PIB total da Bahia de 0,2% para 0,6%, com uma variação nominal de 731%.

Outro destaque é Riachão das Neves, que teve variação de 5.530% no valor da produção de algodão, fazendo com que esse município também ganhasse participação na estrutura do PIB baiano.

Apesar da região Oeste ter se destacado, ao longo dos anos, como polo de produtos agrícolas, alguns municípios de outras regiões também se destacaram, a exemplo de: Mucugê, Itamaraju, Prado e Barra do Choça, que apresentaram destaque no cultivo do café. Esses municípios apresentaram uma variação média no valor de produção da cultura da ordem de 776%, entre 2002 e 2012.

Por sua vez, os municípios de Caravelas, Mucuri e Alcobaça tem se destacado na atividade silvicultura, favorecidos pelo aumento das fiscalizações na exploração das florestas nativas e da maior conscientização ambiental no País. Por conta dessa nova realidade, houve crescimento das áreas de florestas plantadas, com conseqüente destaque para as áreas de silvicultura, conforme destacado por Castro (2012, p. 1).

Conforme a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, até pouco tempo, a necessidade de madeira era suprida quase que exclusivamente por

meio das florestas nativas, cuja destruição tem provocado, muitas vezes, danos irreversíveis a alguns ecossistemas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento da fiscalização e a maior conscientização ambiental no país fez a produção de madeira proveniente de silvicultura crescer, passou de 33 para 77% do mercado em uma década.

Com base nas informações apresentadas nos parágrafos anteriores, há de se destacar e concluir que fatores climáticos, associados ao fator preço, bem como novas tecnologias apropriadas e investimentos no setor da agropecuária vêm beneficiando os municípios que demonstram vocação nesse setor com perspectiva de que, com o passar do tempo, eles tendam a aumentar sua participação no Produto Interno Bruto baiano.

SETOR INDUSTRIAL

Apesar da indústria baiana passar por um processo de retração, ao longo dos últimos anos, particularmente no setor de transformação, alguns municípios se beneficiaram da expansão neste setor, particularmente aqueles onde se desenvolveu a indústria extrativa mineral e a produção de energia elétrica (eólica, hidráulica e térmica). Nesse sentido, é possível destacar novas configurações, ao longo da série, com destaque para municípios como Itagibá, Cairu, Maragogipe, Barrocas, Ibirapuã, Iraquara, Jaguarari, Conceição do Jacuípe, dentre outros.

O município de Cairu, situado no Baixo Sul da Bahia, apresentou grande destaque na série a partir da descoberta do Campo Manati, onde tem-se a exploração de gás natural, atividade que colocou a localidade em destaque no *ranking* do PIB Per Capita baiano. Em 2002, esse município, que tinha um PIB de R\$ 53,14 milhões, passa para R\$ 1.499,6 milhão em 2012, apresentando, assim, uma variação nominal de 2.722%.

Também é importante destacar o município de Maragogipe, localizado no recôncavo baiano, próximo a Cairu, que recebeu investimentos na área da indústria naval. Ali se implantou um estaleiro da Petrobras que, além de dar manutenção em embarcações, também constrói plataformas, o que tem impulsionado a economia local.

O município de Cairu, situado no Baixo Sul da Bahia, apresentou grande destaque na série a partir da descoberta do Campo Manati, onde tem-se a exploração de gás natural, atividade que colocou a localidade em destaque no *ranking* do PIB Per Capita baiano

Ao longo dessa série, o município apresentou uma variação nominal de 503%, e se vislumbram perspectivas de maior crescimento no futuro, conforme atestado em matéria do Correio da Bahia SICM (Bahia, 2014, p.1).

Com investimentos da ordem de R\$ 2,6 bilhões, o empreendimento produzirá embarcações de alto valor agregado, como navios-sonda para a perfuração de poços de petróleo e navios de guerra. A previsão é que as obras sejam concluídas em março de 2015. Além dos cinco mil empregos diretos, a empresa acredita que outras dez mil vagas indiretas serão criadas com o desenvolvimento da economia regional. “Além dos investimentos governamentais na melhoria da infraestrutura local, haverá ampliação do comércio e a criação de novos serviços (Bahia, 2014).

O município de Itagibá, localizado no Sul do Estado, que em 2002 detinha PIB de R\$ 42,19 milhões registrou crescimento de 10 vezes o valor inicial, alcançando, em 2012, R\$ 435,5 milhões e variação nominal de 932%. O município tem se beneficiado em função da descoberta e consequente exploração de uma mina de níquel, trazendo grande dinâmica produtiva para o município, bem como para outras localidades da região.

Barrocas, localizado no Nordeste baiano, destaca-se no segmento da extrativa mineral com produção de ouro e prata operada atualmente pela Mineração Fazenda Brasileiro. Esse município apresenta uma variação nominal, entre 2002 e 2012, de 1.532% no PIB. Outro município

O município de Ibirapuã, localizado na região Sul, também tem a produção de álcool como destaque com as indústrias ali instaladas

que tem se destacado por conta da extração mineral é Jaguarari, situado ao Norte da Bahia. Com exploração de uma mina de cobre, que contribuiu para uma variação nominal de 701% no período, tem instalada uma empresa produtora de concentrado de cobre e catodo de cobre.

O município de Iraquara, além da exploração de suas riquezas naturais como atividade importante de ecoturismo na região, é impulsionado pela produção do biodiesel através de sementes de mamona, girassol e algodão, na fabricação de biocombustível. Apresenta uma variação nominal de 2002 para 2012 de 466%.

Conceição do Jacuípe, localizado na região metropolitana de Feira de Santana, mostra ao longo dos últimos anos uma evolução significativa na indústria. Na localidade, verificou-se a instalação de indústrias de pequeno, médio e grande portes, do setor de eletrodoméstico, material hospitalar, calçados, adubos e fertilizantes. Esse município apresenta uma variação nominal no PIB de 519%.

O município de Ibirapuã, localizado na região Sul, também tem a produção de álcool como destaque com as indústrias ali instaladas. Esta usina é um dos projetos mais importantes do extremo sul da Bahia.

Ainda na região Sul, cabe destacar as indústrias de celulose que, ao longo dos anos, tem sido um dos principais vetores de desenvolvimento nessa região e, particularmente, para os municípios onde elas estão localizadas. Essa região tende a ser beneficiada por um novo ciclo de desenvolvimento pautado em investimentos como o Gasene, o Complexo Porto Sul e a Ferrovia Oeste-Leste. Juntos, esses empreendimentos podem fazer com que o

crescimento da região seja retomado e se tenha amenização das perdas verificadas no setor agropecuário, particularmente na lavoura de cacau.

Ainda com relação ao setor industrial, a geração de energia eólica vem despontando como novo vetor para a economia, contribuindo na produção de energia limpa e também pelo baixo custo na geração de energia elétrica. Essa atividade vem se desenvolvendo em larga escala, conforme destacado anteriormente, na região Sudoeste e na Chapada Diamantina.

SERVIÇOS

O setor de atividade Serviços, que é destaque na maioria dos municípios, responde por uma parcela significativa na atividade econômica do Estado. Em 2012, aproximadamente 67% do PIB baiano correspondia às atividades associadas a este setor.

No que se refere especificamente à atividade de comércio, podemos enfatizar alguns polos, por conta da comercialização de grãos, carnes, combustíveis, café, cacau e seus derivados, álcool, bebidas em geral, automóveis, produtos de alta tecnologia; serviços empresariais de assessoria, entretenimento, financeiro, informação dentre tantos outros, inserido na sua dinâmica local e regional.

Analisando-se os dados do PIB Municipal, no que se refere ao setor de Serviços, percebe-se que alguns municípios destacaram-se, ao longo do período, dentro da atividade e, como consequência, também ganharam maior espaço dentro da economia baiana. Dentre estes, podemos mencionar Feira de Santana, que em 2002 tinha participação de 4,5% e evoluiu para 5,5% em 2012; este município caracteriza-se por ser o segundo maior polo de Serviços do estado, em função de sua localização e de sua infraestrutura.

Outro destaque é Lauro de Freitas, que sai de uma participação 1,64%, em 2002, para 2,36%, em 2012, no VA de serviços; o PIB desse município era de R\$ 813,27 milhões, em 2002, e atinge R\$ 3.586 milhões em 2012. O município destaca-se por concentrar um diversificado comércio ao longo da Estrada do Coco (rodovia que corta o município), além de diversas atividades como serviços financeiros, informação, e serviços empresariais, dentre outros.

Vitória da Conquista configura-se uma referência regional – sudoeste baiano e norte de Minas Gerais – nos setores de educação, saúde e, principalmente, no comércio atraindo milhares de usuários e consumidores dos municípios vizinhos. A cidade tenderá a se afirmar, cada vez mais, como um polo importante de serviços rodoviários e como centro universitário e de pesquisas. No período, o PIB sai de R\$ 1.063 milhão, em 2002, para R\$ 3.956 milhões, em 2012, proporcionado principalmente pelas atividades de comércio varejista, ensino, alojamento, alimentos, bebidas, transportes e comunicação.

Podemos ainda citar o município de Luís Eduardo Magalhães, que vem demonstrando significativo desempenho no setor de serviços, com Valor Adicionado de R\$ 164,7 milhões, em 2002, e R\$ 1.853 milhão em 2012. Esse desempenho é proporcionado pelos segmentos de serviço de informação, alojamento alimentação, administração pública, comércio varejista e atividades imobiliárias principalmente. Com o desempenho no setor de Serviços, o município aumentou a sua participação no VA de 0,52%, em 2002, para 1,90%, em 2012.

Outros municípios que merecem também destaque nos serviços são Barrocas e Itagibá, sendo que têm como atividade principal a mineração – conforme apresentado anteriormente –; neste municípios, destacam-se os segmentos da atividade imobiliária, alojamento, alimentação, instituição financeira e administração pública.

Podemos enfatizar que o desenvolvimento que vem acontecendo nesse setor, nos municípios citados, é consequência da sua dinâmica local e regional, o que tem contribuído para um novo cenário da estrutura econômica produtiva do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, ao longo dessa série analisada do PIB Municipal, muitos municípios, tanto de pequeno como de médio portes, apresentaram desempenho significativo, motivados por investimentos nos mais diversos setores de atividade econômica, onde podemos citar os que mais se destacaram: a extrativa mineral, as culturas da soja e do algodão, a indústria de transformação (eletrônicos, biocombustível),

o comércio de produtos derivados dos setores primário e secundário, a silvicultura e a energia eólica.

Nesse sentido, concluímos haver um novo processo de crescimento econômico na Bahia, onde a dinâmica vem se descentralizando da Região Metropolitana para alguns municípios do interior do estado. Obviamente não estamos falando de um processo de desconcentração produtiva, mas da inserção de novos municípios que tem contribuído para o crescimento da economia baiana.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Empreendimento abrirá 1,6 mil vagas até o final do ano*. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br/noticia.aspx?n=32430>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- BAHIA MERCANTIL. *Produção de algodão do oeste baiano é segunda maior do mundo*. 2012. Disponível em: <<http://www.bahiamercantil.com.br/?p=2461#&panel1-2>>. Acesso em: 12 nov. 2014.
- CASTRO, Dayene Schiavon de. *Floresta plantada cresce no Brasil*. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.afe.com.br/noticia/7344/floresta-plantada-cresce-no-brasil>>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- MARAGOJIPE AGORA. *"MARAGOJIPE" estaleiro abrirá 1,6 mil vagas até o final do ano*. Disponível em: <http://www.maragojipeagora.com.br/capa/?p=ver_noticia&id=14012>. Acesso em: 21 nov. 2014.
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCWARTZMANN, J. (Org.). *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145-156.
- ROCHA, Antônio Glauter Teófilo. *Os governos aprendem, as políticas evoluem: fatores cognitivos e políticos moldando as políticas industriais da Bahia, do Ceará e de Pernambuco*. 2004. 162 f. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Engenharia Industrial, Rio de Janeiro, 2004.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB municipal 2012*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2014

Desafios econômicos e sociais na Bahia



Armando Castro
Diretor de Pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Nos últimos anos, a Bahia foi marcada por dois processos, um econômico e outro social, que a destacaram nacionalmente: um crescimento econômico acima da média brasileira e uma intensa redução de desigualdade e pobreza. Os dois fenômenos estão interrelacionados e são frutos de um mesmo processo, qual seja, um modelo nacional de desenvolvimento orientado para o crescimento da renda e, conseqüentemente, do mercado consumidor, uma vez que o cenário prevalecente esteve distante do pleno emprego dos fatores de produção. Entre 2004 e 2013, a economia Baiana cresceu 4,4% ao ano, enquanto o Brasil apresentou uma taxa anual de crescimento de 3,4%. O número de empregos formais gerados atingiu 780 mil entre 2004 e 2013. No mesmo período, 3,3 milhões de pessoas saíram da pobreza ou da extrema pobreza na Bahia, sendo o Estado que mais contribuiu em termos absolutos neste quesito. Diante do complexo quadro atual, a questão que se coloca é como esses dois aspectos irão evoluir na Bahia nos próximos anos. Para a atividade econômica, no curto prazo, é consenso um quadro de pouco crescimento e fraca geração de postos de trabalho. O que afirmo é que também o processo de redução da pobreza apresentará grandes limitadores e, certamente, não será possível reduzi-la às mesmas taxas que vínhamos obtendo nos últimos anos, exigindo maiores esforços para continuar a direção de queda da desigualdade e da extrema pobreza.

A afirmação de que os fenômenos estão entrelaçados decorre do entendimento que a política de transferência de renda, juntamente com os aumentos reais de salário mínimo, associados ainda com as políticas de crédito e

estímulo ao consumo, fomentou a demanda agregada no Brasil, especialmente nas regiões mais pobres. Primeiramente houve aquecimento nos setores de prestação de serviços e comércio em razão da ampliação da renda dos mais pobres. O efeito multiplicador atingiu cadeias inteiras, ampliando o emprego e elevando, portanto, a massa de rendimentos. Essa dinâmica permitiu um crescimento econômico via expansão do mercado interno em um momento que o mundo viveu uma crise contundente, com forte redução de demanda externa. Na Bahia, com um repasse anual de R\$ 5 bilhões do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), esse processo foi mais intenso quando comparado com a média nacional. Essa hipótese é reforçada pelo crescimento exponencial da classe média, pelas elevadas taxas de crescimento do volume de vendas do comércio baiano, pela expansão do emprego ter se dado com mais intensidade nas pequenas e micro empresas, no interior do Estado, principalmente nos setores de comércio e serviços.

Recente estudo do Ipea mostra que para cada R\$ 1,00 investido no PBF, o PIB apresenta um crescimento de R\$ 1,78. Apesar da relação de causalidade entre o crescimento econômico e a queda da pobreza se apresentar com mais intensidade na direção do segundo para o primeiro, o crescimento econômico, mesmo não sendo condição suficiente, é condição necessária para mitigar a miséria, seja pela empregabilidade da população – e a pobreza urbana está associada à inserção no mercado de trabalho – seja porque a capacidade de arrecadação do Governo recua em períodos recessivos, limitando a

atuação de políticas públicas. Isso já se constitui num primeiro entrave para a superação da pobreza, pois o cenário recente revela esfriamento econômico na Bahia.

PERSPECTIVA ECONÔMICA

Apesar do cenário sombrio para o curto prazo, as economias brasileira e baiana possuem indicativos consistentes para um otimismo de médio e longo prazos. No curto prazo, apesar da sinalização da nova equipe econômica de uma política fiscal mais austera, é esperado aumento de preços administrados e insumos básicos que afetarão praticamente todos os produtos, via aumentos de preços de energia, combustíveis e transportes. A política fiscal de cunho restritiva, associada a um maior rigor da política monetária para combater a tendência inflacionária, e ainda as expectativas pessimistas por parte do mercado, irão comprometer a demanda agregada e o crescimento econômico. Os indicadores nacionais de confiança da indústria e do consumidor apontam elevado pessimismo e, na Bahia, o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano aponta o maior nível de pessimismo dos últimos cinco anos, o que explica, mais do que as altas taxas de juros, a tendência de queda dos investimentos privados no curto prazo. Por sua vez, para 2015, é apontado um crescimento de 3,1% para os EUA e de 5% para os emergentes, puxados por China e Índia, o que ajudará na recuperação da economia nacional em relação a 2014. A previsão oficial de crescimento do PIB brasileiro, para 2015, é de apenas 0,8%, já pelas estimativas do FMI, 1,4%, e as projeções realizadas pelos bancos privados apontam crescimento em torno de 1%, sendo, neste cenário, pouco provável que a Bahia cresça acima de 2,5%.

No médio e longo prazos, alguns fatores sinalizam para uma recuperação consistente da economia baiana. Primeiro, a conclusão de obras de infraestrutura e melhorias logísticas permitirão a retomada de investimentos previstos. A maturação desses investimentos e a atração de novos, principalmente investimentos estrangeiros – cujos parâmetros de atração estão mais relacionados com aspectos estruturais, como infraestrutura e tamanho do mercado, do que aspectos conjunturais – não seria possível se não houvesse expectativa de demanda pela produção. A expansão do mercado interno brasileiro e

baiano não foi um fenômeno conjuntural do período de crescimento acelerado, mas sim uma transformação estrutural: 3 milhões ascenderam à classe média na Bahia, entre 2004 e 2013, significando que, pelo critério da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), existem 7 milhões de baianos na classe média, com uma elevação real de 60% da renda pessoal média no período. Portanto, os dois fatores, investimentos em infraestrutura e logística e um mercado consumidor efetivo, associados à recuperação da economia global, em especial dos EUA, e ainda considerando as previsões de estabilidade econômica e recuperação da confiança pelo mercado no médio prazo, irão estimular a retomada de investimentos e, gradualmente, os resultados irão reforçando novos ventos de expectativas otimistas, condição necessária para uma expansão significativa de investimentos. É plausível afirmar que tal dinâmica, quando relacionada aos resultados das políticas de formação profissional e superior, cujos efeitos implicarão numa maior qualificação da mão de obra, permitirá ganhos de produtividade no longo prazo.

ENTRAVES À ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

Com a implantação do Programa Bolsa Família (PBF), a partir de 2004, a pobreza passou a declinar de forma exponencial no Brasil, especialmente no Nordeste. Em 2011, com o Plano Brasil sem Miséria, o PBF recebeu complementos objetivando erradicar a extrema pobreza no País. Na Bahia, saímos de um total de 2,1 milhões, para menos de 1 milhão de extremamente pobres, e de 3,8 milhões, para 1,6 milhão de pobres, entre 2004 e 2013. Alguns destes são beneficiários do PBF, no entanto os rendimentos das famílias são tão baixos que mesmo o repasse não é suficiente para tirar a família da miséria. Existem duas vias para a continuidade da redução da pobreza no Brasil e na Bahia: ampliando o número de beneficiários ou aumentando os valores do repasse. Para a primeira via, a limitação está relacionada com a impossibilidade de se manter um incremento a taxas crescentes, ou mesmo constantes, de acréscimo de beneficiários. Com 1,8 milhão de famílias baianas beneficiárias do programa, a possibilidade de se encontrar famílias fora da rede de proteção é cada vez menor se comparada com os primeiros anos do programa, apesar

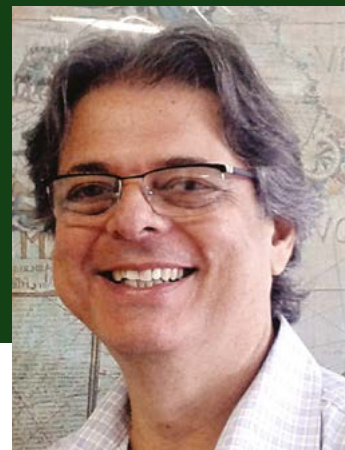
dos esforços da busca ativa. A segunda via apresenta um limite relacionado à dificuldade técnica de se transferir, no mínimo, o que a família precisa exatamente para superar a linha de extrema pobreza, tal como previsto no Brasil sem Miséria. Isso se dá porque o rendimento das famílias em situação de vulnerabilidade apresenta algum grau de volatilidade e, mesmo com desvios padrões baixos, a proximidade das rendas familiares para a linha de pobreza faz com que oscilações para baixo mitiguem a eficiência das transferências. No entanto, o maior limitador é o próprio custo para ampliação dos repasses, dada a restrição orçamentária imposta pela conjuntura recessiva e pela necessidade de superávit do Governo.

O raciocínio aqui desenvolvido aponta para, no curto prazo, baixo crescimento econômico e variações irrelevantes da taxa de pobreza na Bahia. No médio e longo prazos, a tendência é de recuperação econômica,

com reais possibilidades de ganhos de produtividade e expansão acelerada. Contudo, a diminuição da pobreza dependerá essencialmente da política social específica. Isso se dá porque a extrema pobreza é composta por pessoas de baixíssima ou nenhuma escolaridade, que se encontram à margem do processo produtivo, que não são absorvidas diretamente por expansão econômica, seja ela associada à maior utilização da capacidade produtiva ou estimulada por novos investimentos, decorrentes de inovação e desenvolvimento tecnológico que, por regra, demandam mão de obra com maior grau de qualificação. Além disso, muitos vivem em regiões que não apresentam fáceis alternativas de desenvolvimento socioeconômico. Após uma década de sucesso no combate à miséria, estamos num momento em que as condições do passado deixarão de se repetir, portanto, as políticas públicas para os próximos anos devem ser pensadas considerando a realidade que se impõe.

A geoinformação como ferramenta de gestão pública e de apoio à tomada de decisão

Cláudio Pelosi
Diretor de Informações Geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).



As geotecnologias vêm despertando cada dia mais o interesse das pessoas em todo o mundo, graças à popularização dos aplicativos baseados em mapas disponíveis para computadores domésticos, portáteis e dispositivos móveis, que se multiplicaram na web nos últimos anos. Inicialmente utilizados para a simples publicação de mapas estáticos, agora auxiliam os usuários a localizar endereços residenciais e comerciais e levá-los até o local desejado, com o apoio de um GPS embarcado no próprio dispositivo. Além disso, também estão disponíveis informações georreferenciadas de educação, saúde, transporte, meio ambiente e segurança pública entre outros.

Praticamente tudo é possível se tivermos dados confiáveis e constantemente atualizados. A tecnologia para armazenamento e distribuição de dados, bem como para desenvolvimento e publicação de aplicativos já não é mais desafio a ser vencido. O ponto crucial agora é construir e manter os bancos de dados geoespaciais baseados em políticas e planos bem elaborados que promovam uma cobertura sem sobreposições e sombras na abrangência geográfica, de escala e temporal, de forma racional, evitando desperdícios de recursos e garantindo a reutilização no maior número possível de projetos.

Nesse caminho, surgiram as iniciativas de construção de infraestruturas de dados espaciais (IDE), com o objetivo de promover “mecanismos e procedimentos de coordenação

e monitoramento; padrões e acordos, necessários para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais” (definição contida no Decreto 6.666 de 27/11/2008, que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE).

Trocando em miúdos e de forma bem simples, uma IDE possibilita a qualquer pessoa descobrir o acervo de dados, serviços e aplicativos geoespaciais existente em todas as instituições envolvidas na rede de partilha, através de um ponto de acesso único (geoportal), e através de seus metadados (informações sobre os dados) avaliar a aderência à sua necessidade de uso e acessá-lo, no visualizador do próprio geoportal (quando possível) ou nos formatos disponíveis (analógico/digital) de acordo com a política de distribuição de cada instituição (onerosa/gratuita, online/offline).

Por exemplo, se uma instituição estadual quiser produzir um mapa com as áreas de proteção ambientais existentes no território baiano, precisará da divisão político-administrativa e das unidades de conservação, de onde poderá extrair as APAs, para daí então criar o mapa temático com a sobreposição das duas informações. Mas se ainda não dispõe de nenhuma das duas informações, acessará o geoportal e fará uma busca por palavras chaves que remetam a cada uma delas e descobrirá quem as tem, analisará as características

técnicas e aprovará ou não para uso no projeto. Feito isso, acessará uma por uma de acordo com a política de distribuição da instituição responsável. No cenário relatado, as duas informações estão disponíveis em meio digital com acesso online, facilitando a geração do produto desejado sem necessidade de deslocamento até as instituições responsáveis.

Na Bahia, este movimento começou no início da década de 2000, quando foram realizadas as primeiras pesquisas a respeito do tema, evoluindo gradativamente até o estabelecimento da IDE-Bahia, em dezembro de 2014, contemplando inicialmente as especificações técnicas que padronizam a estruturação dos bancos de dados geoespaciais, a aquisição dos dados e o registro dos seus metadados, bem como dos componentes tecnológicos o Banco de Metadados e o Geoportal Bahia,

que possibilitarão a busca, descoberta e acesso aos produtos e serviços das instituições da administração pública estadual.

O próximo passo será a viabilização dos acordos para a construção da política e do plano estadual de geoinformação, que garantirão sua sustentabilidade. Com estas questões resolvidas, a administração estadual poderá fazer uso pleno da geoinformação disponibilizada na IDE-Bahia, para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos projetos, além de facilitar enormemente o processo de tomada de decisão em todos os níveis da gestão governamental, inclusive com a utilização de dispositivos móveis (notebooks, tablets e smartphones) cada vez mais populares, dando a agilidade necessária quando as decisões tiverem que ser tomadas em campo.

Integração Internacional da Bahia



Edgard Porto

Coordenador da Comissão Organizadora do XIII Seminário da RII,
Diretor de Estudos da SEI, Pesquisador Associado do PPGAU-UFBA

VISÃO ABRANGENTE

Pesquisas realizadas pela Diretoria de Estudos da SEI com vistas a oferecer subsídio para a discussão e formulação de políticas públicas, ao analisar os traços principais do processo de desenvolvimento da Bahia no contexto da economia internacional, identificaram como um dos focos de investigação o papel da infraestrutura logística como suporte para a atração de investimentos.

À medida que os estudos foram sendo desenvolvidos, foi possível verificar que tal tema necessita ser compreendido com base em um recorte territorial cuja abrangência não se restrinja somente à Bahia, mas, também, a outras regiões do Brasil e até a outros países sul americanos. Ou seja, não podemos compreender totalmente a Bahia se fixarmos nossos olhares apenas aos seus limites político-administrativos. Isso não é novidade! Mas, a importância desse comportamento ganhou mais força à medida que os fluxos de capitais e pessoas alcançaram cada vez mais lógicas de comportamentos mundializados.

DO QUE ESTAMOS FALANDO CONCRETAMENTE, PARA NÃO PARECER PENSAMENTO FRÍVOLO?

Os investimentos no Brasil estão se deslocando relativamente do litoral para o interior, deixando a concentração de indústrias, comércios e serviços, de pessoas e de infraestrutura do entorno das grandes metrópoles do Sul/Sudeste e parte do Nordeste, principalmente Salvador,

Recife e Fortaleza, para a produção de *commodities* nas vastas porções de terras do Centro- Oeste e Norte.

A participação nacional do PIB do Centro- Oeste cresceu de 8,4%, em 1995, para 9,8%, em 2012, enquanto que o da região Sudeste decresceu a sua participação no mesmo período de 59,1% para 55,2%. Por outro lado, a Região Sul ficou estável no período com 16,2% (Fonte: CONAC/DPE/IBGE, elaboração da COREF, SEI).

As exportações do agronegócio no Brasil cresceram de 19%, em 2004, para cerca de 27%, em 2014, em relação ao total das exportações brasileiras (MDIC/Secex). Desse total do agronegócio, a Região Centro Oeste elevou a sua participação de 23% para 37% no mesmo período.

Isso ressalta algumas características importantes dessa produção com tendências a concentração regional: a) por não ser intensiva em mão de obra, ela provavelmente não atrairá forte migração e nem oferecerá relativamente um número de empregos locais, portanto, formará uma rede de cidades enxuta, mas muito qualificada, como acontece; b) exigirá fortes investimentos em elementos de infraestrutura logística capazes de reduzir os custos de produção e tornar competitivo esse agronegócio, que parece ser o grande vetor de expansão da economia nacional, tanto visto pelos brasileiros como pelos países demandantes desses produtos.

Guardando as diferenças de porte e características do perfil da economia, podemos dizer que na Bahia também há uma crescente produção de *commodities*

agrícolas, concentrada na região do Oeste do estado, que se comporta com o mesmo nexo da produção dos cerrados do Centro- Oeste brasileiro. Sob esse aspecto, a espacialização da economia do Brasil e da Bahia segue uma lógica próxima, na qual a nova e crescente produção do interior carece de fortes investimentos em sistemas de transportes intermodais para escoamento das suas produções pelos portos do litoral.

NOVA FASE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Tal fenômeno é reflexo de comportamentos mundiais de investimentos intensivos em capital que já se esboçam há décadas e têm uma importante característica: eles geram fluxos entre várias unidades de produção localizadas em distintas partes do mundo em todos os momentos da produção. Podem ocorrer espacialmente dispersos, mas são muito concentrados economicamente. Para isso, é necessário qualificação dos meios de transportes e comunicações, de integração regional. Como resultado, as unidades de produção pulsam hoje com menor frequência e intensidade com as suas regiões. Mas ainda pulsam.

O esforço de construção de políticas capazes de induzir a disseminação do desenvolvimento econômico com integração espacial pode ser desencorajador, relativamente aos resultados. Mas a imobilidade pode ser desastrosa, do ponto de vista de interesses regionais. Não do ponto de vista do grande investidor.

Estamos, portanto, diante de uma nova fase da economia brasileira, baseada no crescimento da produção de commodities e da prioridade de investimentos em novos elementos de infraestrutura de transportes para a integração econômica com os grandes mercados mundiais.

O QUE A BAHIA TEM COM ISSO?

De maneira esquemática, apenas para estimular a capacidade de reflexão, podemos pensar duas situações extremas que podem vir a acontecer e resultar em maior ou menor inserção da Bahia na economia mundial.

O MELHOR DOS MUNDOS

Na primeira situação, podemos considerar que a Bahia poderá ter grande capacidade de atração de novos investimentos em serviços e agregar valor à cadeia industrial, alcançando um novo ciclo de desenvolvimento. Os pressupostos anteriores permitem inferir que a realização dos grandes investimentos em sistemas ferroviários de ligação entre a Bahia e o Centro-Oeste e ao Sudeste do Brasil mostre capacidade de integrar economicamente essas regiões. Aí estão elencados: os projetos ferroviários da FIO, desde que articulados diretamente com a FICO, para alcançar o centro do Brasil, onde somente o conjunto dos 10 maiores municípios produtores de soja representa cerca de 58% da produção nacional; e a concessão do trecho Belo Horizonte (MG)-Candeias (BA), que poderá potencializar a articulação histórica da Bahia com o Sul-Sudeste brasileiro.

Como essa infraestrutura funciona em rede, é necessário que os outros elos estejam presentes e funcionando sincronizadamente. O que significa dizer que os portos da Bahia (Complexo Portuário da Baía de Todos os Santos, Porto Sul - em construção - e Porto de Ilhéus) carecem de gestões capazes de tirar proveito dos potenciais de cargas do sistema e encontrar os meios para atrair investimentos, ganhando cada vez mais competitividade frente aos outros portos do Brasil.

Ora, isso poderá criar importantes capacidades de atração de novos investimentos em serviços de distribuição, serviço às empresas que possam tirar proveitos de oportunidades de negócios em alguns nós logísticos ao longo da FIO e na sua interseção com a Ferrovia Belo Horizonte (MG)-Candeias (BA).

No seu rastro, poderá acontecer a expansão de cidades nas suas proximidades, as quais demandarão serviços pessoais, serviços em educação e saúde, serviços públicos, alimentos, mercadorias diversas e novos investimentos em elementos de infraestrutura urbano/regional. Isso é: geração de emprego, que poderá suprir as lacunas provocadas pela intensificação em tecnologia das unidades tradicionais da indústria na Bahia, castigada pela forte concorrência das unidades asiáticas, e adensar as cadeias com as médias e pequenas empresas locais.

Como resultado macroespacial, poderíamos deduzir que a Bahia criaria uma condição similar a uma espécie de rótula de circulação, formada pelas ferrovias FIOCR, Belo Horizonte (MG)-Candeias (BA) e a Salvador-Juazeiro, assimilando os fluxos da hidrovía. Todos eles deveriam estar associados a equipamentos de logística de distribuição regional e aos grandes portos e aeroportos. Assim, os fluxos de capitais, mercadorias e serviços da Bahia poderão estar integrados à lógica da produção e da circulação com outras regiões do Brasil e articuladas com outros países da América do Sul.

Essa nova dinâmica poderia minimizar duas questões regionais históricas para o Estado: a redução da concentração da economia em seus extremos territoriais e a forte dependência do Sul/Sudeste como única região que concentra as relações econômicas da Bahia. Seria uma nova espacialidade para um novo ciclo de desenvolvimento, fortemente baseada em serviços relativamente mais intensivos em conhecimento.

Como realçamos antes, contudo, essas atividades não pulsam tanto com o seu território quanto as atividades fordistas de fases anteriores, mas, ainda pulsam e vão depender muito das ações públicas regionais para elevar a sua intensidade.

O MUNDO PODE DESABAR

A outra situação extrema, que deverá ter uma infinidade de situações intermediárias com a anterior, e que acreditamos possa servir de referência para compreendermos a complexidade dos problemas, consiste em pensar na possibilidade que o Nordeste do Brasil e a Bahia fiquem aliados dessa nova fase de desenvolvimento econômico mundial e particularmente do Brasil. O que significa isso? Os grandes investimentos em logística a serem executados no Brasil e na América do Sul ocorrerem com a perspectiva de saída da produção de todo o Centro-Oeste, Norte e da região denominada de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), pelo Sudeste e Sul e pelo Norte, incorporando apenas o Porto de São Luís. Se considerarmos as exportações de soja em grãos entre janeiro e agosto de 2014, podemos constatar que 54,7% escoam pelos portos do Sul/Sudeste

e que São Luís ainda tem uma pequena participação de 5,6%, enquanto que a Bahia alcança apenas 4,4%, notadamente equivalente à produção do Oeste baiano.

Se assim for, o Nordeste e a Bahia poderão continuar a se integrar com outras regiões do Brasil e com outros países através do Sudeste e podem persistir os investimentos isolados regionalmente, com grande perspectiva de se concentrar nas áreas hoje já dinâmicas. Espacialmente isso poderá manter o quadro de desigualdades regionais e estimular a desagregação político administrativa, porquanto as regiões do Oeste baiano e do Sul do Maranhão e Piauí, que tendem a formar uma só mancha de produção de grãos com o Centro Oeste e Norte do Brasil, podem se agrupar politicamente.

O grau de integração não garante a solução para a inclusão dos pequenos e médios negócios, mas a não integração pode acelerar a exclusão social e econômica.

As duas situações podem ser consideradas por muitos como uma mera ficção, porquanto não é dado a ninguém prever o futuro. Não contesto, embora essas situações, de onde podem ser tiradas variantes dos mais diversos tipos, foram criadas a partir de dados da realidade, estando submetidas à dinâmica da economia mundial, que inclui as distintas possibilidades de saída da crise.

TENDÊNCIAS INSISTENTES

No entanto, existem processos em curso que têm sido reconhecidos por variadas linhas de pesquisadores, tais como as tendências já manifestadas na fase de mundialização dos fluxos capitalistas, cujas características de produção flexível têm conduzido a alterações importantes das unidades de produção, com seus efeitos regionais. Já há muito identificados, persistem as tendências de crescimento das indústrias na Ásia e o crescimento dos serviços intensivos de alto conhecimento nas grandes metrópoles mundiais, bem como a descentralização de serviços de distribuição e de serviços pessoais (KON, 2004).

Como decorrência disso, continuam sem perspectivas de grandes alterações, em médio prazo, o papel que vem assumindo o Brasil na produção de *commodities*.

UM LEQUE DE INICIATIVAS

Se as lógicas de decisões de investimentos são mundiais e as preocupações sobre as repercussões são locais, isso quer dizer que alcançar uma dada situação carece de sincronização de um conjunto de fatores, sendo que uma parte se circunscreve à capacidade de convergência de políticas públicas e privadas de interesse local, e tantas outras ficam no âmbito das variáveis sem controle local.

As políticas locais ganham força de transformação quando construídas a partir de articulações entre os

setores públicos e privado, as representações sociais e as universidades.

Tal fato reforça a necessidade de pensar o desenvolvimento de forma estruturada, porém dinâmica. De compreender que as informações locais, estaduais ou mesmo regionais, por si só, embora importantes, são insuficientes para a tomada de decisões ou definição das políticas para o alcance dos objetivos.

Nesse contexto, as informações que geram conhecimentos abrangentes, compartilhados e convergentes entre lideranças ganham a capacidade de construir o futuro.

É possível pensar em um novo ciclo de crescimento econômico para a Bahia?

Gustavo Casseb Pessoti

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).



Apesar da clarividência de que não houve nenhuma grande mudança estrutural na economia baiana no período 2010-2014, os anos vindouros dessa década são extremamente promissores para alavancar o crescimento econômico do estado. Muitos projetos de integração regional e de dotação de infraestrutura de transportes estão no bojo do processo de planejamento da Bahia para os próximos anos. A mudança em direção a um crescimento econômico mais equilibrado e sustentado passa pela definição de uma agenda de projetos estruturantes capazes de integrar a economia baiana com as demais regiões do país e com importantes mercados internacionais.

Na Bahia, os eixos troncais se concretizam com a construção da Ferrovia Oeste-Leste – FIOL e do Porto Sul, que devem se articular diretamente com a Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO), o que vai viabilizar o escoamento de parte da produção de grãos do interior do Brasil pelos portos baianos. No sentido Oeste-Leste, a articulação entre a FICO e a FIOL passam a constituir um novo corredor de movimentação de minérios e grãos, conectando importantes zonas de expansão da produção do Centro-Oeste do país, do Oeste Baiano e de mineração no interior do Estado da Bahia ao novo Porto Sul.

A construção de novas ferrovias e a adequação da malha ferroviária já existente proporciona o fortalecimento dos fluxos e viabiliza o escoamento da produção do Oeste

Baiano e das novas áreas de exploração de minérios no interior do Estado. No sentido Norte-Sul, a adequação da malha da FCA e a proposta de concessão anunciada para a ligação ferroviária Salvador-Recife promoverão um intercâmbio comercial ainda maior entre a economia baiana e as regiões Nordeste e Sudeste, articulados com o complexo portuário da Baía de Todos os Santos.

Ao se considerar os projetos da Hidrovia do São Francisco e a requalificação das ferrovias da FCA, nos seus ramais de Salvador para Minas Gerais e Salvador para Juazeiro, e agregar os projetos de plataformas logísticas na Macrorregião de Salvador-Feira de Santana, em Juazeiro, em Itabuna e em Vitória da Conquista, compreende-se que está sendo construída uma grande rótula de articulação dos fluxos econômicos. Isto é, dotando a Bahia de maior infraestrutura e considerando como válidos os preceitos das teorias de localização industrial, pode-se assistir a um verdadeiro ciclo de crescimento econômico, alicerçado na complexificação, diversificação e aumento do valor adicionado nas atividades econômicas, principalmente no interior do estado.

Diferentemente da fase de desenvolvimento industrial da Bahia, iniciada desde a década de 1950 e que foi pautada por uma concentração de atividades na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a nova agenda de investimentos estruturantes deve ter em vista um novo ciclo de crescimento, mais diversificado e descentralizado

especialmente, com grande capacidade de fomento às atividades industriais, minerais, agropecuárias e de serviços de apoio a essas atividades, representando um grande avanço na redução das desigualdades regionais.

Além de um conjunto diversificado de investimentos nos modais de transporte ferroviário e rodoviário, e a construção/ampliação/modernização de 10 aeroportos (Paulo Afonso, Barreiras, Lençóis, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Salvador, Ilhéus, Guanambi, Vitória da Conquista e Porto Seguro), os investimentos previstos na construção e ampliação dos Distritos Industriais e as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), poderão atrair novos investimentos e aumentar a competitividade da economia baiana. Os novos investimentos previstos até 2020 permitem vislumbrar grandes possibilidades de agregação de valor à produção local, capaz de viabilizar um grande número de negócios, tanto no setor industrial como no setor de serviços. A criação de novas áreas para implantação de indústrias possibilita a instalação de novas empresas e uma maior diversificação e desconcentração da economia estadual – a exemplo da ZPE de Ilhéus –, com a criação de novos postos de trabalho e fortalecimento do centro comercial e de serviços.

Nesse sentido, merecem destaques duas últimas informações que podem confirmar a mudança de ciclo para a economia baiana, com grandes repercussões para o interior do estado, sobretudo quando concretizados esses planos de investimentos: a) o mercado de trabalho formal, que apesar do número ainda pequeno de novos postos de trabalhos, já evidencia geração de empregos formais no interior muito acima dos novos postos criados para a RMS entre os anos de 2012, 2013 e 2014, conforme as informações do boletim do CAGED (2014) – 60%, 63% e 81% do total de novos empregos formais foram gerados em municípios fora da RMS, nos referidos anos; b) o montante de novos investimentos industriais, já com protocolos de interesse firmados com a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, sobretudo destinados para o interior do estado. Eles totalizam pouco mais de R\$ 50 bilhões, com capacidade para gerar aproximadamente 85 mil empregos diretos. Mais do que isso, esses investimentos podem criar uma dinâmica mais endógena e dinamizar diferentes áreas do interior da Bahia, visto que os principais montantes estão relacionados às indústrias

eólicas, minerais, celulose, além da criação do polo acrílico na RMS, polo naval no Recôncavo e do fortalecimento da cadeia automotiva da Bahia, com a entrada em operação, ainda no final de 2014, da *Jac Motors*.

Em relação a esses projetos de investimentos que já estão no plano da efetivação, os três que merecem especial destaque são: o Polo Naval situado no Recôncavo da Bahia, o complexo acrílico situado no Polo Petroquímico de Camaçari e o Parque Eólico espalhado em todo o interior do estado, com previsão de mais de 50 projetos com perspectiva de transformar a Bahia no principal parque eólico do Brasil, até finais de 2015. Esses investimentos são importantes, pois podem modificar a feição da indústria de transformação do estado na direção da tão sonhada industrialização de bens finais defendida por Celso Furtado ainda na década de 50 do século passado.

O complexo acrílico, por exemplo, com investimentos da ordem de R\$ 1,2 bilhão pode promover uma verticalização na cadeia petroquímica, pois a produção do ácido acrílico é matéria prima obrigatória para fraldas descartáveis, absorventes, tintas, vernizes, além de outros insumos importantes para a construção civil, mineração e para os artigos de uso pessoal e doméstico. Além de estimular uma cadeia de indústrias a jusante, a Kimberly-Clark, instalada em Camaçari no final de 2013, é um exemplo importante, o complexo acrílico também estimulará a integração com a indústria petroquímica a montante, tendo na Brasken a garantia do fornecimento de propeno (matéria prima para a produção do ácido acrílico e dos polímeros super absorventes – SAP) em escala para atender ao mercado doméstico. A fábrica da BASF em Camaçari será a primeira do Brasil e da América Latina a produzir esses insumos petroquímicos, anteriormente importados dos Estados Unidos. As perspectivas, portanto, para uma verticalização da cadeia petroquímica são realmente muito promissoras e podem reestimular uma alavancagem na geração de valor adicionado industrial, fazendo a indústria retornar a patamares maiores na agregação de valor ao PIB da Bahia e, por conseguinte, possibilitando ao estado uma nova dinâmica industrial não observada ao longo dos primeiros anos da segunda década do século XXI.

O Polo Naval é outro exemplo de investimento muito importante para essa “nova dinâmica” industrial do estado da Bahia entre 2015 e 2020. Não só pelo investimento superior a R\$ 2 bilhões, mas porque ele representa uma nova perspectiva econômica para a região do Recôncavo da Bahia, com a geração de aproximadamente 5 mil empregos diretos e outros 5 mil indiretos. Além disso, trata-se de uma indústria de produção de bens finais importante para a desconcentração regional e com uma demanda potencial alta, principalmente com as prospecções em torno do pré-sal. No estaleiro de São Roque do Paraguaçu serão construídas plataformas de petróleo, sondas de perfuração e navios petroleiros. Também serão construídas embarcações de apoio, como barcos de suprimento e de apoio às operações marítimas de ancoragem de plataformas em alto mar e combate a derrames de óleo e outro fins. O Polo Naval do Recôncavo possui, ainda, potencial para a realização de barcos menores e pequenos saveiros esportivos. Trata-se, pois, de uma indústria de elevado valor agregado e que pode apresentar grandes reflexos na pauta de exportações do estado.

Assim, o caminho para um novo ciclo passa necessariamente por investimentos que sejam capazes de integrar os espaços regionais “como nunca antes na história desse estado” e, ao mesmo tempo, investimentos que sejam capazes de “endogenizar” a fonte do crescimento

econômico. Os desafios são muito grandes nesse direcionamento. Pensar uma nova Bahia requer um esforço de planejamento articulado com o governo federal e com políticas que possam potencializar o crescimento econômico nos mais distantes e diferentes municípios. Ainda que dentro da ideia da “desconcentração concentrada”, os fluxos econômicos, tamanho de população, desenvolvimento de redes urbanas colocam municípios como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Ilhéus, Itabuna, Caetité, Juazeiro, Paulo Afonso, além dos municípios da região Oeste, naturalmente como potenciais na estratégia de investimentos regionais. Não se trata apenas de voltar a uma velha estratégia econômica do passado. Mas antes, pensar nas articulações troncais, nos fluxos de mercadorias, nas possibilidades de economias de aglomeração, no planejamento da infraestrutura de transportes e logística e também de novos serviços urbanos. A integração espacial tem que ter por trás uma lógica econômica que faça sentido, do contrário, além de fuga de cargas, intensifica-se mais o transporte de *commodities* agrícolas e minerais do que a possibilidade da atração/criação de novas atividades econômicas com geração de elevado valor adicionado na economia baiana. Ou seja, para um novo e verdadeiro ciclo de crescimento, a Bahia vai precisar, mais do que nunca, de um velho e conhecido aliado do passado: o planejamento.

O estado da Bahia deverá gerar cerca de 47 bilhões em investimentos até 2016

Fabiana Karine Santos de Andrade*

Os investimentos industriais previstos para o estado da Bahia contabilizam atualmente um montante de R\$ 47 bilhões, com expectativas de atrair 425 empresas com a intenção de implantar e/ou ampliar suas unidades industriais até 2016. Além disso, espera-se geração de 76.819 mil empregos diretos.

O maior volume de investimentos previstos será alocado no Território Região Metropolitana de Salvador com inversões que chegam a R\$ 19,5 bilhões e a implantação/ampliação de 186 empresas. Destacam-se, também, os territórios de Sertão Produtivo, com um volume esperado de aproximadamente R\$ 11 bilhões alocados em 13 projetos, e o do Litoral Norte, com investimentos previstos de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões.

Por Complexo de Atividade, destaca-se a Atividade Mineral e Beneficiamento, com volume previsto que deverá chegar a aproximadamente R\$ 19,5 bilhões, a partir de 14 projetos de empresas que deverão investir na extração de minerais metálicos e não metálicos.

No complexo Metal-Mecânico, os investimentos devem alcançar um volume de R\$ 5,5 bilhões a partir de 56 projetos. A fábrica de motores, recentemente inaugurada com capacidade para 210 mil unidades/ano e investimento de R\$ 400 milhões, que já está em funcionamento, terá como primeiro destino a própria fábrica de Camaçari e, em seguida, as outras três fábricas da montadora no país e também do mercado externo.

Os investimentos industriais fazem parte da política de atração de empreendimentos, via concessão de incentivos fiscais implementada pelo governo do Estado da Bahia, através do Programa Desenvolve, que possibilita a vinda de empresas de diversos segmentos. Essa política traz uma nova dinâmica para a economia do estado e para o seu setor industrial, com a diversificação da matriz e a consolidação da cadeia produtiva do estado. Esta ação governamental, com o objetivo de desenvolver a indústria baiana, vem ocorrendo desde 2002, com a implementação de programas de incentivos especiais.

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM). fabianakarine.pacheco@gmail.com

Tabela 1

Investimentos industriais previstos para a Bahia

Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade – Bahia – 2014-2016

Complexo	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	3.583.197.049	93	7,7%	22%
Atividade mineral e beneficiamento	19.496.650.000	14	41,8%	3%
Calçados/têxtil/confecções	160.061.896	38	0,3%	9%
Complexo madeireiro	92.982.800	17	0,2%	4%
Eletroeletrônico	219.393.955	35	0,5%	8%
Metal-mecânico	5.539.660.000	56	11,9%	13%
Químico-petroquímico	9.085.626.000	119	19,5%	28%
Reciclagem	7.800.000	2	0,0%	0%
Transformação petroquímica	529.100.000	25	1,1%	6%
Outros	7.888.300.000	26	16,9%	6%
Total	46.602.771.700	425	100%	100%

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/10/2014.

Tabela 2

Investimentos industriais previstos para a Bahia

Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2014-2016

Território	Volume (R\$ 1,00)	Nº. projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	1.169.246.000	11	3%	3%
Bacia do Jacuípe	1.000.000	1	0%	0%
Bacia do Rio Corrente	6.000.000	1	0%	0%
Bacia do Rio Grande	1.414.035.000	23	3%	5%
Baixo Sul	1.380.000.000	3	3%	1%
Costa do Descobrimento	742.850.000	15	2%	4%
Extremo Sul	161.405.000	6	0%	1%
Irecê	20.000.000	2	0%	0%
Itaparica	12.000.000	2	0%	0%
Litoral Norte e Agreste Baiano	3.705.000.000	16	8%	4%
Litoral Sul	3.085.948.955	24	7%	6%
Médio Rio de Contas	188.107.270	12	0%	3%
Médio Sudoeste da Bahia	16.500.000	2	0%	0%
Metropolitano de Salvador	19.471.529.475	186	42%	44%
Piemonte do Paraguaçu	3.000.000	2	0%	0%
Portal do Sertão	607.700.000	40	1%	9%
Recôncavo	1.515.160.000	24	3%	6%
Semiárido Nordeste II	6.000.000	1	0%	0%
Sertão do São Francisco	849.000.000	14	2%	3%
Sertão Produtivo	11.031.500.000	13	24%	3%
Sisal	333.940.000	5	1%	1%
Vale do Jiquiriça	323.800.000	5	1%	1%
Velho Chico	500.000.000	1	1%	0%
Vitória da Conquista	59.050.000	16	0%	4%
Total	46.602.771.700	425	100%	100%
Velho Chico	2.060.000.000	3	4,5	0,7
Vitória da Conquista	62.050.000	17	0,1	4,0
Total	45.513.591.700	426	100,0	100,0

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31/10/2014.

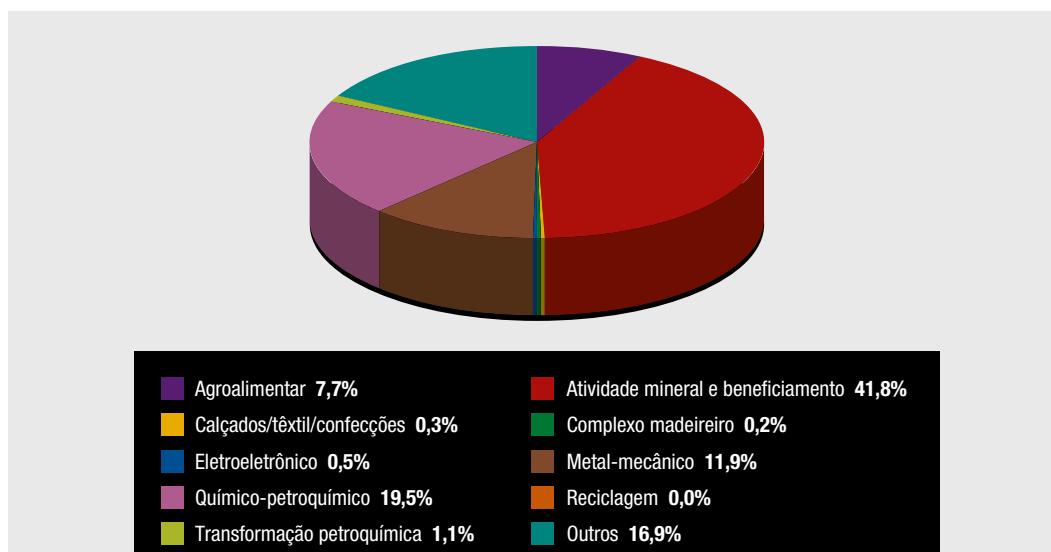


Gráfico 1
Investimentos industriais previstos por complexo de atividade – Bahia – 2014-2016

Fonte: SICM.

Elaboração: SICM/Coinc.

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/10/2014.

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A política de atração de investimentos industriais vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, a partir de meados da década de 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Programa Desenvolve substituiu os anteriores. Assim, a metodologia utilizada pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), desenvolvida inicialmente pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), consiste em coletar informações primárias sobre os investimentos industriais previstos para os próximos três anos na Bahia a partir da listagem dos protocolos de intenções assinados com o governo do estado e dos projetos econômico-financeiros entregues à secretaria para o requerimento de incentivos fiscais através do Programa Desenvolve. Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidas, as principais informações são apresentadas sob a forma de tabelas e gráficos.

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.



Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.



Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

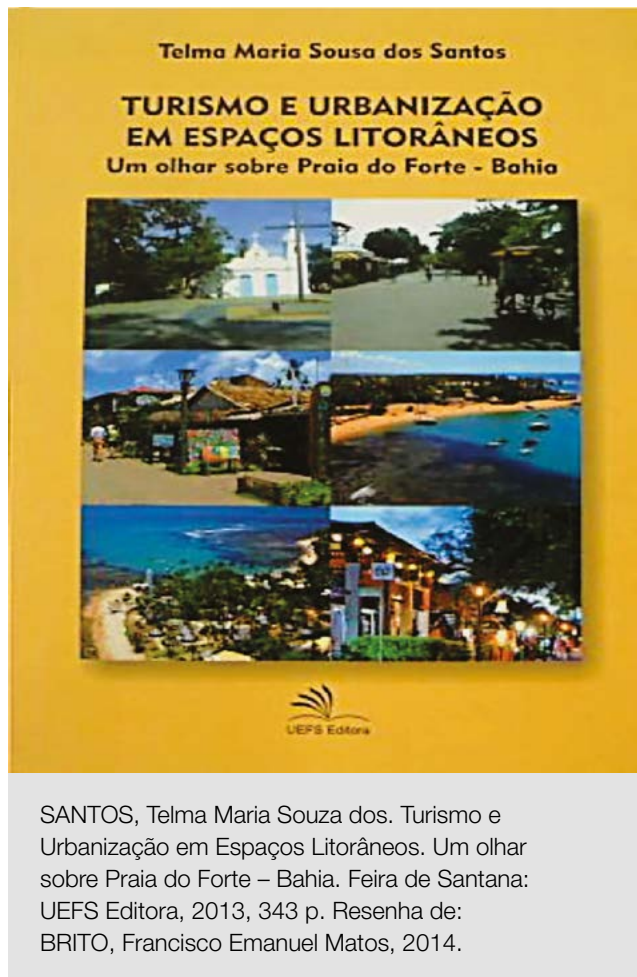
Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO





Os impactos da urbanização turística em áreas litorâneas

Francisco Emanuel Matos Brito*

Na sua tese transformada em livro, Telma Santos, geógrafa e docente da UEFS, analisa como o turismo vem (re)estruturando o espaço nas localidades litorâneas, através do processo de urbanização turística, tomando como área de estudo a Praia do Forte, localidade do Município de Mata de São João, situada no Litoral Norte baiano, durante o período de 1970 a 2006.

Nesta empreitada bem sucedida, de muito lhe valeu a condição de veranista por mais de uma década na vizinha localidade de Arembépe, famosa nos anos 70, do século passado, por ter se transformado no destino turístico de artistas nacionais e internacionais e abrigo de hippies de variada procedência. Além disso, utilizando a seu favor a experiência docente e de pesquisadora sobre o fenômeno turístico, a autora realiza um trabalho de qualidade, trazendo para a discussão estudos de relevância para o entendimento da emergência e o significado do tempo livre, a luta dos trabalhadores para a sua obtenção, através da redução da jornada de trabalho e como o capitalismo passou, gradualmente, a revertê-lo em seu benefício, deixando assim de ser, como preconizava Paul Lafargue, um tempo dedicado às “virtudes da preguiça”.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear) do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA e técnico da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). frembrito@gmail.com

A autora menciona o *Grand Tour* exercitado e difundido pelos aristocratas ingleses – como prática distintiva e como forma de enriquecimento cultural – implementado em meados do século XVI, passando a analisar, a partir daí, as mudanças verificadas nas viagens, até a posterior transformação destas em viagem organizada, realizada por Thomas Cook, no século XIX.

Telma apresenta os conceitos de turismo na visão de vários autores e como esta atividade se tornou um instrumento de promoção da comercialização, do meio ambiente e da cultura das localidades turísticas. Apoiada nas contribuições de estudiosos da urbanização, a autora realiza um retrospecto deste processo até os nossos dias para, posteriormente, evidenciar a maneira como este se verifica em Praia do Forte, a partir das ações da iniciativa privada com a implementação do planejamento territorial e urbanístico da localidade, contando, no desempenho desta atividade, com amplo apoio governamental, na forma de políticas voltadas para o desenvolvimento turístico.

Ao realizar uma pesquisa de campo articulada com os aportes teóricos utilizados nos capítulos precedentes, constando de entrevistas com os moradores antigos e novos, os veranistas e os turistas nacionais e estrangeiros, Telma deixa impressa a marca de sua contribuição ao revelar tanto como ocorreu a apropriação do lugar em detrimento da população moradora, quanto como a imagem da localidade foi (re)produzida, destacando as características de um lugar “primitivo” e preservado ambientalmente, bem como as transformações socioeconômicas, ambientais e culturais ocasionadas na localidade, através do processo de urbanização turística.

Vale dizer que esta experiência turística e empresarial implementada em Praia do Forte, ao colocá-la no mapa turístico internacional, ensejaria, anos depois, a vinda de cadeias hoteleiras de outras nacionalidades e, sobretudo, espanholas e portuguesas para se instalarem nesta e em outras localidades do Litoral Norte, transformando assim esta região na área mais internacionalizada do turismo baiano, na atualidade, acompanhada dos respectivos impactos.

Além de evidenciar o processo de urbanização turística, outra contribuição importante de Telma reside na demonstração de como, em nome da defesa do meio ambiente, aludida pelo empresariado e apoiada pelas políticas públicas, a população foi sendo, gradualmente, subtraída e proibida de utilizar determinados locais, que costumavam ter acesso irrestrito. Com o advento de unidades de conservação, os moradores tiveram os hábitos consagrados pelo costume proibidos e criminalizados, além da tentativa de expulsão e da pressão para que deixassem a área. Depois de enfrentarem toda a sorte de restrições ao modo de vida, os moradores assistem determinadas áreas se fecharem para eles, ao tempo em que são escancaradas à entrada daqueles turistas que têm condição de arcar com os custos da visitação.

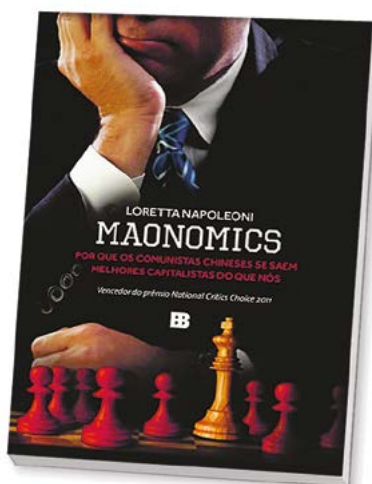
Evocando o filme estradeiro *Thelma e Louise*, dirigido por Ridley Scott, pode-se afirmar que, com o esforço empreendido, Telma acabou criando e encontrando sua companheira de viagem. Uma Louise impressa, rica em conteúdo e que se revela lenta e agradavelmente com a leitura de cada página. Diante do exposto, conclamo a todos os interessados, dentre outros, em Geografia, Turismo e nos encantos e dilemas presentes no Litoral Norte baiano e outras paragens turísticas, a viajarem na leitura deste livro.



#VAI QUE DÁ – DEZ HISTÓRIAS DE EMPREENDEDORES QUE TRANSFORMARAM SONHOS GRANDES EM NEGÓCIOS DE ALTO IMPACTO

O livro *Vai Que Dá – Dez Histórias de Empreendedores Que Transformaram Sonhos Grandes em Negócios de Alto Impacto*, de Beto Sucupira e Jorge Paulo Lemann, tem como objetivo apresentar a trajetória de dez empreendedores brasileiros bem sucedidos, com negócios de alto impacto.

Suas histórias revelam que cada um deles segue um caminho próprio, que se cruzam apenas no entusiasmo com que cada um fala de sua jornada e de sua capacidade para resolver problemas da sociedade. Não há, portanto, um caminho único para o sucesso que possa ser explicado em manuais ou através de teorias. É um livro para inspirar e motivar aqueles que querem encontrar seus próprios caminhos no mundo do empreendedorismo.



MAONOMICS – POR QUE OS COMUNISTAS CHINESES SE SAEM MELHORES CAPITALISTAS DO QUE NÓS

O livro *Maonomics*, de Loretta Napoleoni, faz uma análise da economia e política chinesas, apontando os motivos e etapas do seu possível sucesso, e estabelece comparações entre os modelos de desenvolvimento do Ocidente e Oriente.

A autora argumenta que atualmente o mundo assiste ao colapso do capitalismo e à ascensão do comunismo voltado para o lucro. Para a autora, os asiáticos criaram uma forma de comunismo que funciona, evolui e produz maior bem-estar social do que a maioria dos países. Ao mesmo tempo, a economista não foge de temas complexos, como o emprego de trabalhadores em condições sub-humanas, o incentivo às empresas estrangeiras em detrimento das locais e a forma de governo chinês.



PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO

O livro *Panorama do Mercado de Trabalho no Brasil*, organizado por Regis Bonelli e Fernando Veloso (IBRE), apresenta, através de seus artigos, uma série de visões e interpretações sobre a evolução do mercado de trabalho brasileiro desde os anos 1990. Os textos abordam diversos temas e oferecem aos leitores uma visão atualizada do mundo do trabalho no Brasil.

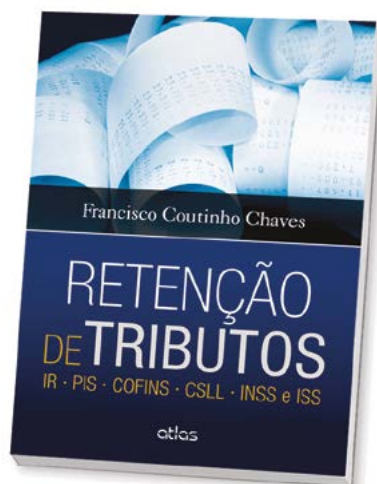
A obra traz prefácio de José Pastore (USP) e apresentação de Nelson Barbosa (FGV-IBRE/EESP). Os textos são de André Portela Souza, Bruno Komatsu, Carlos Henrique L. Corseuil, Eduardo Zylberstajn, Fernando de Holanda Barbosa Filho, Gabriel Ulyseu, Gustavo Gonzaga, João Saboia, José Márcio Camargo, Lauro Ramos, Naércio Menezes Filho, Pedro Henrique Cabanas, Rafael Cayres Pinto, Rodrigo Leandro de Moura, Vladimir Ponczek, todos especialistas em economia do trabalho e profundos conhecedores da economia brasileira.



REDEMOCRATIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

O livro *Redemocratização e mudança social no Brasil*, organizado por Maria Celina d'Araújo, reúne uma coletânea de ensaios dos professores da pós-graduação em Ciências Sociais da PUC – Rio de Janeiro. De maneira geral, apontam as contradições (ou lacunas) entre os avanços propostos pela Constituição de 1988 e a realidade das conquistas até agora obtidas com a redemocratização.

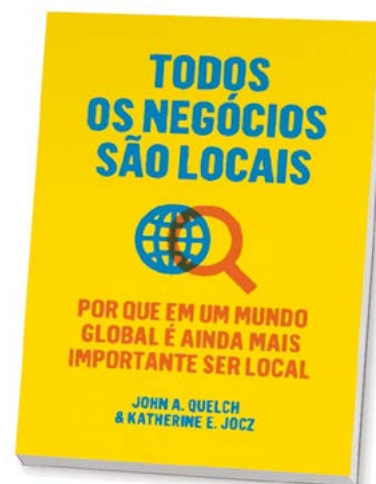
Educação, desigualdade social urbana e federalismo são alguns dos assuntos tratados pelos pesquisadores e que estiveram presentes no recente debate eleitoral brasileiro. Os temas dos artigos, de acordo com a organizadora Maria Celina, são essenciais para se entender o que poderia ser o estado da arte da democracia no Brasil.



RETENÇÃO DE TRIBUTOS

Retenção de tributos, de Francisco Coutinho Chaves, tem como proposta auxiliar, de forma direta, os contribuintes e profissionais que trabalham na gestão tributária, com informações claras, objetivas e essenciais sobre a retenção de tributos. Para manter um diálogo fácil e acessível, o autor procurou apresentar um conteúdo desprovido de linguagem rebuscada, que pudesse camuflar as informações objetivas e essenciais à gerência empresarial.

De uma maneira geral, essa obra é recomendada para profissionais que atuam na área contábil, tributária, especialmente advogados, tributaristas, contadores, administradores de empresas, economistas e assessores empresariais em gestão tributária. Outra aplicabilidade desse trabalho é servir como leitura complementar para as disciplinas Planejamento Tributário e Auditoria Fiscal dos cursos de graduação em Direito, Ciências Contábeis e de pós-graduação na área de Gestão Tributária.



TODOS OS NEGÓCIOS SÃO LOCAIS: PORQUE EM UM MUNDO GLOBAL É AINDA MAIS IMPORTANTE SER LOCAL

O trabalho de John A. Quelch e Katherine E. Jocz intitulado *Todos os Negócios são Locais: porque em um mundo global é ainda mais importante ser local* faz uma reflexão sobre as atitudes de alguns líderes abrirem mão da importância do local, considerando que nos dias atuais as oportunidades ilimitadas da nossa era global se destacam.

Através de uma análise oportuna e provocadora, esses especialistas em marketing examinam as técnicas empregadas por dezenas de empresas que consideram que o lugar é parte de toda decisão estratégica. Os autores mostram por que as melhores marcas globais são também as melhores marcas locais.

Conjuntura econômica baiana



Nesta edição, a conjuntura econômica baiana foi marcada pelo arrefecimento na atividade industrial e pela melhoria no rendimento real do trabalhador no indicador acumulado no ano de 2014, em relação ao mesmo período de 2013. O comércio varejista, apesar do resultado positivo, continua desaquecido, influenciado pela retração persistente do segmento de *Equipamentos e materiais para escritório*. As exportações e o emprego industrial apresentaram queda no período analisado. Cabe salientar que, na Bahia, a taxa de desemprego ainda é alta em relação a 2013, e a expectativa é de aceleração para os próximos meses.

Ao analisar os dados divulgados no relatório da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria baiana de janeiro a outubro de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, decresceu 4,8%, taxa inferior aos 8,3% apresentados em 2013 na mesma comparação. Dos doze segmentos da *Indústria de transformação* (-5,2%), oito apresentaram arrefecimentos no período, com destaque para *Veículos* (-39,9%), *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-42,5%), *Metalurgia* (-6,9%) e *Couros, artigos para viagem e calçados* (-4,4%). Positivamente, destacaram-se *Produtos*

químicos (7,6%), *Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* (2,3%), *Extrativos* (1,8%) e *Produtos alimentícios* (0,4%).

O nível de pessoal ocupado mantém trajetória de retração, em 2014, tanto na *Indústria geral* (-1,6%) como na *Indústria de transformação* (-1,5%) e na *Indústria extrativa mineral* (-2,7%), conforme dados divulgados na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE. As maiores variações negativas vieram dos segmentos de *Máquinas e equipamentos* (-16,3%), *Produtos de metal* (-9,1%), *Metalurgia básica* (-3,4%), *Calçados e couro* (-5,8%), *Têxtil* (-10,3%), *Madeira* (-1,1%), e *Borracha e plástico* (-1,6%).

Seguindo a mesma análise, conforme dados divulgados no relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-BA), publicado também pelo IBGE, o comércio baiano cresceu 5,2%, bem superior à variação (1,9%) observada em 2013. As maiores contribuições positivas no período em análise vieram de: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (18,3%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (17,0%), *Livros, jornais e revistas* (9,0%), *Combustíveis e lubrificantes* (8,4%) e *Hipermercados* (3,3%). Os segmentos de *Equipamentos e materiais para escritório* (-16,7%), *Tecidos, vestuário e*



calçados (-1,2%) e Móveis (-1,0%) foram os que puxaram o indicador para baixo. No *Comércio varejista ampliado* (1,5%), as vendas de *Veículos, motos* e peças e o segmento *Material para construção* apontaram retração de 6,0% e 1,9%, respectivamente, no mesmo período em análise.

A balança comercial baiana registrou, entre janeiro e novembro de 2014, retração nas exportações (-7,9%) e expansão nas importações (4,2%) quando comparada ao mesmo período de 2013. As exportações somaram US\$ 8,6 bilhões, e as importações, US\$ 8,4 bilhões, proporcionando *superávit* de aproximadamente US\$ 819 milhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações, em 2014, decorreu, principalmente, da queda nas vendas de alguns segmentos, tais como: *Metalúrgicos* (-34,3%), *Papel e Celulose* (-3,8%), *Petróleo e derivados* (-9,1%), *Automotivo* (-37,0%) e *Metais preciosos* (-18,0%). Juntos, esses setores foram responsáveis por 46,4% das receitas de exportações no período. Nesta análise, vale ressaltar que os segmentos que apresentaram as maiores valorizações no período foram: *Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos; Café e Especiarias*, com expansão de 31,5% e 26,6%, respectivamente.

Em relação à inflação ocorrida em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), registrou, entre janeiro e novembro de 2014, expansão de 5,7% em relação ao mesmo período de 2013, impulsionada pelos grupos *Alimentos e bebidas* (5,8%) e *Despesas pessoais* (7,3%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego, entre janeiro e novembro de 2014, fechou em 17,6% da População Economicamente Ativa (PEA). Com base na mesma pesquisa, de janeiro a setembro de 2014, a massa real de rendimentos dos trabalhadores ocupados cresceu 4,9% em relação ao mesmo período de 2013. A aceleração da massa de rendimentos deveu-se, principalmente, às ampliações do emprego dos ocupados (1,9%) e do rendimento médio (2,9%) no mesmo período.

Visto este cenário no indicador acumulado no ano, disponibilizar-se-á a seção com os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensal e acumulado nos últimos 12 meses referentes ao ano de 2013.

Em outubro de 2014, o Índice de Movimentação da Atividade Econômica de Salvador (Imec) apresentou expansão de 6,0%, na comparação com outubro de 2013. O resultado apresentado no mês de outubro, em relação ao mês imediatamente anterior, foi atribuído ao aumento da movimentação econômica na capital baiana, dinamizado pelas campanhas eleitorais, acréscimo do emprego e estabilidade da renda. Nos últimos 12 meses, o indicador acumulou crescimento de 7,0%.

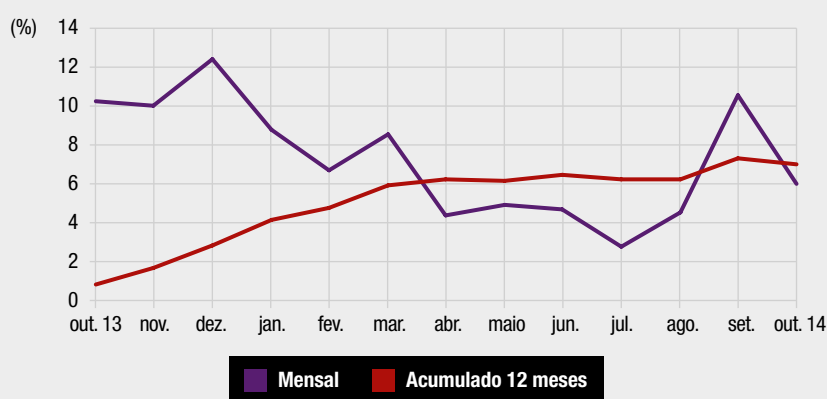


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – out. 2013-out. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

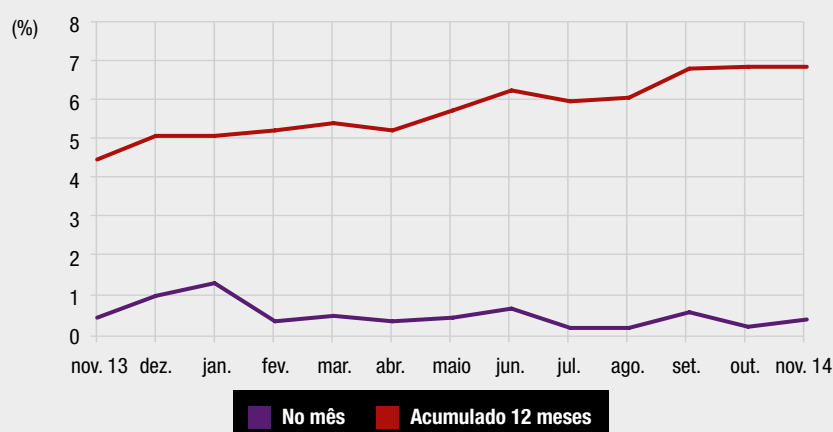


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI) de Salvador, divulgado pela SEI, apresentou variação de 0,42%, em novembro de 2014, inferior à registrada em novembro de 2013 (0,46%). Os produtos/serviços que tiveram maiores contribuições positivas na formação da taxa, com suas respectivas variações de preços, foram: *Gasolina* (2,19%), *Acessórios e peças de veículos* (4,53%), *Jogos e apostas* (6,33%), *Feijão mulatinho* (9,30%), *Refeição a peso* (1,98%), *Batata inglesa* (27,97%), *Chupa-molho* (6,37%), *Lanche* (1,26%), *Televisor* (7,70%) e *Calça comprida feminina* (3,71%). No acumulado dos últimos 12 meses, a taxa atingiu a marca de 6,84%, revelando-se superior aos 4,47% acumulados até novembro de 2013.

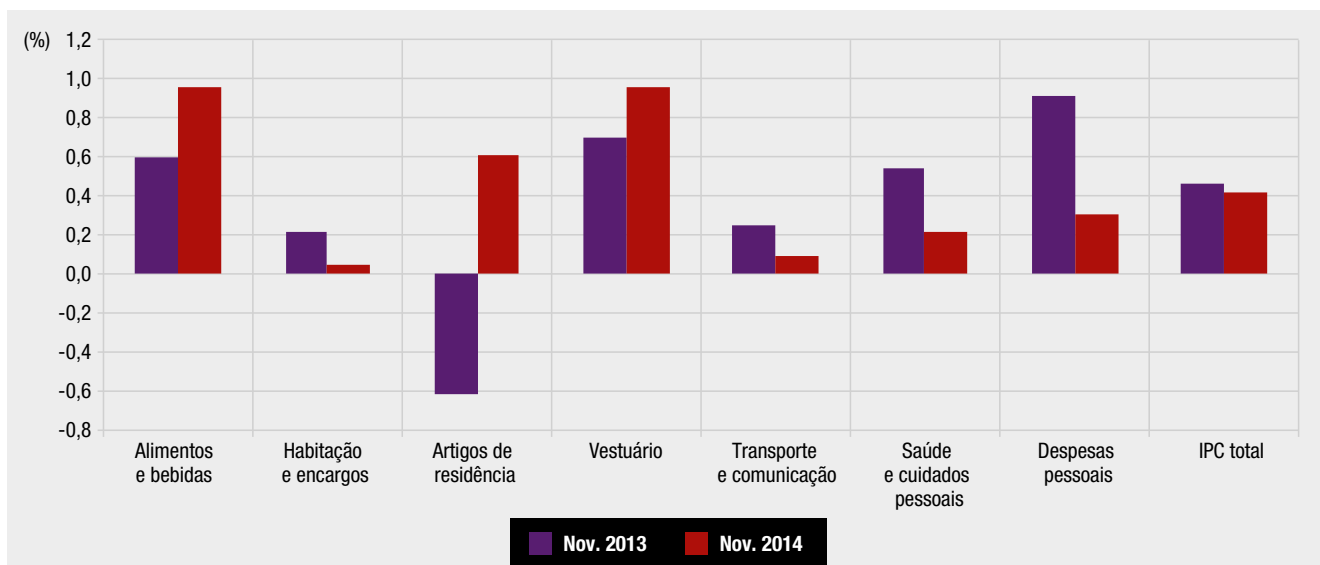


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados – Salvador – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Em termos desagregados por grandes grupos, observou-se que as maiores contribuições para o resultado do índice de preços em Salvador, em novembro, decorreram de *Alimentos e bebidas* (0,95%), *Vestuários* (0,95%) e *Despesas pessoais* (0,31%). Em *Alimentos e bebidas*, destacou-se a alta de preços em *alimentação no domicílio* (0,95%). No grupo *Vestuários*, predominou a alta nos preços em *roupas* (0,98%), enquanto no grupo *Despesas pessoais* ocorreu aumento de preços em *educação e leitura* (0,46%).

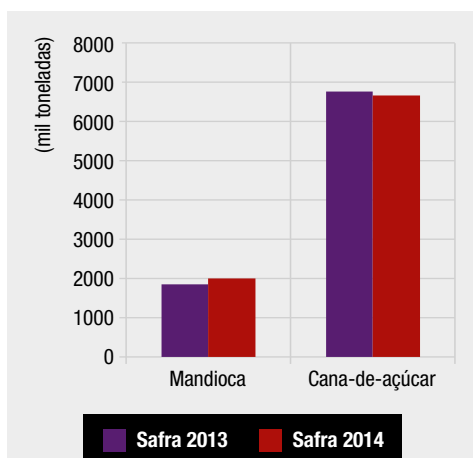


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE-LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em novembro de 2014, a produção de cana-de-açúcar em andamento no estado retraiu 1,5%, enquanto a produção de mandioca expandiu 8,3%. Na cultura de cana-de-açúcar, apesar do bom desempenho na área plantada e na área colhida, os rendimentos médios retraíram 4,4% em relação à safra de 2013.

O LSPA apresentou estimativas de expansão na produção para todas as culturas, exceto na cultura de feijão que apontou arrefecimento de 4,3%, em relação à safra de 2013. As estimativas para o feijão de área plantada e área colhida cresceram 14,1% e 19,3%, respectivamente, com retração no rendimento médio de 19,8%. Já a cultura de milho apontou acréscimo na área plantada (22,7%), na área colhida (22,1%) e no rendimento médio (15,1%). A soja apontou a mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (5,4%), com rendimento médio positivo de 10,0%. Prontamente, o algodão apontou ampliação, tanto na área cultivada (15,6%), como na área colhida (15,8%), e no rendimento médio (8,7%).

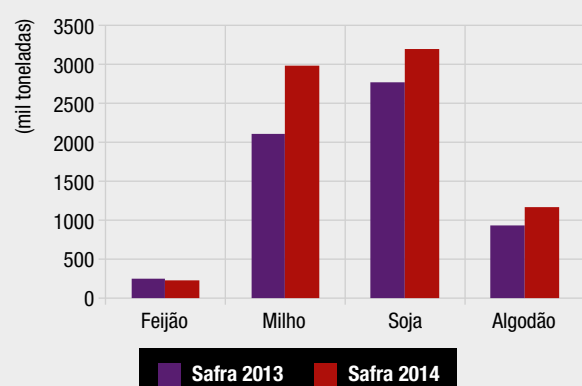


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão
Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

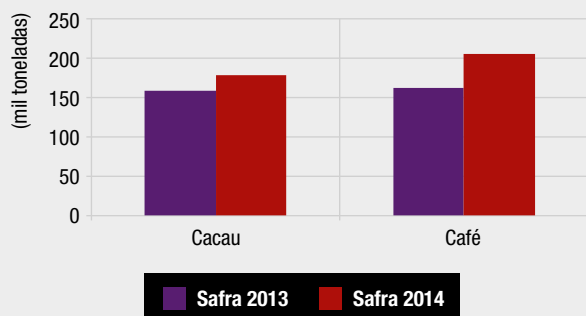


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café
Bahia – 2013/2014

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apresentaram os seguintes resultados: para o cacau, em fase de colheita, constatou-se expansão na produção (13,4%), na área plantada (3,2%), na área colhida (2,7%), e no rendimento médio (10,4%); para o café, em fase de colheita, as estimativas apontaram expansão na produção do grão (27,1%), retração na área plantada (-2,3%), ampliação na área colhida (3,4%) e no rendimento médio (22,9%) em relação à safra de 2013.

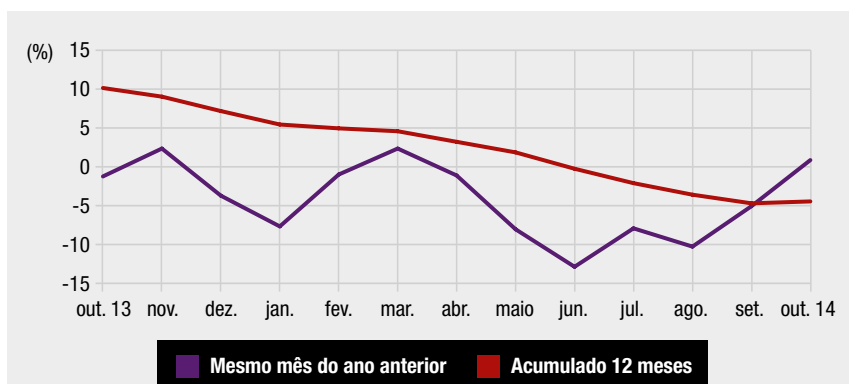


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

A produção física da indústria baiana (*Transformação e Extrativa mineral*) teve expansão de 0,6% no mês de outubro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, em comparação com igual mês de 2013. O desempenho da produção industrial em outubro foi influenciado, sobretudo, pelo resultado positivo da *Indústria de transformação* (0,9%). Os segmentos que mais influenciaram o indicador mensal foram: *Outros Produtos químicos* (40,2%), *Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (2,3%) e *Produtos alimentícios* (1,7%). Em contrapartida, impactaram negativamente os segmentos *Veículos* (-31,8%); *Metalurgia* (-14,7%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (-51,6%). No acumulado de 12 meses, a produção física da *Indústria de transformação* ainda apresenta retração no indicador (-4,5%).

A análise da *Indústria em geral* apontou, em outubro de 2014, eliminando influências sazonais, ampliação de 3,6% na comparação com o mês de setembro do mesmo ano.

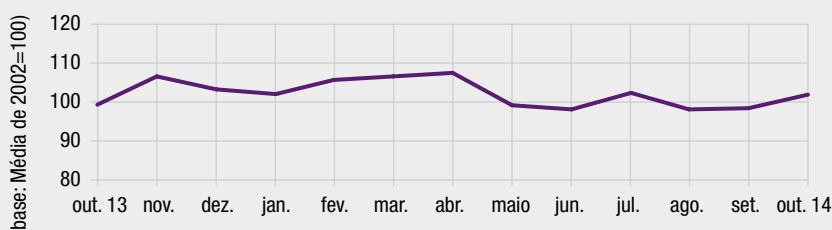


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A Indústria de transformação baiana apresentou retração de 1,0% no nível de emprego no mês de outubro de 2014, quando comparado ao mesmo mês de 2013. Entre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal destacam-se: *Máquinas e equipamentos* (-16,4%), *Calçados e couro* (-4,5%), *Têxtil* (-11,9%), *Alimentos e bebidas* (-2,8%), *Têxtil* (-11,7%), *Vestuário* (-2,6%), *Produtos de metal* (-4,1%), *Borracha e plástico* (-1,5%) e *Outros produtos* (-3,1%). Entre os que apresentaram contribuição positiva no número de pessoas ocupadas nesse indicador, destacam-se: *Minerais não metálicos* (17,8%), *Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool* (22,3%), *Papel e gráfica* (4,0%), *Fumo* (23,8%) e *Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações* (4,3%). No acumulado dos últimos 12 meses, o indicador apontou retração de 2,2% até outubro, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) do IBGE.

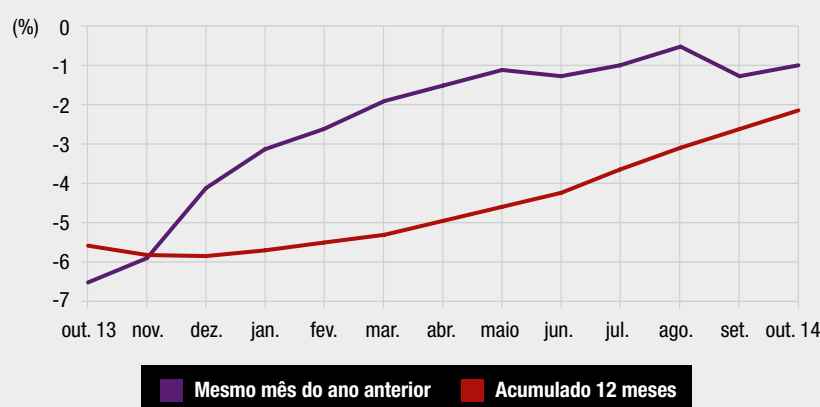


Gráfico 9
Taxa de variação do pessoal ocupado – indústria de transformação
Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O consumo de energia elétrica no estado cresceu 6,2%, em outubro de 2014, na comparação com o mesmo período de 2013. No acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica acelerou 6,0% até outubro. Considerando-se as classes de consumo comercial (4,9%) e residencial (7,4%), observa-se que ambas registraram variações positivas no acumulado dos últimos 12 meses, quando comparadas com igual período de 2013. Seguindo a mesma tendência, o consumo de energia elétrica na indústria (que tem participação de 37,0% no consumo total) apresentou acréscimo de 6,4%. Ressalta-se que os dados aqui considerados são apenas os de consumo do mercado cativo, o qual congrega as grandes distribuidoras de energia – Coelba e Chesf –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

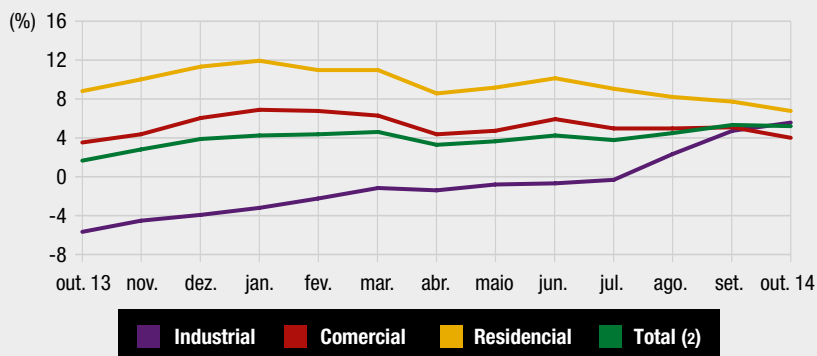


Gráfico 10
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), no mês de outubro de 2014, o *comércio varejista* da Bahia teve aumento de 2,0% no volume de vendas, comparado com igual mês do ano de 2013. O resultado positivo contribuiu para o setor varejista acumular, em 12 meses, taxa de 5,4%, superior à variação registrada no mesmo período de 2013. O *comércio varejista ampliado*, que inclui os segmentos *Veículos, motos e peças* (-5,6%) e *Materiais de construção* (-0,1%), registrou acréscimo de 1,8%.

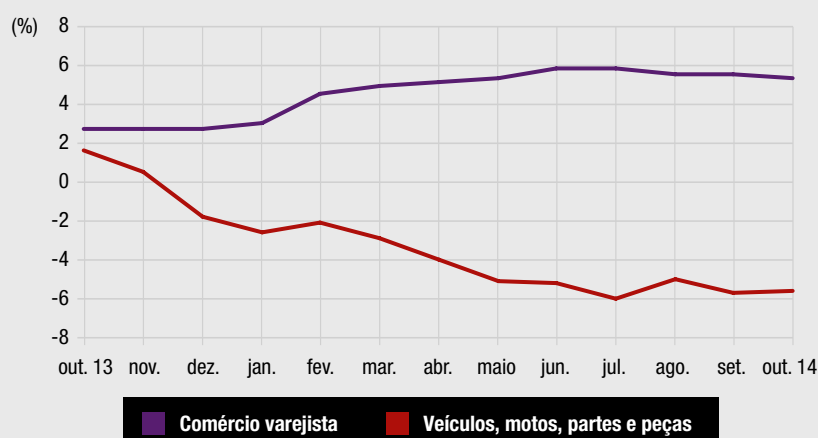


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

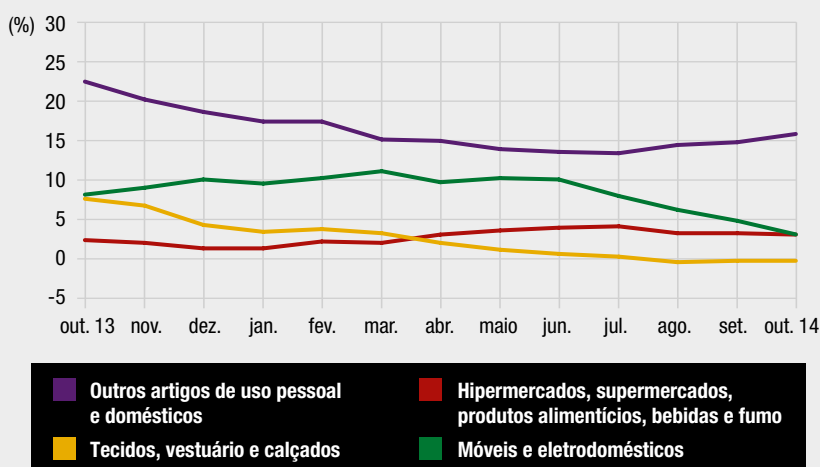


Gráfico 12
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

No acumulado dos últimos 12 meses, os segmentos de maior destaque nas variações positivas no *comércio varejista* foram: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (18,4%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (15,8%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (11,9%), *Combustíveis e lubrificantes* (8,5%), *Eletrodomésticos* (5,0%), *Móveis e eletrodomésticos* (3,1%), e *Hipermercados e supermercados* (3,0%). Entre todos os segmentos, o de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* foi o único que registrou arrefecimento nas vendas, com variação negativa de 19,9%.

A receita nominal de serviços apresentou acréscimo de 7,5%, em outubro, em relação ao mesmo mês de 2013. O resultado da receita nominal de serviços na Bahia, em outubro, foi atribuído ao acréscimo nas atividades de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (20,6%), *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (9,3%), *Serviços prestados às famílias* (8,0%) e *Outros serviços* (0,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, o setor de serviços acumulou 4,9%, até outubro.

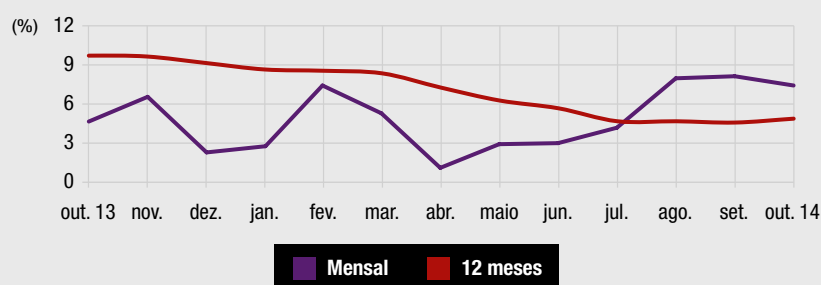


Gráfico 13
Pesquisa Mensal de Serviços (1) – Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pesquisa iniciada em janeiro de 2012.

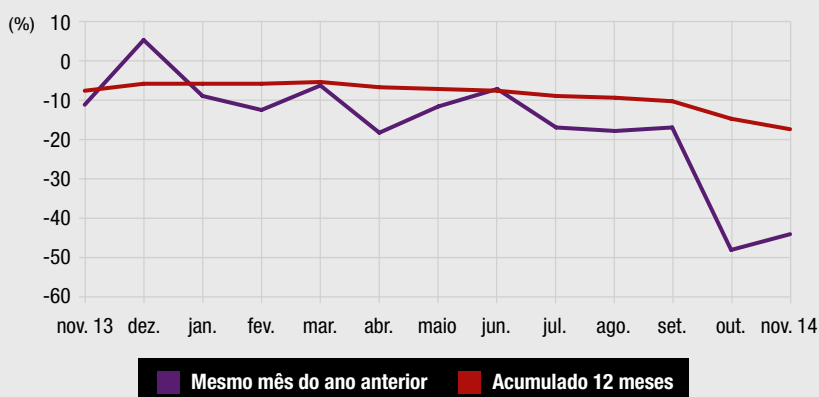


Gráfico 14
Quantidade de cheques sem fundos – Bahia – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo o Banco Central (Bacen), em novembro de 2014, foram emitidos 97,9 mil cheques sem fundos na Bahia. Este saldo resultou na retração de 44,1% nas emissões de cheques sem fundo, em comparação com o mesmo mês de 2013. Seguindo uma trajetória decrescente, o indicador dos últimos 12 meses continua demonstrando retração (-17,4%), fruto da aceleração em outras formas de pagamentos, tais como: carnês, cartões de débito e crédito etc.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, em outubro de 2014, a taxa de inadimplência das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) para as pessoas físicas na Bahia caiu 0,5 p.p., passando de 5,5%, em outubro de 2013, para 5,0%, em outubro de 2014, seguindo uma trajetória média em torno de 5,1% ao longo do ano de 2014.

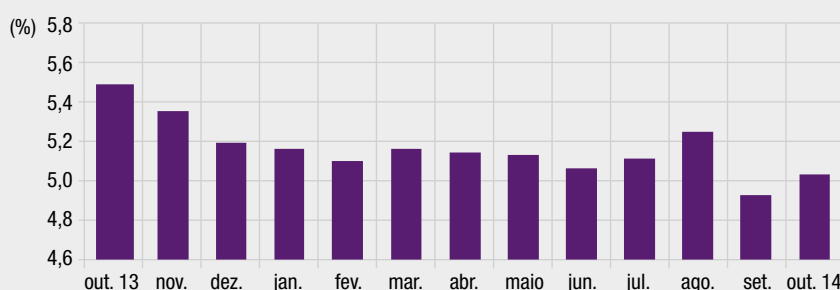


Gráfico 15
Taxa de inadimplência (1) – Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Pessoas Físicas.

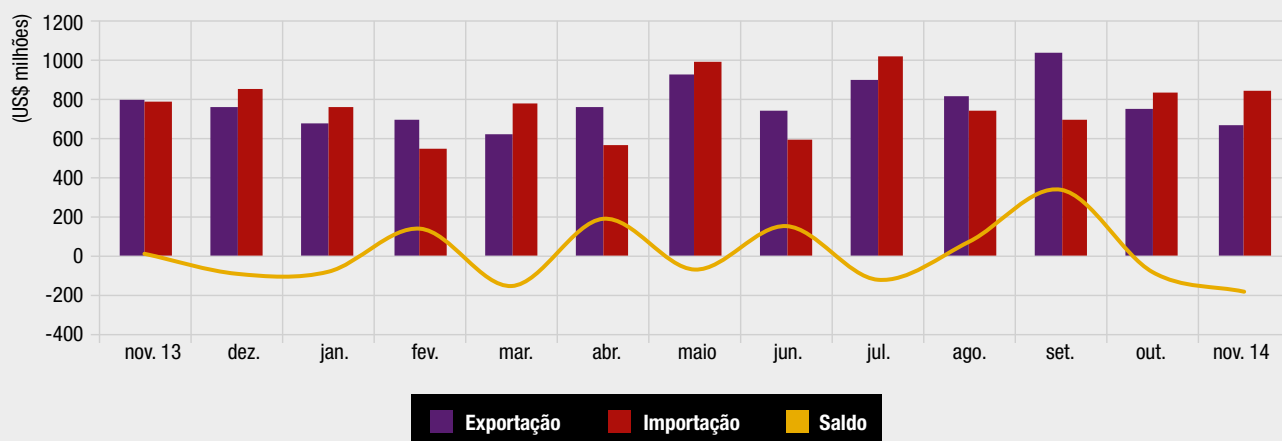


Gráfico 16
Balança comercial – Bahia – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

As exportações baianas, em novembro, atingiram volume de US\$ 665 milhões, com decréscimo de 16,8%, em comparação ao mês de novembro de 2013. As importações registraram acréscimo de 7,5%, com volume de US\$ 846 milhões. A balança comercial registrou *déficit* de US\$ 181 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado negativo do indicador mensal, destacam-se, com queda nas vendas, *Papel e Celulose* (-3,8%), *Petróleo e derivados* (-9,1%), *Metalúrgicos* (-34,3%) e *Automotivos* (-37,0%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo, *Químicos e petroquímicos* (12,0%), *Algodão e seus subprodutos* (28,6%), e *Soja e seus derivados* (6,0%). No acumulado dos 12 meses, as exportações diminuíram 9,2%, as importações tiveram alta de 5,2%, e o saldo diminuiu 52,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

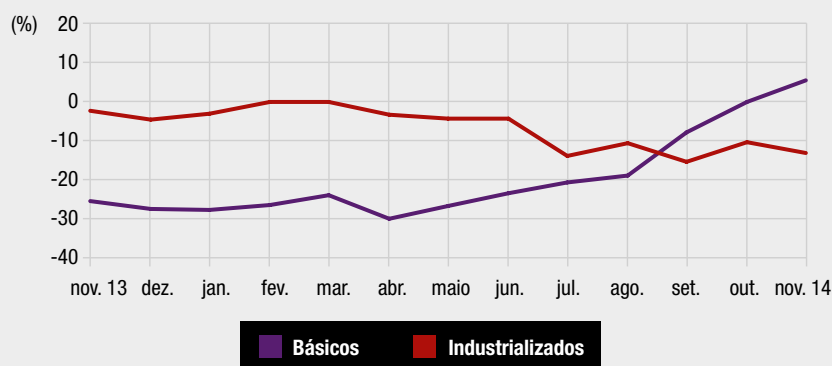


Gráfico 17
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado apontou decréscimo, em novembro de 2014, em relação ao mesmo mês de 2013, nas vendas de *produtos industrializados* (-27,6%) e expansão de 41,2% nas vendas de *produtos básicos*. No acumulado dos 12 meses, os *produtos industrializados* mantiveram tendência de retração, com variação de 13,3%, o mesmo ocorre com os *produtos básicos*, mantêm tendência de expansão com variação de 5,5%, quando comparados com igual período de 2013.

Segundo a Secretaria da Fazenda (Sefaz) do estado da Bahia, o principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS, totalizou, em outubro, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, com acréscimo real de 10,5% em relação ao mesmo mês de 2013. O indicador acumulado, em 12 meses, cresceu 7,2%.

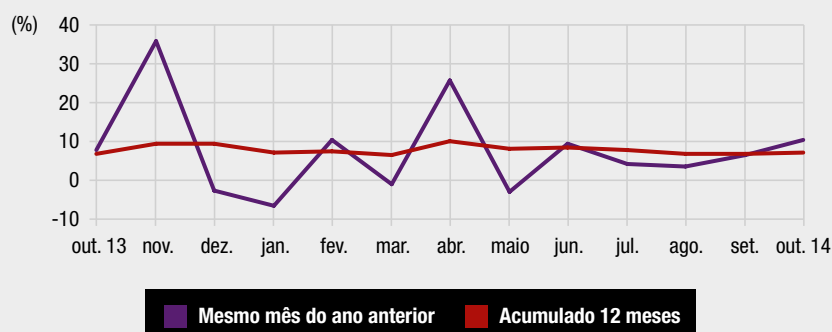


Gráfico 18
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em novembro de 2014, o saldo total de empregos com carteira de trabalho assinada na Bahia apresentou ampliação de 2.904 postos de trabalho. Tal resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de vagas nos setores de *Comércio* (+4.467 postos), *Construção Civil* (+2.526 postos), *Serviços* (+2.426), *Serviços Industriais de Utilidade Pública* (+57 postos) e *Extrativa Mineral* (+15 postos). Nos últimos 12 meses ocorreu a criação de 29.339 postos de trabalho.

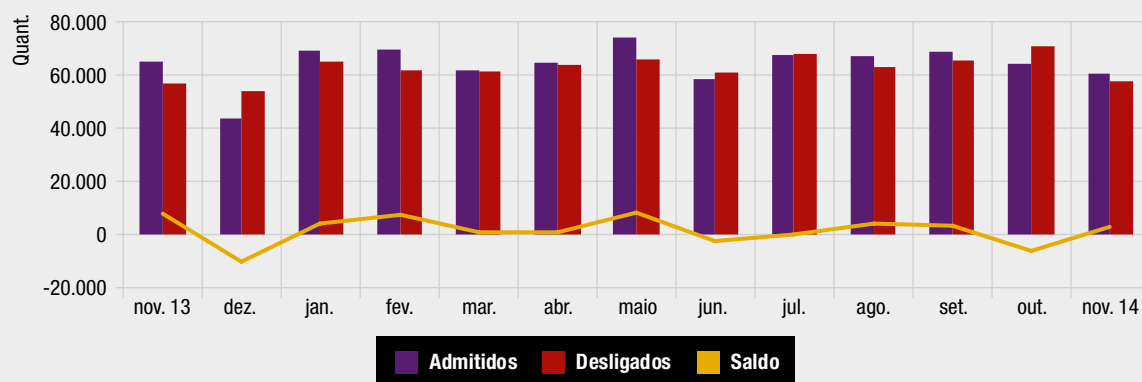


Gráfico 19
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

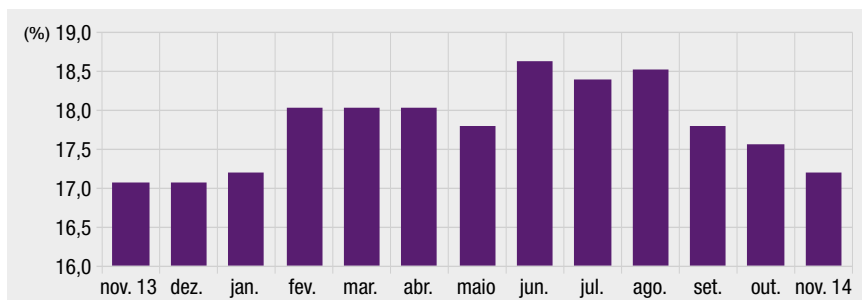


Gráfico 20
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – nov. 2013-nov. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

As informações apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), na RMS, indicaram taxa de 17,0% no indicador de desemprego total em novembro de 2014. No mesmo mês de 2013, a taxa de desemprego foi de 16,9%, indicando acréscimo de 0,1 p.p. no período. Com relação ao total de ocupados, ocorreu estabilidade relativa na comparação entre outubro de 2014 e o mesmo mês de 2013. Entre os ocupados por setores de atividade econômica, em termos relativos, o crescimento foi mais significativo nos setores de *Serviços* (2,8%) e *Construção* (2,0%). Houve declínio em *Indústria de transformação* (-13,4%) e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* (-1,6%).

O rendimento médio real dos ocupados no mês de outubro de 2014 (R\$ 1.264,00), em comparação ao mês de outubro de 2013 (R\$ 1.235,00), apresentou expansão de 2,3%, conforme a PED-RMS. Na mesma base de comparação, a massa de rendimentos elevou-se entre os ocupados (0,9%) e entre os assalariados (3,1%).

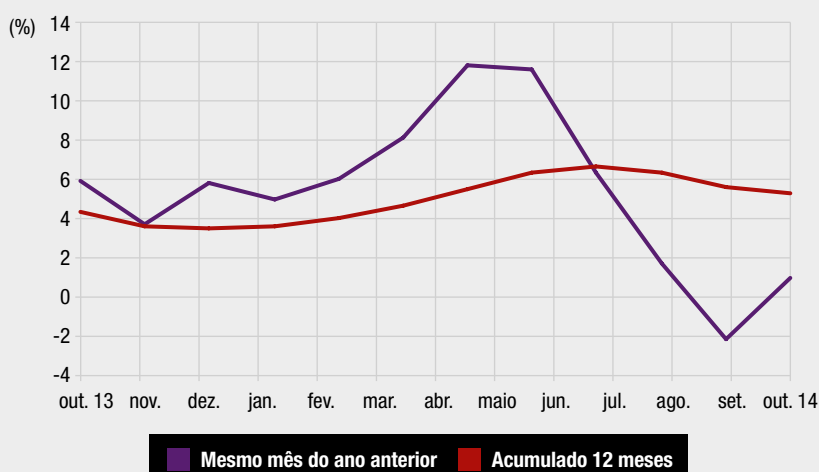


Gráfico 21
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS
Bahia – out. 2013-out. 2014

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC)¹ – Salvador – nov. 2014

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Nov. 2013	Nov. 2014	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,60	0,95	5,82	6,26	172,09	421,37
Habitação e encargos	0,21	0,05	8,44	9,18	149,36	1024,16
Artigos de residência	-0,62	0,61	7,30	6,70	101,27	233,08
Vestuário	0,70	0,95	1,60	2,34	113,87	204,14
Transporte e comunicação	0,25	0,09	3,46	5,92	119,84	859,28
Saúde e cuidados pessoais	0,54	0,22	7,29	7,47	154,46	517,70
Despesas pessoais	0,91	0,31	7,28	8,65	164,46	648,72
Geral	0,46	0,42	5,73	6,84	143,64	482,88

Fonte: SEI.

(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1-40 salários mínimos.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – nov. 2014

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano (2)	12 meses (3)	
Aracaju	241,72	3,82	11,50	10,52	36,29
Belém	302,28	1,22	2,00	2,10	45,38
Belo Horizonte	309,56	0,67	-0,86	-0,41	46,47
Brasília	321,05	5,86	10,81	12,12	48,20
Curitiba	319,26	1,59	5,95	7,24	47,93
Florianópolis	346,61	-1,86	8,54	17,07	52,04
Fortaleza	280,59	1,08	2,60	4,20	42,13
Goiânia	295,79	2,90	7,69	16,25	44,41
João Pessoa	264,99	-0,56	2,39	3,04	39,78
Manaus	311,42	1,54	1,21	1,31	46,75
Natal	258,93	-2,39	-5,28	-4,78	38,87
Porto Alegre	342,62	0,58	4,08	4,23	51,44
Recife	274,44	-2,29	-0,09	2,27	41,20
Salvador	255,72	-0,81	-3,55	-1,62	38,39
São Paulo	347,96	2,03	6,33	6,88	52,24
Rio de Janeiro	325,91	-3,03	3,29	2,85	48,93
Vitória	331,34	0,65	3,10	3,09	49,74

Fonte: Dieese.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	104.841	146.294	39,5	7.576	7.130	-5,9
Algodão herbáceo	924.981	1.164.029	25,8	295.535	341.570	15,6
Alho	6.740	7.257	7,7	640	633	-1,1
Amendoim	3.747	4.152	10,8	3.386	3.924	15,9
Arroz total	16.027	10.210	-36,3	10.658	9.271	-13,0
Batata-inglesa	81.250	52.090	-35,9	2.094	1.306	-37,6
Cana-de-açúcar	6.753.539	6.650.240	-1,5	124.474	132.482	6,4
Cebola	112.858	324.957	187,9	4.958	9.265	86,9
Feijão total	248.005	237.271	-4,3	460.239	525.304	14,1
Feijão 1ª safra	39.987	84.745	111,9	202.255	261.888	29,5
Feijão 2ª safra	208.018	152.526	-26,7	257.984	263.416	2,1
Fumo	3.203	3.200	-0,1	3.341	3.310	-0,9
Mamona	9.645	34.277	255,4	75.979	90.545	19,2
Mandioca	1.851.524	2.005.921	8,3	183.368	303.810	65,7
Milho total	2.114.626	2.971.542	40,5	678.182	832.435	22,7
Milho 1ª safra	1.422.086	2.483.760	74,7	379.221	552.865	45,8
Milho 2ª safra	692.540	487.782	-29,6	298.961	279.570	-6,5
Soja	2.765.533	3.206.364	15,9	1.211.267	1.276.369	5,4
Sorgo granífero	47.369	55.930	18,1	99.445	90.602	-8,9
Tomate	204.792	269.104	31,4	4.223	6.025	42,7
Pernamentes						
Banana (4)	1.113.304	1.136.265	2,1	76.856	92.883	20,9
Cacau	158.109	179.228	13,4	550.712	568.343	3,2
Café total	162.464	206.470	27,1	179.316	175.224	-2,3
Café arábica	111.026	119.808	7,9	138.115	127.515	-7,7
Café cenephora	51.438	86.662	68,5	41.201	47.709	15,8
Castanha-de-cajú	4.269	5.400	26,5	23.257	26.279	13,0
Coco-da-baía (3)	566.214	554.554	-2,1	82.083	80.154	-2,4
Guaraná	2.672	2.691	0,7	6.922	6.972	0,7
Laranja (4)	994.841	1.017.461	2,3	72.926	70.465	-3,4
Pimenta-do-reino	4.049	4.467	10,3	1.907	1.972	3,4
Sisal	143.122	131.967	-7,8	255.074	210.061	-17,6
Uva	52.808	58.017	9,9	2.395	1.966	-17,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), novembro de 2014 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2013/2014

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)	2013 (1)	2014 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.280	5.468	3,6	19.856	26.755	34,7
Algodão herbáceo	294.471	341.070	15,8	3.141	3.413	8,7
Alho	640	633	-1,1	10.531	11.464	8,9
Amendoim	3.364	3.924	16,6	1.114	1.058	-5,0
Arroz total	10.658	9.271	-13,0	1.504	1.101	-26,8
Batata-inglesa	2.094	1.306	-37,6	38.801	39.885	2,8
Cana-de-açúcar	117.545	121.050	3,0	57.455	54.938	-4,4
Cebola	4.958	9.250	86,6	22.763	35.130	54,3
Feijão total	374.240	446.355	19,3	663	532	-19,8
Feijão 1ª safra	142.269	205.814	44,7	281	412	46,5
Feijão 2ª safra	231.971	240.541	3,7	897	634	-29,3
Fumo	3.243	3.310	2,1	988	967	-2,1
Mamona	30.280	51.023	68,5	319	672	110,9
Mandioca	177.966	183.866	3,3	10.404	10.910	4,9
Milho total	570.569	696.789	22,1	3.706	4.265	15,1
Milho 1ª safra	290.665	431.875	48,6	4.893	5.751	17,5
Milho 2ª safra	279.904	264.914	-5,4	2.474	1.841	-25,6
Soja	1.211.267	1.276.369	5,4	2.283	2.512	10,0
Sorgo granífero	93.052	82.418	-11,4	509	679	33,3
Tomate	4.223	6.025	42,7	48.494	44.665	-7,9
Pernamentes						
Banana (4)	73.797	87.791	19,0	15.086	12.943	-14,2
Cacau	533.249	547.483	2,7	297	327	10,4
Café total	160.110	165.516	3,4	1.015	1.247	22,9
Café arábica	124.573	124.436	-0,1	891	963	8,0
Café cenephora	35.537	41.080	15,6	1.447	2.110	45,7
Castanha-de-cajú	22.959	22.970	0,0	186	235	26,4
Coco-da-baía (3)	75.322	73.817	-2,0	7.517	7.513	-0,1
Guaraná	6.669	6.719	0,7	401	401	0,0
Laranja (4)	63.202	62.254	-1,5	15.741	16.344	3,8
Pimenta-do-reino	1.762	1.826	3,6	2.298	2.446	6,5
Sisal	168.775	150.136	-11,0	848	879	3,7
Uva	2.357	1.964	-16,7	22.405	29.540	31,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2013.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), novembro de 2014 (dados sujeitos à retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – out. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	0,6	-4,8	-4,2
Indústrias extrativas	-4,4	1,8	1,6
Indústrias de transformação	0,9	-5,2	-4,5
Produtos alimentícios	1,7	0,4	-0,4
Bebidas	-0,3	-1,5	-2,9
Couros, artigos para viagem e calçados	-3,7	-4,3	-4,3
Celulose, papel e produtos de papel	-1,2	-1,0	-2,3
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,3	2,3	2,3
Outros produtos químicos	40,2	7,6	6,2
Produtos de borracha e de material plástico	0,1	-0,6	-1,0
Produtos de minerais não-metálicos	-2,1	-3,4	-2,0
Metalurgia	-14,7	-6,9	-5,8
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-51,6	-42,5	-38,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-31,8	-39,9	-33,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – out. 2013-out. 2014

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Outubro 2013	-1,2	8,9	10,1
Novembro	2,3	8,2	9,0
Dezembro	-3,7	7,2	7,2
Janeiro	-7,7	-7,7	5,4
Fevereiro	-1,0	-4,6	4,9
Março	2,4	-2,2	4,6
Abril	-1,1	-1,9	3,2
Mai	-8,0	-3,2	1,8
Junho	-12,9	-4,9	-0,2
Julho	-7,9	-5,3	-2,1
Agosto	-10,3	-6	-3,6
Setembro	-5,1	-5,9	-4,7
Outubro 2014	0,9	-5,2	-4,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – out. 2014

(%)

Classes	No mês (3)	Mensal (4)	Acumulado no ano (5)	12 meses (6)
Residencial	4,8	3,7	6,1	7,4
Industrial (1)	-0,5	9,1	7,4	6,4
Comercial	6,4	1,7	4,0	4,9
Rural/Irrigação	10,0	17,8	2,8	5,4
Utilidades Públicas (2)	3,8	2,0	2,3	3,7
Setor Público	1,3	-0,4	1,3	5,8
Concessionária	102,4	43,5	0,9	2,4
Total	3,2	6,2	5,5	6,0

Fonte: Chesf, Coelba/GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(6) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Serviços

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – out. 2014

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	2,0	5,2	5,4
Combustíveis e lubrificantes	0,0	8,4	8,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,3	3,3	3,0
Hipermercados e supermercados	0,1	3,7	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	2,1	-1,2	-0,3
Móveis e eletrodomésticos	-6,1	0,9	3,1
Móveis	-1,4	-1,0	0,6
Eletrodomésticos	-8,2	2,4	5,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	18,3	18,3	18,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,9	9,0	11,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-7,5	-16,7	-19,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	18,6	17,0	15,8
Comércio varejista ampliado	-0,4	1,5	1,8
Veículos, motos, partes e peças	-5,5	-6,0	-5,6
Material de construção	-0,8	-1,9	-0,1

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Total de cheques compensados – Bahia – nov. 2013-nov. 2014

(%)

Períodos	Quantidade				Valor (R\$)		
	No mês (1)	Mensal (2)	Ano (3)	12 meses (4)	Mensal (2)	Ano (3)	12 meses (4)
Novembro 2013	-12,0	-9,2	-10,9	-11,8	-0,3	-3,5	-4,5
Dezembro	12,8	3,8	-9,8	-9,8	10,4	-2,4	-2,4
Janeiro	-5,8	-11,8	-11,8	-9,5	-2,8	-2,8	-2,0
Fevereiro	-10,7	-1,4	-7,2	-7,9	9,3	2,6	-0,1
Março	2,0	-6,2	-6,9	-6,5	-0,4	1,6	1,3
Abril	-0,9	-16,6	-9,4	-7,2	-8,0	-1,0	0,6
Maio	0,7	-11,1	-9,8	-7,3	-1,1	-1,0	0,6
Junho	-2,5	-4,5	-9,0	-7,0	2,9	-0,4	1,0
Julho	4,0	-15,3	-9,9	-7,9	-6,6	-1,3	0,2
Agosto	-7,8	-14,8	-10,5	-8,2	-6,8	-2,0	0,0
Setembro	1,5	-10,8	-10,6	-9,1	-0,2	-1,8	-0,5
Outubro	-21,8	-36,9	-13,3	-11,5	-29,4	-4,9	-3,2
Novembro 2014	-15,3	-39,3	-15,5	-13,9	-33,3	-7,4	-5,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: SEI/CAC.

(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 10
Exportações, principais segmento – Bahia – jan.-nov. 2013/2014

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2013	2014			
Químicos e petroquímicos	1.453.660	1.628.692	12,04	18,94	-5,63
Papel e celulose	1.537.831	1.479.577	-3,79	17,21	-6,69
Petróleo e derivados	1.419.067	1.290.164	-9,08	15,01	0,33
Soja e derivados	1.217.422	1.290.009	5,96	15,00	-3,34
Metalúrgicos	810.530	532.380	-34,32	6,19	0,85
Automotivo	650.662	409.856	-37,01	4,77	-5,66
Algodão e seus subprodutos	286.647	368.773	28,65	4,29	-5,48
Metais preciosos	333.862	273.881	-17,97	3,19	-17,94
Borracha e suas obras	255.241	223.920	-12,27	2,60	1,33
Cacau e derivados	167.684	185.715	10,75	2,16	8,66
Couros e peles	122.670	138.295	12,74	1,61	21,96
Frutas e suas preparações	136.736	134.586	-1,57	1,57	-2,74
Café e especiarias	81.825	132.287	61,67	1,54	26,60
Sisal e derivados	62.319	97.993	57,24	1,14	27,52
Minerais	58.940	83.670	41,96	0,97	-6,17
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	57.533	59.597	3,59	0,69	31,52
Calçados e suas partes	67.200	50.519	-24,82	0,59	13,30
Fumo e derivados	23.814	33.920	42,43	0,39	-14,13
Carne e miudezas de aves	15.104	9.902	-34,44	0,12	21,06
Milho e derivados	40.616	7.594	-81,30	0,09	-6,67
Embarcações e estruturas flutuantes	380.462	6	-100,00	0,00	23,40
Demais segmentos	152.120	166.347	9,35	1,93	-8,19
Total	9.331.947	8.597.684	-7,87	100,00	-9,63

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 02/12/2014.

Elaboração: SEI.

Tabela 11
Exportações, principais países – Bahia – jan.-nov. 2013/2014

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2013	2014		2013	2014		
China	2.003.731	2.257.465	12,66	1.636.741	1.616.963	-1,21	18,81
Estados Unidos	812.851	795.997	-2,07	1.026.926	975.635	-4,99	11,35
Argentina	649.796	241.836	-62,78	1.247.250	803.285	-35,60	9,34
Países Baixos (Holanda)	1.548.223	1.064.233	-31,26	1.385.599	734.879	-46,96	8,55
Antilhas Holandesas	1.110.655	1.056.682	-4,86	670.445	640.040	-4,54	7,44
Alemanha	539.856	857.229	58,79	396.404	478.780	20,78	5,57
México	135.446	200.228	47,83	257.480	284.148	10,36	3,30
Cingapura	130.931	379.094	189,54	88.093	232.234	163,62	2,70
Bélgica	356.164	373.422	4,85	210.818	216.968	2,92	2,52
Colômbia	100.265	106.338	6,06	199.138	202.002	1,44	2,35
Coreia do Sul	103.326	126.953	22,87	145.083	201.115	38,62	2,34
França	252.924	380.159	50,31	147.012	200.709	36,53	2,33
Japão	141.707	169.000	19,26	114.816	153.687	33,86	1,79
Itália	210.654	209.486	-0,55	175.832	141.959	-19,26	1,65
Espanha	275.998	160.551	-41,83	184.811	123.425	-33,22	1,44
Indonésia	57.515	52.239	-9,17	110.516	119.711	8,32	1,39
Canadá	6.719	7.551	12,37	140.990	116.699	-17,23	1,36
Chile	41.614	48.739	17,12	85.302	95.043	11,42	1,11
Taiwan (Formosa)	111.584	119.304	6,92	77.475	76.609	-1,12	0,89
Romênia	31.175	136.078	336,50	15.542	68.315	339,56	0,79
Hong Kong	46.099	80.239	74,06	54.048	67.054	24,06	0,78
Uruguai	56.143	56.659	0,92	63.935	66.277	3,66	0,77
Finlândia	54.671	48.918	-10,52	56.710	64.459	13,67	0,75
Suíça	7.340	1.011	-86,22	98.421	62.064	-36,94	0,72
Venezuela	16.237	16.468	1,42	65.646	60.502	-7,84	0,70
Reino Unido	59.817	73.737	23,27	51.401	57.057	11,00	0,66
Índia	12.194	35.182	188,52	30.469	52.887	73,57	0,62
Vietnã	10.994	26.715	142,99	21.765	50.571	132,35	0,59
Emirados Árabes Unidos	1.296	18.951	1.362,23	10.109	46.997	364,92	0,55
Turquia	13.427	19.911	48,29	21.688	36.390	67,79	0,42
Demais países	509.565	472.013	-7,37	541.483	551.221	1,80	6,41
Total	9.408.918	9.592.386	1,95	9.331.947	8.597.684	-7,87	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 03/12/2014.

Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 12

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013 - nov. 2014

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2013	1.880	125,6	1.555	141,5	325	81,7	1.222	127,6	60,6	17,3	3.557
Fevereiro	1.864	124,5	1.517	138,0	347	87,2	1.243	129,7	60,0	18,6	3.561
Março	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	1.239	129,3	60,2	19,7	3.565
Abril	1.845	123,2	1.472	133,9	373	93,7	1.272	132,8	59,2	20,2	3.569
Mai	1.835	122,6	1.473	134,0	362	91,0	1.286	134,2	58,8	19,7	3.573
Junho	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	1.304	136,1	58,3	19,1	3.577
Julho	1.844	123,2	1.499	136,4	345	86,7	1.287	134,3	58,9	18,7	3.581
Agosto	1.872	125,1	1.531	139,3	341	85,7	1.264	131,9	59,7	18,2	3.585
Setembro	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	1.247	130,2	60,3	17,8	3.589
Outubro	1.881	125,7	1.559	141,9	322	80,9	1.264	131,9	59,8	17,1	3.593
Novembro	1.877	125,4	1.560	141,9	317	79,6	1.272	132,8	59,6	16,9	3.597
Dezembro	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	1.290	134,7	59,1	16,9	3.601
Janeiro 2014	1.886	126,0	1.565	142,4	321	80,7	1.273	132,9	59,7	17,0	3.605
Fevereiro	1.886	126,0	1.552	141,2	334	83,9	1.278	133,4	59,6	17,7	3.609
Março	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	1.286	134,2	59,4	17,7	3.613
Abril	1.888	126,1	1.554	141,4	334	83,9	1.285	134,1	59,5	17,7	3.617
Mai	1.878	125,5	1.549	140,9	329	82,7	1.300	135,7	59,1	17,5	3.621
Junho	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	1.302	135,9	59,1	18,2	3.625
Julho	1.868	124,8	1.532	139,4	336	84,4	1.320	137,8	58,6	18,0	3.629
Agosto	1.848	123,4	1.513	137,7	335	84,2	1.344	140,3	57,9	18,1	3.633
Setembro	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	1.340	139,9	58,1	17,5	3.637
Outubro	1.863	124,4	1.541	140,2	322	80,9	1.338	139,7	58,2	17,3	3.641
Novembro	1.882	125,7	1.562	142,1	320	80,4	1.324	138,2	58,7	17,0	3.645
Variação mensal (%)											
Nov. 2014/out. 2014	1,0		1,4		-0,6		-1,0		0,9		-1,7
Variação no ano (%)											
Nov. 2014/dez. 2013	1,0		0,8		1,6		2,6		-0,7		0,6
Variação anual (%)											
Nov. 2014/nov. 2013	0,3		0,1		0,9		4,1		-1,5		0,6

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 13

Taxas de desemprego, por tipo de desemprego

Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-nov. 2014

(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalentado						
Janeiro 2013	17,3	11,6	5,7	4,8	(i)	16,2	10,7	5,5	21,1	14,4	6,7
Fevereiro	18,6	12,5	6,1	5,0	(i)	17,2	11,3	5,8	23,7	16,8	6,9
Março	19,7	13,4	6,3	5,0	1,3	18,3	12,4	6,0	25,5	17,6	7,9
Abril	20,2	14,5	5,7	4,4	1,3	19,2	13,6	5,6	24,3	18,2	(i)
Maio	19,7	14,6	5,0	3,9	(i)	18,2	13,5	4,7	25,3	19,1	6,3
Junho	19,1	14,1	5,0	3,9	(i)	17,5	12,5	5,0	25,2	20,1	(i)
Julho	18,7	13,4	5,4	4,4	(i)	16,9	11,8	5,2	25,5	19,3	6,1
Agosto	18,2	12,9	5,4	4,4	(i)	17,1	11,8	5,3	22,5	16,9	5,6
Setembro	17,8	12,8	5,0	4,0	(i)	16,6	12,0	4,6	22,2	15,9	6,3
Outubro	17,1	12,5	4,6	3,6	(i)	16,4	11,8	4,6	20,0	15,2	(i)
Novembro	16,9	12,5	4,4	3,5	(i)	16,0	11,8	4,2	20,4	15,1	5,3
Dezembro	16,9	12,4	4,5	3,7	(i)	16,0	11,6	4,4	20,2	15,3	(i)
Janeiro 2014	17,0	12,4	4,6	3,9	(i)	16,0	11,8	4,3	20,6	14,8	5,8
Fevereiro	17,7	12,8	5,0	4,3	(i)	16,4	12,0	4,5	22,2	15,6	6,7
Março	17,7	12,8	4,9	4,2	(i)	16,8	12,2	4,6	20,8	14,8	6,0
Abril	17,7	12,9	4,8	4,1	(i)	16,8	12,1	4,7	20,7	15,4	5,2
Maio	17,5	12,9	4,6	4,0	(i)	16,8	12,2	4,6	20,2	15,9	(i)
Junho	18,2	13,3	4,8	4,2	(i)	17,1	12,4	4,7	22,2	16,9	5,3
Julho	18,0	13,3	4,7	4,0	(i)	16,8	12,4	4,4	22,8	16,8	6,0
Agosto	18,1	13,2	4,9	4,2	(i)	16,9	12,3	4,6	22,4	16,3	6,2
Setembro	17,5	12,8	4,7	3,9	(i)	16,4	12,0	4,4	21,4	15,6	5,8
Outubro	17,3	12,6	4,7	3,9	(i)	16,4	11,8	4,6	20,5	15,3	5,2
Novembro	17,0	12,2	4,8	4,0	(i)	16,1	11,4	4,6	20,4	15,1	5,2
Variação mensal											
Nov. 2014/out. 2014	-1,7	-3,2	2,1	2,6	–	-1,8	-3,4	0,0	-0,5	-1,3	0,0
Variação no ano											
Nov. 2014/dez. 2013	0,6	-1,6	6,7	8,1	–	0,6	-1,7	4,5	1,0	-1,3	–
Variação anual											
Nov. 2014/nov. 2013	0,6	-2,4	9,1	14,3	–	0,6	-3,4	9,5	0,0	0,0	-1,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(i) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 14

Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-nov. 2014

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										(%)
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, e serviços relacionados; atividades profissionais e científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2013	100,0	8,9	9,3	19,4	59,9	6,0	5,9	8,2	17,5	13,9	7,8
Fevereiro	100,0	9,0	9,2	20,3	58,9	6,3	6,0	7,5	17,2	13,4	7,9
Março	100,0	8,2	9,2	20,5	59,2	5,9	6,0	7,5	17,6	13,4	8,2
Abril	100,0	7,9	9,7	20,0	59,6	5,9	5,8	7,9	18,2	13,5	7,9
Maior	100,0	8,3	9,8	19,5	59,5	5,9	5,4	8,5	18,4	12,8	8,1
Junho	100,0	8,9	9,4	18,5	60,3	6,7	5,5	8,4	18,1	12,8	8,4
Julho	100,0	8,8	9,3	18,1	60,9	6,6	5,9	8,2	18,6	12,4	8,6
Agosto	100,0	8,6	9,2	18,3	60,9	6,4	5,7	8,2	18,4	13,1	8,5
Setembro	100,0	8,3	9,4	19,5	60,1	6,0	5,6	8,5	18,4	13,2	7,9
Outubro	100,0	8,7	9,5	19,9	59,2	6,0	5,0	8,4	17,7	13,4	8,0
Novembro	100,0	8,6	9,6	20,1	59,2	5,7	5,4	8,4	18,5	12,7	7,9
Dezembro	100,0	8,8	10,1	19,4	59,2	5,9	5,3	8,1	18,7	12,4	8,0
Janeiro 2014	100,0	8,5	10,0	19,9	59,1	5,7	5,2	8,9	18,5	12,4	7,8
Fevereiro	100,0	8,5	10,2	19,5	59,5	6,2	4,9	9,5	17,5	12,6	8,2
Março	100,0	8,0	10,2	19,9	59,7	6,1	5,0	9,5	17,2	12,9	8,3
Abril	100,0	8,4	10,2	19,3	60,1	5,8	5,4	8,8	18,1	12,9	8,5
Maior	100,0	8,0	10,2	19,6	60,1	5,3	5,4	8,9	18,4	13,4	8,1
Junho	100,0	8,7	10,1	19,4	59,4	5,2	5,8	8,7	18,3	13,0	7,7
Julho	100,0	8,6	9,9	19,3	59,7	5,5	5,8	9,0	18,0	12,8	8,0
Agosto	100,0	8,7	9,7	18,3	60,7	5,7	5,9	9,1	18,1	12,9	8,4
Setembro	100,0	7,9	9,8	18,3	61,7	5,8	5,5	9,3	18,7	13,2	8,6
Outubro	100,0	7,5	9,8	18,8	61,5	6,1	5,3	9,6	18,5	13,3	8,1
Novembro	100,0	7,4	9,8	19,8	60,8	6,1	5,3	9,4	18,5	13,0	7,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se a CNAE 2.0 domiciliar.

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).

(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.

(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.

(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.

(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.

(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.

(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 15
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-nov. 2014

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa			
Janeiro 2013	68,4	50,6	7,8	9,9	19,9	18,5	1,4	2,7	7,8	(3)
Fevereiro	67,9	50,9	7,6	9,4	20,0	18,5	1,5	2,7	7,9	1,5
Março	68,0	50,6	7,9	9,4	19,8	18,2	1,6	2,5	8,2	1,5
Abril	68,7	51,2	7,9	9,6	19,7	18,3	(3)	2,3	7,9	(3)
Maio	68,5	51,4	7,7	9,4	20,0	18,7	(3)	2,2	8,1	(3)
Junho	67,6	50,6	7,7	9,3	20,8	19,4	(3)	2,1	8,4	(3)
Julho	66,3	48,8	8,0	9,5	21,1	19,5	1,7	2,5	8,6	(3)
Agosto	66,8	48,6	8,3	10,0	20,6	18,9	1,7	2,6	8,5	1,5
Setembro	67,2	49,3	8,3	9,5	20,7	19,1	1,6	2,8	7,9	1,4
Outubro	67,6	50,4	7,9	9,3	20,6	19,2	1,4	2,5	8,0	1,3
Novembro	67,5	50,3	7,7	9,5	20,3	19,1	(3)	2,6	7,9	1,7
Dezembro	68,5	51,3	7,2	10,0	19,1	17,8	(3)	2,7	8,0	1,7
Janeiro 2014	69,2	51,7	7,6	9,8	18,5	17,2	1,3	2,7	7,8	1,8
Fevereiro	69,5	51,9	8,1	9,5	18,1	16,8	(3)	2,7	8,2	1,5
Março	68,6	51,2	8,4	9,1	18,7	17,5	(3)	2,7	8,3	1,7
Abril	68,4	50,9	7,8	9,7	18,2	16,9	(3)	3,0	8,5	1,9
Maio	68,6	51,9	7,0	9,7	18,5	17,1	1,4	2,8	8,1	2,0
Junho	69,2	52,3	7,3	9,6	18,3	16,8	1,5	2,8	7,7	2,0
Julho	68,6	51,8	7,5	9,4	18,9	17,2	1,6	2,5	8,0	2,0
Agosto	68,1	51,2	7,5	9,3	19,1	17,4	1,8	2,6	8,4	1,8
Setembro	67,9	50,8	7,1	9,9	19,3	17,6	1,7	2,5	8,6	1,7
Outubro	68,5	51,5	7,0	10,0	19,4	17,9	1,5	2,6	8,1	1,4
Novembro	69,1	51,5	7,3	10,3	18,9	17,4	1,5	2,7	7,9	1,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.

(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-out. 2014

(R\$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2013	1.201	97,9	1.305	96,2	902	108,6
Fevereiro	1.192	97,1	1.297	95,6	901	108,5
Março	1.182	96,4	1.293	95,3	862	103,8
Abril	1.174	95,7	1.291	95,1	873	105,1
Maio	1.178	96,0	1.293	95,2	917	110,4
Junho	1.221	99,5	1.341	98,8	961	115,7
Julho	1.243	101,3	1.362	100,4	958	115,3
Agosto	1.248	101,7	1.357	100,0	972	117,0
Setembro	1.213	98,9	1.321	97,3	953	114,8
Outubro	1.235	100,7	1.322	97,4	1.007	121,3
Novembro	1.247	101,6	1.331	98,0	981	118,1
Dezembro	1.272	103,7	1.354	99,8	1.021	123,0
Janeiro 2014	1.244	101,4	1.331	98,0	975	117,4
Fevereiro	1.225	99,8	1.323	97,5	973	117,1
Março	1.229	100,1	1.318	97,1	952	114,6
Abril	1.236	100,8	1.335	98,4	950	114,4
Maio	1.246	101,5	1.338	98,6	933	112,3
Junho	1.244	101,4	1.348	99,3	935	112,6
Julho	1.236	100,7	1.328	97,8	981	118,2
Agosto	1.236	100,8	1.332	98,1	993	119,6
Setembro	1.247	101,6	1.342	98,9	984	118,5
Outubro	1.264	103,0	1.365	100,5	960	115,6
Variação mensal (%)						
Out. 2014/set. 2014		1,4		1,7		-2,4
Variação no ano (%)						
Out. 2014/dez. 2013		-0,7		0,8		-6,0
Variação anual (%)						
Out. 2014/out. 2013		2,3		3,2		-4,7

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 17

Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-out. 2014 (R\$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2013	1.201	(3)	795	879	1.199	2.930
Fevereiro	1.192	(3)	775	878	1.202	2.943
Março	1.182	(3)	757	885	1.188	2.886
Abril	1.174	(3)	750	879	1.191	2.746
Maior	1.178	(3)	786	883	1.192	2.664
Junho	1.221	(3)	811	898	1.220	2.700
Julho	1.243	(3)	836	910	1.240	2.799
Agosto	1.248	(3)	821	920	1.235	2.898
Setembro	1.213	681	828	920	1.216	2.760
Outubro	1.235	(3)	849	919	1.218	2.794
Novembro	1.247	(3)	858	945	1.225	2.817
Dezembro	1.272	(3)	851	931	1.243	3.031
Janeiro 2014	1.244	(3)	829	913	1.216	3.054
Fevereiro	1.225	(3)	840	884	1.195	2.998
Março	1.229	(3)	845	883	1.194	2.912
Abril	1.236	(3)	835	907	1.191	2.907
Maior	1.246	(3)	826	924	1.200	2.736
Junho	1.244	636	819	934	1.188	2.810
Julho	1.236	(3)	837	939	1.185	2.774
Agosto	1.236	(3)	839	942	1.193	2.846
Setembro	1.247	(3)	827	932	1.234	2.789
Outubro	1.264	(3)	802	930	1.254	2.824
Variação mensal (%)						
Out. 2014/set. 2014	1,4	–	-3,0	-0,3	1,6	1,2
Variação no ano (%)						
Out. 2014/dez. 2013	-0,7	–	-5,8	-0,2	0,9	-6,8
Variação anual (%)						
Out. 2014/out. 2013	2,3	–	-5,5	1,2	3,0	1,1

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 18

Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não-assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-out. 2014

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2013	1.305	1.177	1.597	963	1.154	1.242	739	2.181
Fevereiro	1.297	1.165	1.564	983	1.133	1.227	757	2.293
Março	1.293	1.155	1.557	984	1.128	1.219	745	2.321
Abril	1.291	1.154	1.526	1.016	1.119	1.220	732	2.303
Maio	1.293	1.151	1.411	985	1.145	1.218	714	2.295
Junho	1.341	1.187	1.437	986	1.158	1.255	756	2.389
Julho	1.362	1.198	1.549	955	1.161	1.260	815	2.409
Agosto	1.357	1.198	1.615	998	1.140	1.266	793	2.421
Setembro	1.321	1.183	1.610	996	1.133	1.251	746	2.282
Outubro	1.322	1.187	1.591	1.015	1.138	1.265	686	2.260
Novembro	1.331	1.193	1.497	1.010	1.156	1.265	684	2.263
Dezembro	1.354	1.202	1.487	1.040	1.160	1.268	775	2.401
Janeiro 2014	1.331	1.178	1.433	1.010	1.148	1.240	800	2.420
Fevereiro	1.323	1.175	1.468	982	1.157	1.239	798	2.405
Março	1.318	1.170	1.464	958	1.160	1.235	758	2.354
Abril	1.335	1.188	1.570	979	1.158	1.243	789	2.404
Maio	1.338	1.205	1.680	986	1.157	1.263	804	2.330
Junho	1.348	1.206	1.674	1.010	1.158	1.271	770	2.414
Julho	1.328	1.197	1.551	1.017	1.170	1.265	748	2.283
Agosto	1.332	1.184	1.480	1.039	1.155	1.247	743	2.312
Setembro	1.342	1.174	1.566	1.010	1.143	1.238	716	2.458
Outubro	1.365	1.177	1.622	1.041	1.137	1.250	685	2.576
Variação mensal (%)								
Out. 2014/set. 2014	1,7	0,3	3,6	3,0	-0,6	1,0	-4,3	4,8
Variação no ano (%)								
Out. 2014/dez. 2013	0,8	-2,1	9,1	0,1	-2,0	-1,4	-11,6	7,3
Variação anual (%)								
Out. 2014/out. 2013	3,2	-0,8	1,9	2,6	-0,1	-1,2	-0,2	14,0

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Exclusivo os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.

(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).

Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 19**Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-out. 2014**

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2013	381	688	836	1.328	2.222	688	740	889	1.360	2.333
Fevereiro	381	687	829	1.310	2.212	687	739	884	1.349	2.396
Março	380	736	829	1.302	2.183	736	740	872	1.354	2.376
Abril	378	732	831	1.301	2.177	732	738	871	1.381	2.272
Maiο	377	731	852	1.295	2.158	731	735	900	1.402	2.299
Junho	377	730	861	1.295	2.368	730	731	922	1.402	2.584
Julho	395	726	857	1.295	2.407	726	731	935	1.445	2.584
Agosto	420	726	856	1.291	2.442	726	729	931	1.425	2.632
Setembro	427	726	857	1.285	2.175	725	726	932	1.442	2.435
Outubro	427	726	856	1.389	2.377	723	726	941	1.440	2.462
Novembro	425	724	856	1.389	2.355	721	725	957	1.446	2.439
Dezembro	421	720	854	1.389	2.450	714	724	957	1.448	2.557
Janeiro 2014	415	714	851	1.350	2.285	705	736	935	1.408	2.368
Fevereiro	415	713	841	1.349	2.248	707	749	931	1.426	2.388
Março	415	745	831	1.344	2.284	727	748	931	1.441	2.388
Abril	413	743	848	1.338	2.336	742	749	926	1.441	2.563
Maiο	411	742	867	1.339	2.336	739	745	926	1.448	2.551
Junho	409	739	861	1.332	2.421	734	742	922	1.435	2.551
Julho	407	732	860	1.366	2.314	732	738	938	1.447	2.454
Agosto	404	731	860	1.412	2.330	730	733	930	1.442	2.527
Setembro	404	730	872	1.411	2.320	726	732	929	1.457	2.506
Outubro	403	725	890	1.403	2.500	724	730	952	1.500	2.521
Variação mensal (%)										
Out. 2014/set. 2014	-0,2	-0,7	2,1	-0,6	7,8	-0,2	-0,2	2,5	2,9	0,6
Variação no ano (%)										
Out. 2014/dez. 2013	-4,3	0,7	4,2	1,0	2,0	1,4	0,8	-0,5	3,6	-1,4
Variação anual (%)										
Out. 2014/out. 2013	-5,7	-0,1	4,0	1,0	5,2	0,1	0,6	1,1	4,1	2,4

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).

(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de junho de 2014.

(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Bahia – jan. 2013-nov. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	23.605	1.329	7.324	7.259	8.253
Declaração fora do prazo	27.665	1.604	8.241	4.828	10.650
Com ajuste (3)	51.270	2.933	15.565	12.087	18.903
Janeiro	-628	-11	855	-2.244	399
Fevereiro	-1.076	-373	86	-1.088	1.165
Março	375	-554	1.133	-1.235	570
Abril	10.186	564	2.783	456	2.969
Maio	4.568	1.852	1.192	788	-82
Junho	1.436	467	-377	-94	861
Julho	3.280	475	2.051	-341	-815
Agosto	3.955	460	790	1.577	1.242
Setembro	6.203	768	3.445	3.078	-1.170
Outubro	-2.419	159	-1.955	1.689	-864
Novembro	7.962	-804	713	4.335	6.339
Dezembro	-10.237	-1.674	-3.392	338	-2.361
2014 (2)	22.393	-165	-1.882	5.679	17.570
Declaração fora do prazo	20.433	1.471	1.968	2.951	12.154
Com ajuste (3)	42.826	1.306	86	8.630	29.724
Janeiro	3.994	1.058	991	-1.092	3.188
Fevereiro	7.420	228	169	1.434	5.070
Março	631	566	15	-1.749	446
Abril	882	182	-2.502	-295	1.279
Maio	8.205	1.360	-1.230	696	4.044
Junho	-2.564	-877	-3.204	191	279
Julho	-125	369	837	-1.523	159
Agosto	4.090	215	1.989	659	1.692
Setembro	3.163	-222	1.840	1.495	767
Outubro	-6.207	-918	-3.313	1.396	-1.780
Novembro	2.904	-2.126	2.526	4.467	2.426

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até novembro.

Tabela 21
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – jan. 2013-nov. 2014

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2013 (2)	2.665	1.936	-1.187	-184	1.292
Declaração fora do prazo	14.904	762	5.796	1.733	6.126
Com ajuste (3)	17.569	2.698	4.609	1.549	7.418
Janeiro	-678	520	-19	-1.197	141
Fevereiro	140	137	-734	-672	1.138
Março	-158	4	972	-1.129	495
Abril	3.164	-63	1.078	-242	1.952
Maio	208	611	106	324	-929
Junho	-1.219	-42	-1.214	-643	717
Julho	-1.069	402	655	-417	-2.065
Agosto	1.206	335	-150	235	667
Setembro	2.604	550	2.403	1.097	-1.654
Outubro	-2.653	249	-2.230	527	-1.576
Novembro	5.436	-188	-298	2.197	4.336
Dezembro	-4.316	-579	-1.756	-264	-1.930
2014 (2)	2.855	301	-1.905	-1.922	6.531
Declaração fora do prazo	11.750	912	682	755	9.241
Com ajuste (3)	14.605	1.213	-1.223	-1.167	15.772
Janeiro	1.769	20	-157	-760	2.762
Fevereiro	3.634	51	-359	404	3.237
Março	-1.551	33	759	-1.483	-1.053
Abril	-1.626	-119	-867	-851	370
Maio	1.888	76	84	-313	2.208
Junho	-4.078	-614	-2.352	-529	-564
Julho	-1.577	240	312	-1.250	-929
Agosto	2.595	399	1.160	-25	901
Setembro	2.351	171	1.157	435	641
Outubro	-5.393	120	-2.844	21	-2.680
Novembro	4.843	-76	1.202	2.429	1.638

Fonte: MTE-Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.

(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.

(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até novembro.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	266.043.685	269.836.233	1.312.095.925	233.017.418	242.211.223	1.185.514.236
Receitas correntes	204.673.941	197.567.324	1.019.946.105	195.130.684	193.078.642	971.850.460
Receita tributária	59.778.828	61.949.934	330.932.187	55.594.814	60.666.940	311.037.719
Impostos	59.042.505	61.115.808	324.724.575	54.834.365	59.850.479	304.837.869
Taxas	736.323	834.126	5.520.286	760.449	816.461	6.199.849
Receita de contribuições	108.505.463	110.550.825	543.977.820	103.473.965	104.765.860	513.683.050
Contribuições sociais	107.046.283	109.055.907	535.157.215	101.683.375	103.150.808	504.977.168
Contribuições econômicas	1.459.180	1.494.918	8.820.604	1.790.591	1.615.051	8.705.881
Receita patrimonial	18.300.419	12.126.131	70.157.455	17.676.746	11.563.361	61.938.641
Receitas imobiliárias	254.586	291.266	887.159	230.399	226.873	1.131.068
Receitas de valores mobiliários	8.625.309	3.604.844	29.849.153	6.261.254	3.244.087	21.344.852
Receita de concessões e permissões	1.487.331	115.229	2.381.459	4.191.244	57.520	6.086.520
Compensações financeiras	7.863.698	8.041.405	35.825.972	6.938.071	7.977.548	32.762.625
Receita de cessão de direitos	66.791	72.003	138.794	0	56.785	56.785
Outras receitas patrimoniais	2.704	1.385	6.450	54.647	548	121.626
Receita agropecuária	5.032	3.738	18.184	1.130	5.430	15.010
Receita da produção vegetal	1.512	1.687	8.759	4.710	3.321	17.141
Receita da produção animal e derivados	3.525	2.056	9.435	1.615	2.114	9.849
Outras receitas agropecuárias	-6	-5	(7)	3.087	-5	4.672
Receita industrial	137.744	69.270	369.154	7	50.252	362.358
Receita da indústria de transformação	137.744	69.270	369.255	232.772	50.252	687.075
Receita de serviços	8.466.615	6.168.474	30.365.719	232.772	8.164.783	26.232.011
Transferências correntes	161.730	218.108	6.518.571	9.943.787	67.517	16.284.615
Transferências intergovernamentais	0	0	105	91.699	0	157.410
Transferências de instituições privadas	10.162	134.914	147.465	0	3.068	6.689
Transferências do exterior	-1.189	2.983	21.982	1.904	-22	1.501
Transferências de pessoas	686	106	1.758	2.492	1.155	5.978
Transferências de convênios	152.058	80.091	357.259	86	63.276	247.376
Transferências para o combate à fome	14	14	4.460	87.209	40	146.194
Receitas correntes a classificar	1.421	-4	1.480	8	17	467
Outras receitas correntes	9.316.688	6.480.849	30.200.805	2.587	7.794.482	22.528.398
Multas e juros de mora	1.016.782	3.433.553	14.409.149	3.925.113	3.620.637	18.120.176
Indenizações e restituições	1.926.769	560.415	4.462.733	791.880	1.079.000	6.407.529
Receita da dívida ativa	0	1.149.439	4.834.856	1.449.080	1.576.789	6.557.786
Receitas diversas	1.592.352	1.337.441	6.402.933	1.943.531	1.518.057	11.043.485
Receitas de capital	61.369.744	72.268.909	186.841.837	37.886.734	49.132.580	213.663.774
Operações de crédito	48.814.910	53.598.653	231.167.372	24.194.367	4.326.848	100.134.799
Operações de crédito internas	48.611.541	52.360.856	184.225.507	23.435.251	4.148.564	98.682.365
Operações de crédito externas	203.369	1.237.797	62.136.324	759.117	178.284	1.452.434
Alienação de bens	115.856	105.757	2.752.740	825.117	218.825	2.108.709
Alienação de bens móveis	89.362	77.758	725.803	804.837	156.777	1.956.366
Alienação de bens imóveis	26.494	27.998	89.954	20.280	62.048	152.343
Amortizações de empréstimos	4.367.715	5.880.351	21.625.010	6.724.576	5.463.770	30.168.226
Transferências de capital	11.993	6.881	5.190.035	20.028	12.763	92.326
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0
Transferências de pessoas	0	0	49.101	0	0	0
Transferência de outras instituições públicas	0	0	4.524	0	0	4.646
Transferências de convênios	5.276	2.929	75.360	17.746	6.894	77.801
Outras receitas de capital	8.059.270	12.677.268	77.947.191	13.785.924	39.110.374	88.822.994
Resultado do Banco Central do Brasil	0	5.374.767	36.153.654	0	31.816.140	44.361.949
Remuneração das disponibilidades	8.058.758	7.301.642	41.791.325	13.783.593	7.293.851	44.456.838
Proveniente da execução de garantias	0	0	479	0	0	1.327
Receita dívida ativa alienação estoques de café	68	40	297	39	30	229
Receita títulos tesouro nacional resgatados	0	0	0	0	-7	0

(Conclusão)

Tabela 22
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas de capital diversas (2)	0	0	0	0	2	2
Receita (intraorçamentária) (II)	5.850.035	7.267.561	19.917.469	4.407.805	4.614.728	20.932.242
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	271.893.720	277.103.794	1.343.217.520	237.425.223	246.825.951	1.206.446.477
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	78.293.257	90.434.726	471.574.793	69.360.639	93.381.683	354.636.690
Operações de crédito internas	74.952.106	88.891.895	465.057.972	69.360.639	93.381.683	353.022.420
Mobiliária	74.952.106	88.891.895	465.057.972	69.360.639	93.381.683	353.022.420
Operações de crédito externas	3.341.150	1.542.831	6.516.820	0	0	1.614.270
Mobiliária	3.341.150	1.542.831	6.516.820	0	0	1.614.270,00
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	350.186.977	367.538.520	1.814.792.314	306.785.863	340.207.634	1.561.083.168
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	350.186.977	367.538.520	1.814.792.314	306.785.863	340.207.634	1.561.083.168
Saldo de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-	-	-	-	-	-

Receita realizada intraorçamentária	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receita (intraorçamentária) (II)	5.850.035	7.267.561	31.121.595	4.407.805	4.614.728	19.696.945
Receitas correntes	5.656.566	5.868.219	27.356.634	4.018.248	4.141.070	12.257.510
Receita tributária	59	55	206	40	30	(109)
Impostos	36	39	24	11	15	157
Taxas	23	16	182	30	16	4.239.461
Receita de contribuições	2.472.927	2.492.691	12.388.078	2.238.981	2.245.563	11.193.174
Contribuições sociais	2.472.924	2.492.687	12.388.044	2.238.923	2.245.541	6.953.729
Contribuições econômicas	3	4	35	58	22	1.134
Receita patrimonial	533	323	2.099	17.849	702	20.068
Receitas imobiliárias	330	167	1.496	517	594	1.659
Receitas de valores mobiliários	0	0	0	17.308	106	17.539
Receita de concessões e permissões	202	156	601	24	2	44.328
Receita industrial	22.135	50.780	137.347	40.636	53.649	160.316
Receita da indústria de transformação	22.135	50.780	137.347	40.636	53.649	199.141
Receita de serviços	65.669	44.766	184.233	8.279	11.920	1.946.142
Outras receitas correntes	3.095.243	3.279.603	14.594.951	1.712.462	1.829.206	5.141.087
Multas e juros de mora	608	1.947	3.142	53	768	6.434
Indenizações e restituições	263	1.569	4.540	(2.811)	1.304	1.914.063
Receitas diversas	81	127	518	60	275	1.235.762
Receitas de capital	193.469	1.399.342	3.764.961	389.557	473.658	2.388.534
Operações de crédito	193.469	1.399.342	3.764.961	389.557	473.658	2.388.534
Operações de crédito internas	193.469	1.399.342	3.764.961	389.557	473.658	1.153.236
Alienação de bens	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens móveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0
Resultado do Banco Central do Brasil	0	0	0	0	0	0
Integralização de capital social	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades	0	0	0	0	0	0
Proveniente da execução de garantias	0	0	0	0	0	0
Saldo de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	0	0	0	0	0	0
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – anexo i (LRF, art. 52, Inciso i, alíneas "a" e "b" do inciso ii e §1º).

(...) Não disponível até dezembro.

Tabela 23
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Despesa executada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	296.894.490	257.244.810	1.236.514.286	244.546.500	212.666.429	1.109.048.823
Despesas correntes	248.034.738	216.724.693	1.045.900.640	227.110.244	170.833.987	992.438.401
Pessoal e encargos sociais	33.995.751	35.700.549	175.602.852	31.394.699	31.118.099	167.012.877
Juros e encargos da dívida	48.968.252	33.893.330	156.613.412	52.365.033	9.370.472	152.876.740
Outras despesas correntes	165.070.735	147.130.814	713.684.376	143.350.513	130.345.416	672.548.786
Transferência a estados, DF e municípios	43.591.724	40.212.553	213.122.769	38.099.182	39.275.980	203.616.928
Benefícios previdenciários	73.257.390	60.082.683	316.654.763	67.850.606	54.118.334	297.513.928
Demais despesas correntes	48.221.621	46.835.577	183.906.844	37.400.724	36.951.102	171.417.928
Despesas de capital	48.859.752	40.520.117	190.613.645	17.436.256	41.832.442	116.610.420
Investimentos	4.558.748	5.675.475	15.153.536	3.338.461	4.363.199	16.226.947
Inversões financeiras	9.385.145	8.269.468	47.773.311	7.937.744	10.892.152	43.543.980
Amortização da dívida	34.915.859	26.575.174	127.686.799	6.160.050	26.577.092	56.839.492
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (IX)	6.234.861	7.636.804	31.745.418	4.376.634	5.069.156	22.742.366
Despesas correntes	6.034.317	6.232.086	28.915.132	4.364.724	4.591.927	22.067.081
Pessoal e encargos sociais	2.740.043	2.798.407	13.648.131	2.525.987	2.601.864	12.974.292
Outras despesas correntes	3.294.274	3.433.679	15.267.001	1.838.738	1.990.063	9.092.791
Demais despesas correntes	3.294.274	3.433.679	15.267.001	1.838.738	1.990.063	9.092.791
Despesas de capital	200.544	1.404.718	2.828.519	11.910	477.229	587.439
Investimentos	7.063	5.324	26.457	814	3.502	30.720
Inversões financeiras	193.480	1.399.394	2.802.073	11.096	473.727	644.563
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	303.129.351	264.881.614	1.268.259.704	248.923.134	217.735.585	1.131.791.187
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	138.679.520	154.593.763	625.752.327	87.644.999	57.573.130	433.713.056
Amortização da dívida interna	137.375.023	154.237.665	621.717.419	87.329.719	56.581.559	417.712.817
Dívida mobiliária	138.175.413	154.237.665	621.714.371	87.329.719	56.577.136	417.708.394
Outras dívidas	(800.391)	-	(285.537)	-	4.423	4.423
Amortização da dívida externa	1.304.498	356.098	3.850.617	315.279	991.571	16.000.237
Dívida mobiliária	1.241.007	129.794	2.845.189	234.978	832.777	4.541.665
Outras dívidas	63.491	226.304	1.005.428	80.302	158.794	11.458.574
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	441.808.871	419.475.377	1.894.012.029	336.568.133	275.308.715	1.565.504.243
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-
Total (XIV) = (XII + XIII)	441.808.871	419.475.377	1.894.012.029	336.568.133	275.308.715	1.565.504.243

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 24
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	6.006.523.323	6.306.904.128	28.798.093.893	5.602.141.725	4.792.505.160	24.684.627.871
Receitas correntes	5.766.292.934	5.133.276.285	26.753.400.337	4.685.659.528	4.672.825.198	23.036.640.537
Receita tributária	3.273.488.141	3.417.218.847	16.552.634.342	2.960.017.509	2.926.369.529	14.401.202.516
Impostos	3.098.392.782	3.238.402.146	15.823.320.901	2.802.993.913	2.770.741.054	13.763.347.620
Taxas	175.095.359	178.816.701	729.313.441	157.023.596	155.628.474	637.854.896
Contribuição de melhoria	-	-	0	-	-	-
Receita de contribuições	318.437.175	328.643.832	1.577.758.468	369.140.264	454.406.947	1.690.792.004
Contribuições sociais	318.437.175	328.643.832	1.577.758.468	369.140.264	454.406.947	1.690.792.004
Contribuições econômicas	-	-	0	-	-	-
Receita patrimonial	677.744.009	117.856.144	1.087.592.348	53.359.481	94.581.779	286.018.641
Receitas imobiliárias	6.719.502	5.974.489	26.715.020	6.076.927	8.241.256	25.872.794
Receitas de valores mobiliários	81.375.612	70.801.062	334.141.510	38.670.708	39.783.349	159.929.980
Receitas de concessões e permissões	391.837	2.869.494,54	10.424.526	2.508.361	2.541.726	9.942.774
Outras receitas patrimoniais	20.129.845	-	116.274.430	-	-	24.996.379
Receita agropecuária	30.000	40.374,18	221.516	149.386	(1.553.599)	392.654
Receita da produção vegetal	-	-	0	-	-	-
Receita da produção animal e derivados	30.000	35.600,00	215.937	54.858	167.797	324.012
Outras receitas agropecuárias	-	4.774,18	5.579	94.528	(1.721.397)	68.642
Receita industrial	-	-	0	2.640	1.800,00	8.820
Receita da indústria de transformação	-	-	0	2.640	1.800	4.440
Receita da indústria de construção	-	-	0	-	-	4.380
Outras receitas industriais	-	-	0	-	-	-
Receita de serviços	28.919.448	25.030.180	112.477.215	24.480.537	28.198.262	78.549.533
Transferências correntes	1.961.321.492	1.786.520.966	10.189.443.447	1.729.626.984	1.652.587.970	7.160.728.461
Transferências intergovernamentais	1.880.503.084	1.742.586.670	9.944.664.176	1.708.904.059	1.629.365.624	9.029.606.210
Transferências de instituições privadas	-	-	0	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	0	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	0	-	-	-
Transferências de convênios	80.818.408	43.934.295	244.779.271	20.722.926	23.222.346	166.402.005
Transferências para o combate à fome	-	-	0	-	-	-
Outras receitas correntes	143.820.366	109.133.967	581.849.520	125.334.201	100.363.589	431.967.154
Multas e juros de mora	40.769.460	39.741.385	191.032.735	29.017.823	21.266.790	109.713.865
Indenizações e restituições	40.390.120	41.572.725	198.791.728	5.333.755	8.725.767	23.170.267
Receita da dívida ativa	11.145.914	8.168.211	60.383.923	2.814.001	14.093.733	19.725.623
Receitas diversas	51.514.872	19.651.646	131.641.134	88.168.622	56.277.299	279.357.398
Conta retificadora da receita orçamentária	(637.467.696)	(651.168.025)	(3.348.576.519)	(576.451.475)	(582.131.079)	(3.011.253.780)
Receitas de capital	240.230.390	1.173.627.844	2.044.693.556	916.482.197	119.679.962	1.647.987.334
Operações de crédito	4.637.996	1.003.836.685	1.342.390.910	707.521.914	3.080.606	1.195.847.827
Operações de crédito internas	2.398.996	59.293.547	385.446.813	254.813.198	3.074.298	703.295.434
Operações de crédito externas	2.239.000	944.543.138	956.944.098	452.708.716	6.308	492.552.393
Alienação de bens	141.308	2.813.715	10.032.365	6.224.688	3.685.131	11.276.209
Alienação de bens móveis	(84.994)	1.575.386	2.548.006	157.029	511.734	2.035.153
Alienação de bens imóveis	226.302	1.238.329	7.484.359	6.067.659	3.173.397	9.241.056
Amortização de empréstimos	51.193.755	13.841.830	112.494.651	9.010.243	(19.551)	8.990.692
Amortização de empréstimos	51.193.755	13.841.830	112.494.651	9.010.243	(19.551)	8.990.692
Transferências de capital	184.257.331	153.135.614	579.775.629	193.725.353	112.933.776	431.872.607
Transferências intergovernamentais	3.371.264	44.000	8.534.539	2.741.922	13.025.568	27.611.920
Transferências de instituições privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências do exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	-
Transferências de outras instituições públicas	-	-	-	-	-	-
Transferências de convênios	180.886.067	153.091.614	571.241.090	190.983.431	99.908.208	404.260.687
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-

(Conclusão)

Tabela 24
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	386.877.939	403.966.967	34.989.073.851	298.098.401	508.078.984	1.783.284.621
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	6.393.401.263	6.710.871.095	587.435.549.305	5.900.240.126	5.300.584.144	26.467.912.493
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	6.393.401.263	6.710.871.095	587.435.549.305	5.900.240.126	5.300.584.144	26.467.912.493
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	6.393.401.263	6.710.871.095	587.435.549.305	5.900.240.126	5.300.584.144	26.467.912.493
Saldos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas correntes	386.877.939	403.966.967	1.891.165.145	298.098.401	508.078.984	1.783.284.622
Receita de contribuições	377.655.616	393.832.677	1.860.079.245	293.671.572	505.204.241	1.767.494.377
Contribuições sociais	377.655.616	393.832.677	1.860.079.245	293.671.572	505.204.241	1.767.494.377
Receita de serviços	9.222.324	10.133.827	31.084.552	4.426.829	2.874.743	15.790.244
Total	386.877.939	403.966.967	1.891.165.145	298.098.401	508.078.984	1.783.284.622

Fonte: Sefaz-BA, 2014.

Elaboração: SEI/Coref.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 25

Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Despesa executada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	5.609.897.944	5.848.154.831	25.411.461.433	5.471.358.812	5.060.337.958	23.253.807.018
Despesas correntes	4.801.468.295	5.176.385.630	22.660.784.967	5.034.937.080	4.599.294.807	20.696.763.400
Pessoal e encargos sociais	2.253.124.251	2.734.028.163	11.644.083.609	2.654.929.028	2.141.686.816	10.753.460.120
Juros e encargos da dívida	83.244.289	85.615.721	395.004.920	102.500.695	63.828.289	362.146.430
Outras despesas correntes	2.465.099.754	2.356.741.746	10.621.696.439	2.277.507.357	2.393.779.702	9.581.156.851
Transferências a municípios	807.780.679	818.820.568	3.971.101.498	752.506.512	735.322.308	3.592.778.650
Demais despesas correntes	1.657.319.076	1.537.921.178	6.650.594.940	1.525.000.846	1.658.457.394	5.988.378.201
Despesas de capital	808.429.649	671.769.201	2.750.676.466	436.421.732	461.043.151	2.557.043.617
Investimentos	678.893.006	533.382.473	1.984.235.787	259.420.663	363.169.853	1.090.443.226
Inversões financeiras	10.957.546	19.750.528	122.146.782	6.909.360	2.193.826	45.505.029
Amortização da dívida	118.579.097	118.636.201	644.293.897	170.091.709	95.679.471	1.421.095.363
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	305.241.598	422.190.880	1.598.013.144	375.200.635	269.006.755	1.390.039.947
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	5.915.139.542	6.270.345.712	27.009.474.577	5.846.559.447	5.329.344.713	24.643.846.964
Amortização da dívida / refinanciamento(IV)	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da dívida externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	5.915.139.542	6.270.345.712	27.009.474.577	5.846.559.447	5.329.344.713	24.643.846.964
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	5.915.139.542	6.270.345.712	27.009.474.577	5.846.559.447	5.329.344.713	24.643.846.964

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas correntes	305.241.598	422.190.880	1.598.013.144	375.200.635	269.006.755	1.513.345.063
Pessoal e encargos sociais	261.530.976	372.823.715	1.370.200.301	320.072.528	213.296.077	1.299.094.039
Outras despesas correntes	43.710.622	49.367.165	227.812.844	55.128.107	55.710.678	214.251.026
Despesas de capital	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	273.542.627	422.190.880	1.566.314.173	750.401.270	269.006.755	2.176.601.413

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “b” do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 26
Receita tributária mensal – Bahia – jan. 2013-out. 2014

(R\$ 1.000)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Janeiro	1.505.775.889	1.484.124.207	56.025.700	163.693.939	1.561.801.589	1.647.818.146
Fevereiro	1.239.789.328	1.453.994.092	72.418.888	280.889.224	1.312.208.217	1.734.883.316
Março	1.247.896.776	1.328.502.425	183.792.389	132.882.059	1.431.689.165	1.461.384.484
Abril	992.624.244	1.348.908.999	179.178.095	275.939.975	1.171.802.339	1.624.848.974
Maio	1.317.776.644	1.373.463.025	111.833.278	308.023.225	1.429.609.923	1.681.486.249
Junho	1.276.094.741	1.475.655.314	232.016.490	235.482.127	1.508.111.231	1.711.137.440
Julho	1.213.454.517	1.326.532.115	216.155.406	268.112.600	1.429.609.923	1.594.644.716
Agosto	1.267.210.202	1.372.151.126	263.197.384	306.692.299	1.530.407.586	1.678.843.425
Setembro	1.285.573.432	1.415.365.716	164.136.004	319.553.514	1.449.709.436	1.734.919.231
Outubro	1.343.128.761	1.531.899.546	133.531.331	150.400.071	1.476.660.093	1.682.299.617
Novembro	-	-	-	-	-	-
Dezembro	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 27 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-out. 2013/2014											
Unidade da Federação	2014										
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Acumulado jan.-out.
Norte	1.941.633 (t)	1.856.474	1.797.410	1.816.172	1.857.770	1.887.114 (t)	1.828.586 (t)	1.971.176	1.684.776	1.675.212	18.316.323
Acre	0 (t)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	663.711	720.430	701.301	634.659	667.543	631.993	567.743 (t)	632.909	651.475	600.676	6.472.440
Pará	733.435	676.427	636.046	696.640	681.023	720.018 (t)	718.350	768.474	750.830	780.229	6.441.454
Rorônia	261.787	191.264	218.059	226.689	239.835	257.455	267.810	285.615	0	0	1.948.514
Amapá	77.089	72.255	59.683	65.462	69.030	69.527	71.910	71.275	71.642	74.591	702.464
Roraima	49.272	47.990	45.305	47.876	51.409	53.440	48.848	47.131	48.165	52.562	491.998
Tocantins	156.338	148.108	137.015	144.846	148.931	154.681	153.925	165.772	162.663	167.154	1.539.433
Nordeste	5.291.162	5.069.902	4.808.552	4.862.134	4.761.952	5.125.049	3.903.644 (t)	4.038.848	5.012.684	3.828.528	46.702.455
Maranhão	408.968	368.327	370.487	332.790	379.816	368.955	371.820	404.306	398.902	450.620	3.854.991
Piauí	240.707	248.030	204.551	238.784	235.031	242.000	238.574	249.536	259.909	281.399	2.438.521
Ceará	775.352	762.942	724.674	738.926	723.088	752.458	780.739	761.177	830.214	856.339	7.705.909
Rio Grande do Norte	346.846	352.314	350.106	358.043	347.248	361.082	334.755	381.141	376.606	0	3.208.141
Paraíba	373.911	331.353	339.589	346.514	383.408	364.374	344.151	350.459	367.946	385.225	3.586.930
Pernambuco	1.119.921	1.008.829	1.000.662	971.082	989.635	1.053.642	0	0	1.064.817	0	7.208.588
Alagoas	259.419	247.902	240.484	238.750	262.532	208.059	224.489	223.057	0	0	1.904.692
Sergipe	252.588	228.821	211.512	218.489	0	226.008	210.607 (t)	217.251	221.593	247.733	2.034.602
Bahia	1.513.449	1.521.383	1.366.488	1.418.755	1.441.194	1.548.472	1.398.511	1.451.920	1.492.697	1.607.212	14.760.081
Sudeste	16.801.664	16.667.741	16.073.423	16.326.412	16.344.114 (t)	16.389.749	16.543.503	16.302.527	17.121.200	17.991.779	166.562.112
Minas Gerais	3.202.912	3.181.795	2.919.350	3.078.683	3.034.947 (t)	3.211.897	3.048.410	3.209.803	3.295.486	3.400.093	31.583.376
Espírito Santo	744.747	738.741	863.876	701.856	755.761	758.656	697.930	695.344	684.122	790.398	7.431.431
Rio de Janeiro	2.855.822	2.841.005	2.611.484	2.676.961	2.514.530	2.430.417	2.545.639	2.620.494	2.645.156	2.884.164	26.625.672
São Paulo	9.998.183	9.906.200	9.678.713	9.868.912	10.038.876	9.988.778	10.251.524	9.776.885	10.496.436	10.917.124	100.921.631
Sul	5.379.863	4.921.918	4.935.593	5.243.683	5.016.922	5.102.846	4.724.562	5.056.243	5.587.398	5.619.429	50.253.705
Paraná	1.835.815	1.617.494	1.681.523	1.874.550	1.719.730	1.724.115	1.672.688	1.707.120	1.951.086	1.994.028	17.778.149
Santa Catarina	1.337.314	1.259.176	1.278.663	1.257.322	1.250.828	1.293.069	1.181.943	1.241.952	1.334.752	1.396.959	11.497.226
Rio Grande do Sul	2.206.733	2.045.248	1.975.407	2.111.810	2.046.364	2.085.662	1.869.931	2.107.171	2.301.561	2.228.441	20.978.328
Centro-Oeste	2.809.838	2.616.663	2.562.936	3.030.045	2.890.626	2.912.842	2.857.576	3.008.321	3.222.271	3.171.612	29.082.730
Mato Grosso	667.989	576.409	558.839	718.936	638.639	685.357	682.631	685.988	698.234	734.028	6.647.050
Mato Grosso do Sul	593.876	576.872	571.806	616.964	605.920	605.983	583.045	616.542	636.956	615.016	6.022.980
Goiás	978.814	958.688	928.682	1.155.869	1.078.473	1.090.618	1.049.940	1.096.847	1.320.167	1.152.436	10.810.534
Distrito Federal	569.159	504.694	503.608	538.276	567.594	530.884	541.961	608.944	566.914	670.132	5.602.166
Brasil	32.224.159 (t)	31.132.698	30.177.913	31.278.446	30.871.385 (t)	31.417.600 (t)	29.857.872 (t)	30.377.114	32.628.328	32.286.561	310.917.325

(Conclusão)

Tabela 27 Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – jan.-out. 2013/2014												
Unidade da Federação	2013											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Norte	1.733.519	1.611.733	1.483.054	1.702.758	1.766.248	1.743.816 (i)	1.859.528	1.845.612	1.945.768	1.863.654 (i)	2.106.203	2.162.963
Acre	58.929	59.255	65.069	82.820	63.007	62.289 (i)	62.325	60.043	63.696	76.190	0 (i)	0 (i)
Amazonas	530.239	542.463	497.779	596.734	610.581	592.926	658.981	624.931	718.026	715.396	772.596	625.086
Pará	662.123	585.842	543.129	577.811	616.791	612.478	638.539	653.126	671.922	653.756	813.672	996.067
Rorondônia	237.898	208.410	175.043	211.901	231.249	227.789	253.129	253.129	234.135	226.382 (i)	235.803	259.717
Amapá	64.125	57.203	51.636	59.087	64.680	56.945	65.774	64.707	66.103	0 (i)	79.607	73.793
Roraima	46.143	39.300	37.336	45.362	45.710	43.092 (i)	41.153	41.688	44.332	44.249	45.737	48.870
Tocantins	134.063	119.259	113.062	129.042	134.229	148.296	139.626	147.988	147.554	147.680	158.787	159.430
Nordeste	5.073.047	4.517.777	3.923.838 (i)	4.495.502	4.650.107	4.584.155	4.596.987	4.792.835	4.910.225	4.865.618	5.694.390	5.314.379
Maranhão	383.895	359.358	320.394	332.909	344.472	332.679	366.418	383.636	403.899	364.973	401.678	396.000
Piauí	220.570	223.336	178.804	209.625	222.866	216.670	217.168	230.478	233.170	211.838	262.836	249.396
Ceará	709.657	688.624	608.278	674.011	677.930	681.406	698.646	746.131	819.418	755.868	786.627	858.792
Rio Grande do Norte	325.940	311.542	289.142	327.991	323.677	329.564	331.023	343.079	358.180	341.221	361.248	390.870
Paraíba	344.652	305.780	265.502	303.060	302.501	317.798	343.837	310.442	309.045	318.464	331.789	334.627
Pernambuco	1.045.210	922.346	829.169	911.322	950.822	942.417	969.343	954.553	969.347	1.009.916	1.077.882	1.129.287
Alagoas	261.371	222.776	195.662 (i)	218.071	225.718	206.826	202.577	227.363	229.587	223.012	244.465	273.754
Sergipe	237.830	209.460	183.461	197.519	216.620	202.785	199.384	206.832	213.596	207.901	244.114	231.594
Bahia	1.543.922	1.274.557	1.053.426	1.320.994	1.385.501	1.354.009	1.268.591	1.390.323	1.373.983	1.432.425	1.983.751	1.450.061
Sudeste	15.487.942	14.672.331	14.775.898	16.064.849	16.494.348	18.904.335	15.886.588	16.038.005 (i)	17.711.648	17.343.269	16.662.812	7.268.575
Minas Gerais	2.976.566	2.739.520	2.548.104	2.848.972	2.891.484	2.871.348	2.924.560	3.033.065	3.142.924	3.251.366	3.171.999	3.553.056
Espírito Santo	867.189	677.058	623.504	702.760	712.530	727.223	679.819	720.509	749.171	817.580	752.584	757.118
Rio de Janeiro	2.728.450	2.462.825	2.457.668	2.562.133	2.455.352	2.739.775	2.367.355	2.381.846	2.855.689	2.853.917	2.822.490	2.958.401
São Paulo	8.915.737	8.792.928	9.146.623	9.950.984	10.434.983	12.565.990	9.914.854	9.902.585 (i)	10.963.864	10.420.407	9.915.738	0 (i)
Sul	4.361.163	4.345.740	4.195.396	4.712.084	4.770.866	4.756.524	4.769.215	4.838.876	5.039.151	4.987.908	5.446.316	6.006.402
Paraná	1.732.905	1.459.533	1.441.427	1.605.377	1.612.209	1.674.708	1.725.533	1.656.472	1.764.782	1.706.895	1.836.991	2.541.408
Santa Catarina	1.215.620	1.052.708	1.034.555	1.115.272	1.159.762	1.130.936	1.100.342	1.160.272	1.222.097	1.168.340	1.332.640	1.318.292
Rio Grande do Sul	2.012.638	1.833.498	1.719.414	1.991.434	1.998.896	1.950.880	1.943.341	2.022.132	2.052.272	2.112.672	2.276.685	2.146.702
Centro-Oeste	2.662.413	2.419.231	2.502.800	2.628.049	2.645.368	2.675.657	2.677.076	2.702.585	2.821.402	3.012.684	2.884.469	3.032.498
Mato Grosso	594.863	560.274	597.995	650.804	618.924	610.133	639.562	627.323	642.356	631.556	651.371	639.535
Mato Grosso do Sul	542.848	514.059	534.189	534.227	533.263	557.367	571.527	582.453	593.969	591.581	601.471	635.831
Goiás	990.518	915.667	862.775	944.809	991.344	1.003.955	987.767	1.001.439	1.034.572	1.255.522	1.056.834	1.092.548
Distrito Federal	534.185	429.230	507.841	498.210	501.836	504.203	478.220	491.368	550.504	534.025	574.793	664.584
Brasil	29.918.085	27.566.812	26.880.986 (i)	29.603.242	30.326.937	32.664.488 (i)	29.789.395	30.217.913 (i)	32.428.194	32.073.132 (i)	32.794.190	23.784.818

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepo-ICMS.

Elaboração: SEI/Confaz.

(..) Dado indisponível.

(i) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 28
Balanco orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – jul.-out. 2014/2013

Receita realizada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	818.191.249	797.401.150	4.018.526.745	...	644.749.514	2.738.610.942
Receitas correntes	814.883.861	795.673.896	4.003.298.944	...	642.452.848	2.736.176.011
Receita tributária	334.986.811	319.142.298	1.694.710.606	...	254.373.774	1.084.367.655
Impostos	314.733.790	290.462.028	1.494.807.487	...	233.045.557	923.076.143
Taxas	20.253.021	28.680.270	199.903.119	...	21.091.275	160.357.368
Outras receitas tributárias	-	-	-	...	-	556.962
Receita de contribuições	35.963.451	32.162.934	156.486.284	...	28.289.143	118.009.590
Contribuições sociais	22.868.867	20.460.984	98.722.860	...	18.129.263	70.637.217
Contribuições econômicas	13.094.584	11.701.949	57.763.423	...	10.159.880	47.372.373
Receita patrimonial	30.214.420	66.584.186	163.948.577	...	16.084.698	170.536.635
Receitas imobiliárias	1.517.326	4.243.428	6.981.196	...	193.501	728.853
Receitas de valores mobiliários	23.513.360	22.582.539	100.167.936	...	13.335.723	33.702.378
Receitas de concessões e permissões	5.183.733	39.758.219	56.799.446	...	2.545.991	10.072.497
Outras receitas patrimoniais	-	-	-	...	9.482	126.032.906
Receita industrial	-	93.227	93.227	...	21.735	193.672
Receita da indústria de construção	-	93.227	93.227	...	21.735	193.672
Receita de serviços	8.815.437	3.208.904	13.326.681	...	507.397	1.256.384
Transferências correntes	357.259.104	331.321.580	1.774.546.024	...	308.853.331	1.267.982.824
Transferências intergovernamentais	356.203.036	327.486.331	1.736.189.450	...	305.639.040	1.253.641.198
Transferências de instituições privadas	12.635	2.137.400	27.297.904	...	77.979	4.678.306
Transferências do exterior	-	-	1.360	...	-	-
Transferências de pessoas	701	700	11.784	...	1.050	12.474
Transferências de convênios	1.042.732	1.697.149	11.045.525	...	3.135.263	9.650.848
Outras receitas correntes	47.644.639	43.160.768	200.187.546	...	34.322.770	93.829.250
Multas e juros de mora	23.248.444	24.072.966	92.807.831	...	15.614.752	41.217.523
Indenizações e restituições	1.359.057	1.785.757	6.029.592	...	6.544.548	8.544.182
Receita da dívida ativa	18.472.329	15.284.232	88.777.470	...	9.909.007	35.466.359
Receitas diversas	4.564.808	2.017.813	12.572.652	...	2.254.463	8.601.185
Receitas de capital	3.307.389	1.727.254	15.227.801	...	2.296.667	2.434.931
Operações de crédito	-	-	-	...	-	-
Operações de crédito internas	-	-	-	...	-	-
Alienação de bens	-	-	225.822	...	-	72.414
Alienação de bens móveis	-	-	225.822	...	2.296.667	2.369.081
Transferências de capital	3.307.389	1.727.254	15.001.979	...	2.296.667	2.362.517
Transferências intergovernamentais	2.917.083	357.333	11.015.207	...	-	-
Transferências de convênios	390.305	1.369.921	3.986.773	...	-	65.850
Outras receitas de capital	-	-	-	...	-	-
Receitas diversas	-	-	-	...	-	-
Dedução da receita corrente	-	-	-	...	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	39.474.726	36.144.159	170.312.242	...	30.187.032	117.077.698
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	857.665.975	833.545.309	4.188.838.987	...	674.936.546	2.855.688.641
Déficit (IV)	-	-	-	...	-	-
Total (V) = (III + IV)	857.665.975	833.545.309	4.188.838.987	...	674.936.546	2.855.688.641

Receita intraorçamentária	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Receitas correntes	39.474.726	36.144.159	170.312.242	...	30.187.032	93.221.053
Receita de contribuições	39.474.726	36.144.159	170.312.242	...	30.187.032	90.977.285
Receita de serviços	39.474.726	36.144.159	170.312.242	...	30.187.032	30.485.999
Receita de capital	-	-	-	...	-	-
Outras receitas de capital intraorçamentária	-	-	-	...	-	-
Total	39.474.726	36.144.159	170.312.242	...	30.187.032	50.514.314

Fonte: Sefaz-BA.

Elaboração: SEI/Coref.

(...) Dado indisponível.

Tabela 29
Balço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – jan.-out. 2013/2014

Despesa executada	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	819.555.138	783.363.334	1.602.918.472	...	626.131.916	1.994.146.450
Despesas correntes	756.877.649	711.211.125	2.104.405.758	...	575.573.754	1.878.425.426
Pessoal e encargos sociais	343.657.718	323.938.774	960.187.383	...	302.880.140	1.147.181.157
Juros e encargos da dívida	11.189.637	11.141.372	33.679.549	...	11.398.241	45.697.352
Outras despesas correntes	402.030.295	376.130.979	1.110.538.826	...	261.295.374	685.546.917
Despesas de capital	62.677.489	72.152.209	188.029.213	...	50.558.162	115.721.024
Investimentos	51.446.571	61.424.609	155.395.350	...	17.527.845	24.086.790
Inversões financeiras	-	-	-	...	-	2.560.000
Amortização da dívida	11.230.918	10.727.600	32.633.862	...	33.030.317	89.074.234
Reserva de contingência	-	-	-	...	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	39.624.320	36.654.099	108.653.157	...	30.281.865	650.136.730
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	859.179.458	820.017.433	2.401.088.127	...	656.413.781	2.251.958.687
Superávit (IV)	-	-	-	...	-	-
Total (V) = (III + IV)	859.179.458	820.017.433	2.401.088.127	...	656.413.781	2.251.958.687

Despesa intraorçamentária	2014			2013		
	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.	Jul.-ago.	Set.-out.	Acumulado jan.-out.
Despesas correntes	39.624.320	36.654.099	172.831.891	...	30.281.865	115.055.531
Pessoal e encargos sociais	39.624.320	36.654.099	172.831.891	...	30.281.865	115.055.531
Outras despesas correntes	-	-	-	...	-	-
Despesas de capital	-	-	-	...	-	-
Investimentos	-	-	-	...	-	-
Total	39.624.320	36.654.099	172.831.891	...	30.281.865	115.055.531

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

(...) Dado indisponível.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rosângela Conceição

Elissandra Britto

INFORMAÇÕES

55 71 3115-4771

e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br



@eu_sei



imprensa.sei



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

